

Universidade Federal Fluminense

Programa de Pós-Graduação em História

O DITO E O FEITO

Heróis exemplares nos relatos de guerra na Restauração pernambucana (1630-1654)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do Título de Mestre.

Área de Concentração: História Social.

Jorge Luiz de Miranda Leite

Orientação: Prof. Dr. Rodrigo Bentes Monteiro

Niterói

2009

JORGE LUIZ DE MIRANDA LEITE

O DITO E O FEITO

**Heróis exemplares nos relatos de guerra na Restauração pernambucana
(1630-1654)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre.

Aprovada em

de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. RODRIGO BENTES MONTEIRO
UFF

Prof. Dr. RONALD RAMINELLI
UFF

Prof. Dr. CARLOS ZILLER CAMENIETZI
UFRJ

Niterói
2009

RESUMO

Nos relatos de batalhas presentes nos folhetos, produzidos no período da ocupação neerlandesa no nordeste da América lusitana (1630-1654), era recorrente o destaque de algumas virtudes basilares daquele tempo. Neles abstrai-se um estigma de divulgação, propaganda pessoal e/ou institucional, além de modelos exemplares de conduta que, muitas vezes, pareciam propor um ideal de comportamento resolutamente heróico. Por outro lado, o protagonismo em uma dessas publicações sobre feitos militares, ou mesmo a descrição de grandes realizações como coadjuvante, podiam elevar indivíduos a um patamar especial. O heroísmo e as virtudes destacadas em situações limites, divulgadas com alguma abrangência, poderiam produzir um reconhecimento de relevante significado naquela sociedade da Época Moderna. Os efeitos produzidos por esta “fama” produziam uma “imagem pública” de guerreiros, relacionados a momentos históricos específicos protagonizados por estes.

Naquela sociedade pautada pelo signo da honra, particularmente pelo *ethos* da guerra, alcançar o reconhecimento da sua reputação era significativamente importante. Assim, indivíduos que divulgavam seus feitos e serviços militares por meio de folhetos procuravam fazê-lo de forma especial. A retórica utilizada nos opúsculos enaltecia os protagonistas dos feitos bélicos com toda a sorte de virtudes próprias daqueles que detinham honra. O foco deste trabalho é perceber como tal imagem veiculada seria importante para assessorar o alcance de uma distinção social naquele tempo por meio das mercês régias

Palavras Chave: Restauração pernambucana, Mercês, Holanda, Brasil colônia, Folhetos, Mobilidade social, Época Moderna.

ABSTRACT

On the battles reports found in the pamphlets produced on the period of Dutch occupation in the northeast of Lusitanian American (1630-1654), the prominence of some fundamentals virtues from that period was recurrent. In those a stigma of spreading, personal advertise and/or institutional, beyond notable models of conduct that, many times, seemed to suggest an ideal behavior really heroic were abstracted. On the other hand, the protagonism in one of the publications about militaries accomplishments, or even the description of great achievements like coadjutants, could raise individuals to a special level. The highlighted heroism and virtues in limit situations, spread out with some extension, could bring about recognition of relevant meaning in the Modern society Age. The effects produced by this “fame” created a “public image” of warriors, related to specific historic moments which were starred by them.

In that society guided by the honor sign, especially by the *ethos* from the war, to reach the recognition due to its reputation was of great importance. Therefore, individuals who made their achievements and militaries services public by the use of pamphlets tried to do it in a special way. The rhetoric used in the opuscles exalted the protagonist of warlike achievements with all of his own virtues from who had the honor. The focus of this work is to realize the importance of such spread image to assist individuals to obtain a social distinction in that period by regal graces.

Key words: Pernambucana Restoration, Graces, Netherland, colony Brazil, Pamphlets, Social mobility, Modern Age.

Para minha esposa Carolina,
por seus carinhos, beijos,
abraços e sorrisos que
alimentam minha alma.

“– Cala a boca, amigo Sancho – respondeu Dom Quixote –; as coisas da guerra são de todas as mais sujeitas a contínuas mudanças; o que eu mais creio, e deve ser verdade, é que aquele sábio Frestão, que me roubou o aposento e os livros, transformou estes gigantes em moinhos, para me falsear a glória de os vencer, tamanha é a inimizade que me tem; mas ao cabo das contas, pouco lhe hão de valer as suas más artes contra a bondade da minha espada.

– Valha-o Deus, que o pode! – respondeu Pança.”

(Dom Quixote – Miguel de Cervantes)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por cada dia vivido e pelos que Ele ainda há de me proporcionar. Agradeço-O por todos que aqui citarei.

À minha esposa Carol, por seu apoio incessante e incondicional. Obrigado por fazer minha vida tão feliz.

Aos meus pais: Jorge Leite e Adelaide. Meus irmãos(ãs): Cláudia, Bruno, Jéssica e Maicon. Meus cunhados(as): Evanir, Márcia, Isabel e Gustavo. Meus sobrinhos(as): Allan, Maria Alice, Raquel, Daniel, Ana Beatriz e Davi. Meus sogros: Victor e Christofer e minhas sogras: Conceição e Edineusa. Todos vocês foram sempre lugar seguro.

Ao meu orientador e amigo Rodrigo Bentes Monteiro, por sua dedicação, competência e conduta exemplar. Realmente espero ter correspondido às suas expectativas e agradeço por buscar sempre o melhor de mim.

Aos meus grandes e inesquecíveis amigos: Vinicius Couto Pereira, Ana Paula Pereira, Glauco, Edith, Izalmir, Filipi e Sheila.

Aos professores Manoel Salgado, Ronald Raminelli, Ronaldo Vainfas e Jorge Ferreira pelos excelentes cursos ministrados. Aos funcionários da Universidade Federal Fluminense por fazerem sempre além do esperado, em especial ao Salvador. Aos professores Carlos Ziller e Ronald Raminelli um especial agradecimento pela boa vontade e grande contribuição para o crescimento deste trabalho, desde a qualificação até sua conclusão.

Aos colégios Castelo da Rede Salesiana de Macaé e Rio das Ostras por apoiarem e facilitarem a logística que tornou possível o decurso do mestrado.

Ao amigo Sérgio Anderson pela revisão do texto.

Ao sr. Paulo Rosa Marchon pelos longos anos de amizade e aprendizado.

Aos grandes colegas Vinicius Dantas, José Eudes, Carolina, Polyanna, Gustavo Kelly, Thiago Krauser, Mario e Jorge Vitor.

No fundo esta é uma obra coletiva onde muitos colaboram sem saber que o fazem. Obrigado de todo o coração aos acima citados e aos muitos que não foi possível mencionar.

10 de abril de 2009.

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	1
INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO 1: A GUERRA EM SEUS MÚLTIPLOS PAPÉIS	6
Para pensar a guerra.....	6
Breves considerações sobre o Estado moderno.....	13
O Estado em armas.....	16
Especificidades lusitanas.....	22
CAPÍTULO 2: AS FACES DO SOLDADO	28
Um mundo de armas e letras.....	28
O cortês.....	32
O pragmático.....	42
O herói.....	52
CAPÍTULO 3: PEDE A VOSSA MAJESTADE	64
Cultura política portuguesa.....	64
A nova dinastia.....	68
Guerra viva em Pernambuco.....	74
O sonho luso nos trópicos.....	80
A mobilidade possível.....	85
Política de mercês.....	88
Obstáculos na ascensão.....	93
Por fé de ofícios.....	98
Como alcançar as mãos do rei?.....	102
CAPÍTULO 4: À SEMELHANÇA DE DAVI	107
Virtudes no papel.....	107
A honra na derrota.....	109
Fé na resistência.....	117
Ecos nos dois lados do Atlântico.....	121
Visões da vitória final.....	127

CONCLUSÃO	149
BIBLIOGRAFIA	152

ABREVIATURAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino.

ACL – Administração Central.

CU – Conselho Ultramarino.

CX – Caixa.

D – Documento.

INTRODUÇÃO

Na Avenida Brasil, famosa rodovia que liga a região oeste ao centro do Rio de Janeiro, localiza-se um grande galpão que abriga a “Oficina Mecânica Fidalgo”. Escrito em letras garrafais, o nome desta oficina não traz ao transeunte contemporâneo nenhum estranhamento. Por outro lado, na sociedade de Antigo Regime o fidalgo seria, *grosso modo*, um indivíduo no mínimo aproximado à nobreza e, portanto, alheio a quaisquer serviços mecânicos – feitos com as mãos. Isto nos faz pensar sobre as re-significações que as palavras e os termos podem assumir ao longo do tempo. Todavia, esta provocativa alusão também nos ajuda a refletir sobre as diferentes leituras e apropriações que se configuravam tendo em vista o espaço. Ou seja, mesmo quando pensamos no tempo primeiro – o do Antigo Regime – e na acepção mais restrita do termo – a fidalguia associada à nobreza – o espaço geográfico – a América de colonização portuguesa – podia apresentar novas leituras de um sentido original. Essa possibilidade, no contexto da remuneração por mercês régias na guerra de Restauração pernambucana, expressava-se como espaço de negociação entre a coroa portuguesa e seus leais vassallos, servindo ao mesmo tempo como justiça do rei e como incentivo aos esforços de guerra.

Em seu vocabulário lusitano, publicado no início do século XVIII, o padre Raphael Bluteau definiu a fidalguia assim:

deriva-se de Filho, & de Algo, palavra castelhana, que em português significa alguma cousa. Ao homem cavalheiro deu-se este nome, para se dar a entender, que de seus pais tem herdado Algo, ou alguma cousa, de que se pode prezar, como nobreza de sangue, ou rendas, & fazenda considerável, porque Algo também significa cousa de valor. (...) Outros querem, que Fidalgo venha da palavra latina Fides, porque a fidelidade, & o primor de não faltar à sua palavra, é o caráter, & o distintivo dos ânimos nobres.¹

Como se vê, não muito diferente do senso comum do termo entendido hoje como *filho-de-algo*, ou filho de gente importante. Em outro momento o padre Bluteau, buscando a etimologia da palavra, associa o termo ao tempo dos romanos, quando foi produzido um

¹ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino*. Rio de Janeiro: UERJ, 2000, p. 107 (versão em CD-Rom).

documento à cerca do bom regimento para o bom governo e o exercício da guerra, ao qual deram o nome de *Fidalguia*. Conforme ele:

os mais generosos vendo, que por este nome Fidalguia, se davam a conhecer as obras, e feitos heróicos, lançaram mão dele dizendo, que por suas obras lhes era devido o nome Fidalguia, esse vieram a chamar Fidalgos, e com razão porque Fidalgos, não tanto os pais ilustres, como as ações generosas são os que os fazem.²

Essa dupla acepção, por nascimento e por merecimento, nos chama atenção para o tempo da guerra de Restauração pernambucana, quando alguns indivíduos, notoriamente sem qualidade de nascimento, usaram seus serviços militares para solicitarem ao rei, como remuneração, foros de fidalgo entre outros títulos e postos.

Dessa forma, percebemos que as aspirações dos soldados muitas vezes encontravam abrigo nas possibilidades oferecidas pelas contingências. Nesse aspecto, o momento e o local de onde se pedia poderiam ser determinantes da resposta recebida. A coroa efetivamente lançava mão de suas atribuições de distribuidora de mercês e honra para negociar sua estabilidade, em momentos instáveis, e manter sua força, em momentos de fragilidade. As regras e limitações da ação do rei poderiam ser maleáveis nas franjas do império e em ocasiões delicadas.

Na longínqua “avenida chamada Brasil”, por onde tantos indivíduos passaram durante o domínio português, alguns se tornaram *heróis insignes*, outros inomináveis desprezíveis. As conjunturas, bem como as condições geográficas, podiam determinar o lugar de cada um naquela sociedade. Os feitos poderiam promover a ascensão social de pessoas até então alijadas e apagar origens vis. Assim, aqueles que outrora exerceram ofícios mecânicos poderiam tornar-se fidalgos. Como vemos, longe de ser um fato corriqueiro e vulgar, a placa que dizia “Oficina Mecânica Fidalgo” poderia não ser tão absurda.

Assim, o tema da guerra é particularmente interessante e relevante por sua perenidade. A despeito de qualquer juízo de valor ou discussão moral, são inegáveis sua marca e seu legado para a humanidade. Suas implicações sociais são diversas ao longo da história e guardam uma estreita relação com o exercício do poder.

² *Idem*, p. 429.

Desde os primeiros tempos como aluno de graduação em História na Universidade Federal Fluminense interessei-me pelo estudo do poder e das idéias políticas. Quando me aproximei das investigações acerca da História Moderna como monitor e bolsista de iniciação científica, busquei estabelecer relações entre o eixo temático e o cronológico. Não obstante, algumas disciplinas da graduação possibilitaram o contato com a questão da distinção social, por meio de serviços prestados na guerra, no mundo ibérico moderno. Praticamente ao mesmo tempo tive a oportunidade de trabalhar com um rico acervo de documentos na Biblioteca Nacional, em minhas atribuições como bolsista. Lidando com documentos dos séculos XVI ao XVIII, percebi como a guerra era um tema importante em escritos produzidos na Época Moderna e como seus usos poderiam alcançar empregos variados.

Na interseção de meus interesses e reflexões desenvolvi o tema central deste trabalho de mestrado. Procurei promover uma pesquisa que pensasse o entrecruzamento de elementos latentes na Idade Moderna: a guerra e a escrita. Tendo como cenário principal Pernambuco entre os anos de 1630 e 1654, analisei como a cultura política portuguesa levou alguns homens a lutarem contra os invasores holandeses, requererem mercês junto ao seu monarca e divulgarem seus feitos em obras impressas.

* * *

Tendo em vista a organização deste trabalho, no primeiro capítulo procurei apresentar algumas breves idéias sobre a guerra e seus significados, particularmente, para a Idade Moderna e o mundo português. No capítulo seguinte, escolhi algumas obras de referência, considerando sua grande relevância e penetração, para refletir acerca da imagem do guerreiro entre os séculos XVI e XVII. Na terceira parte, embreei-me nos meandros do mundo ibérico analisando seu contexto político e cultural, bem como a situação da América portuguesa no período da presença holandesa, considerando o posicionamento dos lusobrasileiros na lógica da *economia de mercês*. Nesta parte estudei alguns casos de pedidos de mercês com especial atenção para algumas particularidades. No último capítulo, o foco foi centrado sobre a divulgação de feitos militares na guerra de Pernambuco, percebendo a

relação entre forma e conteúdo, em uma perspectiva de criação de um perfil do guerreiro e suas possíveis funções.

Como vivemos um momento de transição com a reforma da língua portuguesa, optei por conservar a regra antiga para evitar confusões. Escolhi também tratar as Províncias Unidas genericamente de *Holanda* e seus habitantes como: *neerlandeses*, *holandeses* e *batavos*.

CAPÍTULO 1

A GUERRA EM SEUS MÚLTIPLOS PAPÉIS

A guerra não é o objeto principal deste trabalho, mas sim suas implicações sociais em determinados contextos. Todavia, entender alguns aspectos da guerra será importante para o desenvolvimento de nosso argumento e a compreensão de seus *subprodutos*. Pretendemos aqui fazer uma apreciação breve desse tema com base em análise historiográfica, pontuando diferentes matizes e olhares, desde as mais distantes no tempo até estudos recentes, considerando ainda contextos mais afastados até o âmbito de Pernambuco.

Para pensar a guerra

O impulso para a atividade guerreira na humanidade é particularmente interessante e instigante. Embora não pretendamos aprofundar um assunto tão complexo, iniciamos nossa discussão com algumas considerações importantes para concebermos as motivações dos homens que pegavam em armas, punham suas vidas em risco e divulgavam seus feitos.

Conforme o historiador português Rui Bebião, ao encaminharmos o tema da guerra buscando uma explicação com base na percepção da origem e do sentido das atitudes humanas que lhe são mais intrínsecas, encontramos duas correntes principais: a *essencialista* e a *sociologista*.¹

A corrente *essencialista* remontaria a alguns pensadores clássicos. Tucídides, por exemplo, considerava existirem na natureza humana três causas para a violência: a competição, determinada pelo afã de sobrepor alguém; o medo, caracterizado pela necessidade de obter segurança; e a glória, levando os homens a se enfrentarem pela reputação. Esse princípio inato foi, mais adiante, um tema da obra de Thomas Hobbes que, no *Leviathan*, preocupou-se em elaborar mecanismos institucionais de proteção para tirar os homens de um *status naturalis*, tão potencialmente destrutivo, que envolvia todos em

¹ Para essas reflexões **BEBIÃO**, Rui. *A pena de Marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*. Coimbra: Minerva, 2000, p. 70-85.

constante estado de guerra, motivados pelo impulso inevitável de dominar seu próximo.²

Adam Ferguson, um dos últimos *hobbesianos*, no *Ensaio acerca da história da sociedade civil* (1767), deu especial atenção à glória, apontando que tanto canibais quanto os principais monarcas de seu tempo combatiam mais motivados pelo acúmulo de honra que por objetivos materiais. Todavia, diferente de Hobbes, Ferguson não encontraria nisso nada de negativo; ao contrário, percebeu vantagens no equilíbrio das políticas internas e externas. Pelo mesmo caminho, Emmanuel Kant, nas *Idéias para uma história universal do ponto de vista cosmopolita* (1784), asseverava que a natureza mais profunda do homem, sua “sociabilidade insociável”, levava-o inexoravelmente para a discórdia. Assim, o estado natural da vida em sociedade seria o de permanente antagonismo entre suas partes.

Em perspectiva algo pessimista, Thomas Malthus, ao pensar a evolução demográfica mundial, consideraria que a guerra era natural para manutenção de um equilíbrio capaz de manter a vida humana viável, dentro de suas condições materiais de produção. Esse princípio acerca de uma “grande função” da guerra seria recorrente ao longo do século XIX. Herbert Spencer e Charles Darwin, em algumas de suas teses, apontariam nesse sentido, contribuindo para a aceitabilidade da idéia, no contexto do “darwinismo social”. O próprio Friedrich Nietzsche, independente da polêmica ambigüidade do seu pensamento sobre o sentido filosófico e politicamente estrutural da guerra, indicou essa *vontade de poder* – para ele uma característica própria e inevitável do homem – unida ao exercício aplicado daquilo que chamou de *atitude militar da alma*. Essa *naturalização* da prática guerreira foi percebida na reflexão desenvolvida posteriormente por várias correntes culturais e intelectuais, sendo, um exemplo, a própria psicanálise.

Por outro lado, segundo Bebianno, a corrente *sociologista* se basearia em uma atitude estruturalmente compreensiva a respeito do entendimento dos motivos condutores do homem, no que tange às inúmeras expressões de vivência coletiva, ao freqüente assumir de atitudes violentas. Uma das primeiras reflexões nessa linha se encontraria na obra de Tomás de Aquino. Ao fazer derivar o poder político da natureza humana, Aquino considerava o homem ao mesmo tempo um ser natural e sociável, “político” por necessidade e nascido

² Como exemplo de uma análise da obra de Thomas Hobbes, com ênfase nos sentimentos de medo e insegurança: **RIBEIRO**, Renato Janine. *Ao leitor sem medo. Hobbes escrevendo contra o seu tempo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. Para uma visão mais contextualizada do pensamento de Hobbes, com particular ênfase na retórica da época, ver: **SKINNER**, Quentin. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: Editora UNESP/Cambridge University Press, 1999.

para viver em comunidade com seus semelhantes. Essa comunidade possui, todavia, o direito à autodefesa, ou ao ataque, impostos ambos por graves ofensas que tenham sofrido – isto estava no princípio daquilo que designou por *guerra justa*.³

Nicolau Maquiavel, embora partisse de uma consideração negativa da natureza humana bastante próxima da linha *essencialista*, não via na ação violenta uma origem estritamente biológica, nem mesmo um caráter necessariamente malévolo ou negativo. Ao contrário, a guerra seria uma expressão da vontade essencialmente humana. Um desejo consciente, realista, de alteração ou manutenção de determinados interesses dos homens. Dessa forma, a guerra não seria condenável, uma vez que se tratava de um fenômeno humano, um meio para que o homem exprimisse sua enorme capacidade de criar. Bebiano destaca os *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, obra na qual Maquiavel preocupou-se em compreender a península itálica – dividida em várias cidades-estado, passando por conflitos intestinos e ataques estrangeiros – de seu tempo por meio da história antiga romana. Assim, não se tratava de um livro sobre um tema histórico, mas que lançava mão dos acontecimentos do período republicano de Roma, conforme Tito Lívio, para construir uma obra política e propositiva na solução das necessidades imediatas e dos problemas vividos no espaço/tempo do autor florentino. Com uma razão de estado alicerçada na guerra, Maquiavel destacou os meandros do desejo e da iniciativa romana em seu processo de expansão. Particularmente, no *Livro Segundo*, Maquiavel conferiu relevo às causas mais importantes para as conquistas, às formas de expansão, no trato com os povos dominados e às muitas lições que se podia abstrair desse tipo de conflito.⁴

O modelo romano – bem como de outros heróis antigos – também aparecia no livro de Maquiavel mais relacionado ao tema desta dissertação, publicado primeiramente em 1521. Em *A arte da guerra*, o florentino descreve, por meio de um diálogo travado num jardim perto de Florença, os conselhos de Fabrizio Collona, proeminente comandante mercenário, aos jovens aprendizes dos feitos militares. Na apreensão geral da obra, destaca-se a associação da guerra à “política” maquiaveliana, mediante a dissimulação, o engano e a

³ **BEBIANO**, op. cit., p. 78. Sobre “guerra justa” ver: **HESPAÑHA**, António Manoel & **SANTOS**, Maria Catarina. “Os poderes num império oceânico”, In: **MATTOSO**, José. (dir.) *História de Portugal*. Rio de Moura: Lexicultural, v. IV, 2002, p. 409. Cf. Também: **MONTEIRO**, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho. A monarquia portuguesa e a colonização da América 1610-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 203.

⁴ **MAQUIAVEL**, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 187-298.

virtù. Mas também a releção entre o capitão e o orador, valorizando a retórica como elemento fundamental para o sucesso nas atividades bélicas. O livro contribuiu para a reputação de Maquiavel como perito militar em seu tempo, não obstante suas polêmicas opiniões a respeito da valorização dos soldados nativos em detrimento dos mercenários, ou acerca da equiparação entre artilharia e infantaria, julgamentos desacreditados em avaliações posteriores. Todavia, não desenvolvemos mais o conteúdo da obra no presente trabalho, em função da restrição vigente aos livros de Maquiavel no mundo ibérico da Época Moderna, lidando assim no capítulo 2, com outras obras modelares de muito maior influência no contexto do qual tratamos.⁵

Para o historiador alemão Frederico Meinecke, imbuído do papel paradigmático de Maquiavel na fundação do Estado absolutista, Maquiavel teria sido o primeiro a transformar uma máxima de exceção em preceito permanente: o Estado só conheceria como lei o desejo de sua própria conservação. Nesse sentido, Maquiavel teria inventado a *razão de Estado*. Foi o primeiro a fazer surgir, no centro de seu discurso, a realidade bruta do presente como problema político a resolver de forma prática. Seria a necessidade imediata, do Estado a fundar ou a conservar que justificaria os meios – crueldade, força – preconizados em *O Príncipe*.⁶

No entanto, o filósofo Michel Senellart, atento à pluralidade dos modos de governar na Época Moderna, identifica no maquiavelismo – mais amplo que o pensamento original de Maquiavel – algumas características relacionadas à guerra. Em Maquiavel e no maquiavelismo, Senellart evidencia uma necessidade mantida pelo desejo do homem. A impossibilidade de satisfazer essa necessidade geraria um círculo de guerra interminável. Desse modo, para Maquiavel, a arte da guerra seria a verdadeira ciência daquele que governa. Seria preciso exercê-la sem relaxamento de espírito e de corpo. Sobre os príncipes italianos, que depois de uma longa possessão perderam seus estados, Maquiavel escreveu que, parecidos ao comum dos homens, eles não se inquietaram durante a bonança sobre a tempestade. Na paz, esse estado de tranqüilidade, por uma tendência natural, se esquece de que a guerra ronda em permanência. Parece, assim, que a paz é enganosa, porque ela faz crer na estabilidade das coisas, o que, para Maquiavel, constituiria o erro político mais

⁵ MAQUIAVEL, A arte da guerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

⁶ MEINECKE, Friedrich. *La idea de la razon de estado en la edad moderna*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1983, p. 27-50.

grave. Toca-se talvez aqui no verdadeiro ponto de ruptura entre o pensamento de Maquiavel e o ensinamento político tradicional. A guerra, doravante, não seria mais o contrário da paz, sua exterioridade selvagem e furiosa, pois ela habitaria em seu seio. Este seria o verdadeiro escândalo do maquiavelismo: ter feito roubar em saltos a divisão rigorosa entre a paz desejável e a guerra detestada.⁷

Já para John Locke, quase dois séculos mais tarde, a guerra seria tomada como expressão de uma atitude radicalmente anti-natural, ainda que o filósofo lhe atribuísse dimensão humana e social. Partindo do princípio de que, no estado de natureza, o homem seria um ser pacífico, Locke atribuía-lhe apenas o uso de expedientes coercitivos esporádicos, que visavam, tão-somente, ao combate de atitudes individuais perturbadoras desse estado natural. Assim, a guerra surgia como algo decidido pelo homem, não sendo inata e que podia até, no corpo da sociedade civil, possuir atributos positivos para reparar um equilíbrio primordial injustamente alterado.⁸

Por sua vez, Jean Jacques Rousseau enfatizaria a perspectiva de um caráter eminentemente pacífico do homem. Para ele, o mal seria um fenômeno caracteristicamente social, gerado pela instituição artificial da desigualdade entre os homens. A guerra seria consequência do processo de afastamento do homem de seu estado natural e do avanço da sociedade civil, gerada pela renegociação episódica de um pacto social sempre necessariamente desigual, uma vez que estabelecido entre indivíduos desiguais, já desprovidos da liberdade natural. A guerra, assim, seria o mau fruto da evolução das

⁷ Para um estudo acerca da idéia de razão de Estado e as artes de governar ver: **SENELLART**, Michel. *Machiavélisme et Raison d'Etat*. Paris: PUF, 1989, p. 5-14 e 36-55 e *As artes de governar. Do regime medieval ao conceito de governo*. São Paulo: Editora 34, 2006. Maquiavel prioriza a guerra em vários capítulos de sua obra mais famosa e dedica outra inteiramente ao tema: **MAQUIAVEL**. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. A reflexão sobre uma razão de estado de Maquiavel calcada na guerra será importante referência ao tratarmos no capítulo 3 da razão de Estado de Botero, alicerçada na conservação do Estado e em sua economia.

⁸ Em nossa leitura, percebemos que Locke considera legítima a guerra contra aquele que deseja submeter ou reduzir a liberdade alheia. Assim como matar um urso, um leão, ou mesmo um ladrão, que põe em risco a vida, é direito combater aquele que procura subtrair a liberdade que cabe a qualquer um em seu estado de natureza. O que ele chama de *estado de guerra* impõe-se necessariamente quando não há um juiz que arbitre, ou quando o agressor não se submete à autoridade deste, visando remediar um mal que pode tornar-se irreparável. No entanto, pensamos que as idéias de Locke não podem ser apreendidas sem considerar-se o contexto específico em que o autor viveu, o tempo das revoluções inglesas do século XVII. A este respeito ver a introdução de Peter Laslett sobre a obra em questão e o terceiro capítulo do *Segundo tratado* do autor inglês seiscentista. **LOCKE**, John. *Dois tratados sobre a guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 1-183 e 395-401.

relações sociais.⁹

Todavia, o pensador alemão Friedrich Hegel, em análise diferente, considerava que o que se podia detectar em um hipotético estágio inicial da natureza não era propriamente um homem considerado como nosso perfeito semelhante. Esse não era ainda o homem. Para ele, enquanto os outros seres animais se enfrentavam principalmente pela própria sobrevivência, os animais “destinados a tornarem-se homens” batiam-se para impor sua vontade sobre seus semelhantes. A violência desenvolvia-se no homem como instrumento do seu próprio processo de revelação, enquanto indivíduo e espécie. Em sua *Fenomenologia do espírito*, Hegel acentuava o caráter historicamente constitutivo da violência humana, particularmente da guerra. Para ele, o progresso da história não podia, assim, deixar de passar pelo exercício continuado do combate armado.

De maneira contrária a esse postulado, a perspectiva marxista apontava a guerra como prejudicial, embora inevitável consequência do surgimento do Estado, e também, em seu princípio, como resultado da separação das funções produtivas e sociais e da clivagem efetiva entre poderosos e dominados. A consequência era a definição da guerra como um mal que devia ser eliminado. Assim, em sua essência, o marxismo primitivo era uma utopia de paz, a despeito das suas posteriores interpretações. A justificação das guerras nesse caso, antes de encontrar-se nas paixões humanas, estava nas contradições econômicas e sociais que se instalavam nas comunidades humanas – as paixões eram consequências inevitáveis. Tal concepção do fenômeno da guerra foi depois desenvolvida por Friedrich Engels, reconhecendo o aspecto historicamente criador para permitir a resolução de determinadas contradições dessa violência que era chamada de “parteira da história”. Dessa forma, a guerra encontrava-se no âmago da luta social e do problema do Estado, o que levava, como conhecido, à tomada de posições legitimadoras do caráter revolucionário da ação armada, visando à conquista e à manutenção do poder político, protagonizado mais tarde pelos representantes do “marxismo de Estado”.¹⁰

Por mais paradoxal que pareça, essa postulação marxista muito se assemelhava, em seus contornos essenciais, à definição do general prussiano Carl von Clausewitz, elaborada

⁹ Como referência de estudo da obra de Jean-Jacques Rousseau, *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade*, destacada por Bebianno em suas idéias sobre a guerra, ver: STAROBINSKI, Jean. *Jean-Jacques Rousseau – a transparência e o obstáculo. Seguido de sete ensaios sobre Rousseau*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 287-309.

¹⁰ BEBIANO. op.cit., p. 80-85.

nas primeiras décadas do XIX, a qual se tornaria um clássico para o tema. Em sua reflexão sobre a guerra publicada em 1832, Clausewitz (1780-1831), escritor e soldado prussiano, definia a guerra genericamente como “um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade”. Para ele, qualquer ato de guerra tinha por objetivo o desarmamento do inimigo, pois para fazê-lo se submeter à vontade do atacante era necessário, ou desarmá-lo realmente ou colocá-lo em condições que ele se sentisse ameaçado por essa possibilidade. Caso contrário, o inimigo manteria a esperança de resistir e virar o jogo. Dizia ainda ele que esse uso da violência munia-se com invenções das artes e das ciências.¹¹

Clausewitz localizava o objetivo político como móbil inicial da guerra e defendia que quanto mais importante este fosse, mais intensos seriam os esforços de guerra. Assim, “a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios”. Ainda, “que a intenção política é o fim, enquanto a guerra é o meio, e não se pode conceber o meio independentemente do fim”. Sua análise, de homem localizado na passagem do século XVIII para o XIX, parece-nos pertinente para a reflexão do papel da guerra no Antigo Regime, particularmente, para o século XVII, quando houve apenas sete anos completos sem guerra entre os Estados europeus: 1610, 1669-1671 e 1680-1682.¹²

Entretanto, ainda em uma visão sociológica, mas diferente do aforismo clausewitziano que enxergava a guerra como continuação da política por outros meios, Clemente Ancona, em perspectiva marxista, vê a guerra como

a continuação do processo produtivo numa forma com certeza qualitativamente nova, mas como resultado de modificações quantitativas: por isso, não o fato da ‘espada’ que substitui a ‘pena’, mas o fato da substituição se manifestar como resultado do crescimento, para além de um certo limite, do número ou da frequência ou da intensidade dos contrastes na sociedade.

Segundo o autor, os antagonismos que aí se expressam seriam inerentes às formas complexas do processo de trabalho nestas relações de produção, num dado momento do desenvolvimento das forças produtivas.

A guerra ou a não-guerra, sob essa perspectiva, inscreve-se para cada uma das

¹¹ **CLAUSEWITZ**, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 7.

¹² **Idem**, p. 27.

partes na defesa das condições de existência determinadas ou na conquista de novas condições. Ancona defende que, qual quer que seja a razão declarada para a guerra, sempre as questões de propriedade e dos meios de produção fundamentais seriam o motivo real. Assim, a guerra guardaria um preciso significado econômico, pelo menos do ponto de vista dos resultados.¹³

Breves considerações sobre o Estado moderno

Após considerarmos rapidamente algumas idéias acerca do tema da guerra, cabe-nos analisar a historiografia sobre um período em especial: a Época Moderna.

Tendo em vista o caráter mais institucional da guerra, o historiador inglês Perry Anderson, na década de 70, do século XX, renovou a interpretação marxista sobre o Estado moderno, procurando apontar um passado comum para as nações européias dilaceradas pelos horrores da Segunda Guerra Mundial. Segundo Anderson, na passagem do medievo para a dita *Idade Moderna*, o modo de produção feudal viveu uma crise tão aguda que levou aquela sociedade a um novo arranjo. O surgimento do Estado moderno, longe de ser um processo suave de evolução, significou para a aristocracia feudal um processo de rupturas e conflitos para salvaguardar seus interesses coletivos. Nessa época aconteceu a restauração da unidade política e da autoridade régia em vários países europeus, quase simultaneamente. Para Anderson, a gênese desses Estados “absolutistas” – com todas as ressalvas que o termo deve guardar, pois o próprio autor demonstra que nunca houve de fato um Estado absoluto – fundamentaria-se pelo reagrupamento senhorial contra o campesinato, após a dissolução da servidão, mas também contra um novo antagonista: a burguesia urbana em ascensão.¹⁴

Na análise de Anderson, essa sociedade nascente seria marcada pelo reflorescimento do direito romano na Europa do Renascimento. Isso satisfaria economicamente os interesses da burguesia e politicamente a aristocracia e a centralização do poder. As redes de burocratas juristas garantiriam a execução do centralismo monárquico no primeiro século crítico de construção do Estado absolutista. A crescente utilização de documentos

¹³ ANCONA, Clemente. “Estado-Guerra”. In: ROMANO, Ruggiero (dir.) *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, v. 14, p. 358.

¹⁴ ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 19-57.

escritos foi marca dessa nova burocracia. Paradoxalmente, o efeito dessa modernização jurídica resultou no reforço da dominação feudal tradicional. A organização dessa burocracia também objetivou uma centralização tributária que reforçasse os cofres do poder monárquico, tendo em vista supri-lo em suas demandas, particularmente seus esforços militares. Todavia, a classe senhorial permanecia isenta de impostos diretos. Neste novo tempo, toda e qualquer perspectiva de alargamento do campo tributário era desejável. Assim sendo, a doutrina mercantilista tornou-se um excelente mecanismo para o Estado, uma vez que, por meio de sua intervenção, seu poder seria aumentado em detrimento dos outros Estados. A teoria mercantilista era fortemente “belicista”, enfatizando a necessidade e a rentabilidade da guerra. O objetivo de uma economia forte era a realização exitosa de uma política externa voltada para a conquista. Não à toa, as monarquias européias permaneceram em clima de guerra por todo o período. Outra instituição surgida com o Renascimento e que se tornou uma marca desses governos seria a diplomacia. Os diplomatas espalhados pelas cortes européias agiam na sondagem, “espionagem” e negociação – muitas vezes fundada nos casamentos dinásticos – definindo, por vezes, a guerra ou a paz.

Como prerrogativas para todo esse movimento que se construía, coincidiram invenções e avanços técnicos fundamentais na segunda metade do século XV, bem na articulação entre a época “medieval” e a “moderna”: o processo *seiger* para a mineração de prata; o desenvolvimento do canhão de bronze fundido – dando nova dimensão ao uso da pólvora; a imprensa – com a invenção dos tipos móveis; a construção do galeão de três mastros – com leme à popa etc. Essas invenções, em linhas gerais, possibilitaram: o restabelecimento do fluxo de metais para a economia internacional – impulsionando a circulação de moedas na Europa; uma nova dimensão para a guerra – tornando obsoletas algumas antigas estratégias e armas e, ao mesmo tempo, exigindo novas elaborações; uma produção, divulgação e acesso à “literatura” em proporções até então inimagináveis; e a expansão marítima “por mares nunca d’antes navegados” – alargando o mundo conhecido e despertando ambições por dominá-lo, além da nova perspectiva comercial.

Entretanto, o símbolo maior desse Estado para Perry Anderson, foi, sem dúvida, a guerra. Em dimensões e amplitudes nunca experimentadas, a guerra se espalhou por terras e mares envolvendo toda sorte de interesses e justificativas – conflitos dinásticos, religiosos,

rivalidades geopolíticas, entrepostos comerciais etc. Todas as outras faces desse Estado – exército, burocracia, tributação, comércio e diplomacia – pareciam convergir, em última instância, para a guerra. Embora seu livro confunda a idéia de absolutismo como relacionado à centralização política e administrativa e incorra em vários equívocos de generalização, sobretudo no enfrentamento dos casos ibéricos, seu destaque aos valores nobiliárquicos e a guerra nas sociedades de Antigo Regime tem um valor significativo para esse estudo. A permanência dos valores e da influência da nobreza marcava sobremaneira o mundo moderno e delimitava uma ordem quase imutável.

Sobre essa marca do guerreiro naquela sociedade, o italiano Cesare Vespignani, em seu trabalho sobre o discurso da guerra e a formação do Estado na Espanha e na Península Itálica entre os séculos XVI e XVII, toma como ponto de partida as transformações ocorridas no período para analisar seu influxo sobre a literatura, particularmente na configuração dos novos modelos de monarca e de general. O que lhe chama atenção mais especificamente é que essa época testemunha, do ponto de vista literário, “la aparición de una literatura de guerra escrita por los soldados comunes que ofrecen, por primera vez, no sólo sus perspectivas de los acontecimientos sino también escritos de tipo autobiográfico”.¹⁵

Já para Bebiano, mais interessado nos mecanismos de divulgação dos feitos bélicos, o exercício da guerra constituiu-se o elemento fundamental das *governanças* autoritárias que se afirmaram na Europa no decorrer dos séculos XVI e XVII. Surgia, também, como “causa, efeito e expressão” do embate lançado no processo de uma gradual definição da idéia de fronteira, que delimitava ao exterior os domínios de um soberano. O *Seiscentos*, mais especificamente, seria marcado por uma “militarização” da sociedade, quase generalizada, que se percebia envolvida em um contexto beligerante. O valor social do elemento militar, herdado do período medieval, seria potencializado por novas e importantes tonalidades. Bebiano percebe isso por meio de seus estudos acerca da escrita da guerra e a divulgação desta através de opúsculos, tratados etc., como estratégia do poder.¹⁶

¹⁵ **VESPIGNANI**, Cesare. *El discurso de la guerra y la formación del estado: tratados políticos y noticias de soldados en España e Italia en los siglos XVI y XVII*. Tese de doutorado em Filosofia. Oregon: Department of Romance Languages and the Graduate School of the University of Oregon, 2003, p. 1.

¹⁶ **BEBIANO**, op. cit., p. 89-92.

O Estado em armas

Um elemento caro a este trabalho refere-se à busca ou afirmação do lugar do indivíduo na sociedade de Antigo Regime. No campo das permanências feudais dessa sociedade, Perry Anderson defende que sua classe dominante seria, por definição, militar. A nobreza era uma classe de proprietários de terra cuja profissão era a guerra, portanto, esta era matizada por uma aura de honra privilegiada. Acrescido a isso, temos uma concepção de riqueza diferente da capitalista. Segundo Anderson,

o meio normal da competição intercapitalista é econômico, e sua estrutura é tipicamente aditiva: ambas as partes rivais podem expandir-se e prosperar – embora de forma desigual – ao longo de uma única confrontação, porque a produção de mercadorias manufaturadas é intrinsecamente ilimitada. O meio típico da rivalidade interfeudal, ao contrário, era militar e a sua estrutura era sempre, potencialmente, a do conflito de soma-zero do campo de batalha, através do qual perdiam-se ou se conquistavam quantidades fixas de terra. Porque a terra é um monopólio natural: não pode ser indefinidamente estendida, apenas redividida.¹⁷

A mesma perspectiva predatória se usava nas políticas mercantilistas, nas quais a guerra seria uma forte aliada. Evidentemente, esses Estados, longe de guardarem uma racionalidade capitalista, conduziam a guerra segundo suas antigas funções medievais. O caráter irredutivelmente feudal do absolutismo permanecia. Não há sinal mais claro – na perspectiva de Anderson – de continuidade estrutural do Estado feudal na sua última fase, que a persistência de suas tradições militares.

Dessa forma, o Estado moderno, passando a exercer o *monopólio da violência*¹⁸, foi pioneiro no exército profissional, cada vez mais numeroso e dispendioso. Tratava-se de massas extraordinárias e heterogêneas, formadas, em sua maioria, por mercenários

¹⁷ ANDERSON, op.cit., p. 31.

¹⁸ A expressão de matriz weberiana aparece como importante fator explicativo na obra de Norbert Elias. Ao buscar uma interpretação para as transformações ocorridas na passagem do período conhecido como *crise do sistema feudal* para a formação do Estado moderno, Elias percebeu uma transformação que se operava na própria função social da nobreza. Tais transformações – sociais, políticas e comportamentais – transmutaram os nobres de guerreiros para cortesãos. De modo geral, para Elias, não haveria mudança no Estado se a sociedade não mudasse; esta mudança era obtida através das relações sociais, e foi entendida como “processo civilizador”. A luta da nobreza naquele momento era para garantir seus privilégios e suas posições sociais, distinguindo-se da plebe e da burguesia em ascensão, e respaldando o poder do rei. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, v.2. Cf. também: MONTEIRO, “Uma longa partida: a Guerra dos Cem Anos e o jogo de tênis”. In COELHO, Maria Claudia (org.) *Cadernos de Teoria da Comunicação. Jogos, comunicação e sociedade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural – DTC/FCS UERJ, ano I, n° 2, 1994, p. 27-35.

estrangeiros. Essa composição era motivada pela baixa densidade demográfica e/ou pelo temor de se armar camponeses em suas próprias terras. Contando com dezenas e até mesmo, no avançar do Antigo Regime, com centenas de milhares de soldados, não é difícil imaginar os gastos exigidos para o pagamento de soldos e suprimentos de roupas, alimentos e armas, principalmente se levarmos em conta os níveis de produção daquela sociedade pré-industrial e os meios de transporte disponíveis. Não por acaso, os gastos de alguns Estados com a guerra – como a Espanha – chegaram ao patamar de 80% de sua arrecadação.¹⁹

Portanto, além da força armada, devia-se pensar a força social, uma vez que no decorrer de uma ação militar se gastavam normalmente víveres, munições, armas, e até efetivos. Tornava-se necessário medir a potência de uma sociedade também pela sua capacidade de produzir e reproduzir em tempo útil o que se esgotava. Outro fator a ser pensado era o moral ou o psicológico dos guerreiros. Não se podia desprezar, assim, o estímulo representado pela possibilidade de acesso às mercês e a conseqüente diferenciação no estatuto social que estas acarretavam. Retornaremos a esse aspecto mais adiante.

Rui Bebiano, em uma abordagem mais sensível às interfaces culturais que o fenômeno da guerra suscita, destaca as transformações na visão acerca da guerra na passagem do medievo para o período moderno, não apenas no que diz respeito às inovações técnicas, mas no referente à transição de um caráter mais individual e autônomo para um mais coletivo e centralizado. Claro que se deve considerar as muitas continuidades, sobretudo no imaginário, como o já dito papel nobre na direção – o que se percebe efetivamente no caso português, de sorte que ascender na hierarquia militar poderia significar se aproximar da condição do nobre. Todavia, semelhante àquela sociedade, o exército não era uma *meritocracia*. Refletia na sua hierarquia interna as clivagens sociais. As próprias armas possuíam uma classificação interna: cavaleiros, piqueiros, arcabuzeiros, mosqueteiros, artilheiros. Isso implicava, por exemplo, que os capitães de cavalos fossem mais nobres que os de arcabuzeiros. Ainda que a cavalaria tivesse perdido importância na maneira moderna de combater.

Segundo Bebiano, um marco da história militar a separar duas épocas foi a Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Na virada para o século XVI daria-se uma “revolução militar”

¹⁹ **PARKER**, Geoffrey. “O Soldado” In: **VILLARI**, Rosário (dir). *O homem barroco*. Lisboa: Presença, 1995, p. 37 e 44.

com quatro grandes mudanças: renovação tática – substituição da lança pelo pique e do arco pelo mosquete, conduzindo à completa anulação do potencial bélico da cavalaria tradicional; acentuado crescimento numérico dos exércitos; adoção de estratégias mais complexas e ambiciosas; causando, tudo isso, a ampliação poderosa do impacto da guerra na sociedade, com custo econômico, perdas e destruições, mudanças administrativas etc. Na passagem do século XVI para o XVII as contribuições do holandês Maurício de Nassau – treinamento da infantaria de linha – e do sueco Gustavo II Adolfo – salva de cavalaria e sistema de pelotão – além do tcheco Wallenstein – comando vertical unitário – seriam paradigmáticas para os novos tempos. A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) seria um grande palco para se vislumbrar as inovações com uma enorme quantidade de mortos frente às novas armas e táticas.²⁰

Notavelmente Maurício de Nassau e seu primo Guilherme Luis realizaram importantes inovações táticas no exército holandês: reduziram o tamanho de suas unidades e incrementaram significativamente o número de oficiais e sub-oficiais; aumentaram o número de mosqueteiros e arcabuzeiros em cada unidade e introduziram a técnica clássica da “contramarcha”, na qual sucessivas filas de mosqueteiros avançavam, atiravam e retrocediam para recarregar imediatamente – tática de efeito limitado até o desenvolvimento de um mosquete que pudesse ser recarregado mais rapidamente.

A infantaria espanhola não ficava para trás. Por volta de 1560 era composta normalmente por pequenas companhias uniformes (de 120 a 150 homens), agrupadas em *tercios* (regimentos de 1200 a 1500 homens), que continham uma grande concentração de fogo. Também a cavalaria espanhola era impressionante quando em ação. Os exércitos espanhóis mais permanentes já se distinguiam por uma sofisticada infra-estrutura. Nos Países Baixos e na Lombardia, pelo menos depois de 1570, havia uma tesouraria militar especial, uma completa hierarquia autônoma de tribunais de justiça, um sistema bem

²⁰ **BEBIANO**, “A guerra: o seu imaginário e a sua deontologia”, In: **BARATA**, Manuel Themudo & **TEIXEIRA**, Nuno Severiano (dir.) *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, v. 2, p. 36-67. **BEBIANO**, “A arte da guerra”, In: **BARATA**. & **TEIXEIRA** (dir.), op. cit., p. 112-196. Sobre a Guerra dos Cem Anos, **SILVA**, Vitor Deodato da. *Cavalaria & Nobreza no Fim da Idade Média*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1990. Sobre a Guerra dos Trinta Anos, **PARKER**, (org.), *The Thirty Years' War*. London/New York: Routledge, 1987. Cf.: O termo “revolução militar” foi cunhado originalmente por Michaels Roberts em 1956. Embora questionado por algumas correntes historiográficas ele mantém sua validade. O termo foi aprofundado por Geoffrey Parker posteriormente. **ROBERTS**, Michaels. “The military revolution, 1560-1660”. *Essays in Swedish History*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1967, p. 195-225.

desenvolvido de serviços médicos e uma rede de capelães. A Espanha do século XVI tinha também um complexo plano de treinamento para seus homens.

Os holandeses, no entanto, tiveram uma notável contribuição. Maurício de Nassau e seu primo estavam convencidos da necessidade de padronizar e regularizar suas forças. Em 1599 conseguiram fundos dos Estados Gerais para equipar todo o exército da República com armas do mesmo tamanho e calibre. Quase ao mesmo tempo, o conde João Maurício de Nassau começou a trabalhar em um novo método de treinamento militar: o *manual ilustrado*. De enorme sucesso, o manual expressava as transformações operadas no século XVI: a evolução das formações monolíticas e maciças de piqueiros às articuladas combinações de picas e armas de fogo, que tornaram necessária uma complexa hierarquia de filas, processo que lançava uma maior carga sobre os ombros dos oficiais inferiores e sub-oficiais. Esses se converteram em elos chaves entre os comandantes do exército e as pequenas unidades táticas – tinham que controlar, disciplinar e instruir seus homens. Ainda que não tenham inventado toda a “revolução” tática, foram os holandeses que descobriram o melhor modo de sistematizá-la. Uma vez que analisaremos mais adiante os conflitos entre neerlandeses e luso-brasileiros no nordeste da América portuguesa, é interessante considerar desde já que os vassalos lusitanos enfrentavam inimigos que estavam no grupo de vanguarda dessa *revolução militar*.²¹

Para alguns, a influência crucial na evolução da estratégia no século XVI foi a aparição de um tipo totalmente novo de fortificação: a *trace italienne*, um circuito de muros baixos e densos ponteados por bastiões quadrangulares. Surgidas em decorrência do poder de fogo dos novos canhões, que tornaram inúteis as muralhas medievais finas e gigantescas, as novas fortificações exigiam novas táticas. Logo se tornou evidente que uma cidade protegida pela *trace italienne* não podia ser capturada pelos métodos tradicionais de bateria e assalto.

Como já mencionado, o aperfeiçoamento da artilharia fez com que a cavalaria perdesse sua grande importância nos combates, ainda que essa mantivesse seu estatuto nobre. Isso favoreceu o aumento dos exércitos, pois era muito mais oneroso equipar cavaleiros que homens com lança, espada e escudo. O equipamento básico de um piqueiro custava pouco mais que o soldo de uma semana e, em alguns casos, essa insignificante

²¹ PARKER, “O soldado”, In: VILLARI, op. cit., p. 41-42.

quantia podia ser deduzida de seu pagamento. Por outro lado, essas mudanças operadas nos modos de guerrear também provocaram embates intelectuais. Durante o século XVI houve um forte debate entre os “Antigos”, que advogavam que Grécia e Roma haviam deixado exemplos que deviam ser copiados em tudo menos na religião, e os “Modernos”, seus oponentes, defensores dos novos modelos.²²

Na contramão das transformações, de acordo com Vespignani, o ideal aristocrático do guerreiro não desaparece, pelo contrário, se difunde nas linhas da infantaria. Para o autor, “los que con sus arcos, picas y, más tarde, arcabuces y mosquetes habían signado el fin del mundo de los caballeros, heredan sus valores y los mantienen en vida”. Esse fenômeno foi mais agudo no exército espanhol, onde os nobres adotaram mais rápido o combate a pé (todavia, sem abandonar o estilo de vida nobre) compondo a infantaria. Conforme o autor, “si, desde el punto de vista militar, se trató de una subida del noble en las filas de los hombres comunes, desde el punto de vista ideológico, el movimiento fue en sentido inverso”.²³

Um problema sério e relevante para o encaminhamento de nosso argumento, era a crescente complexificação da guerra que exigia mais dos cofres públicos. Esse tema tornava-se cada vez mais dramático para o Estado. A guerra era cara não tanto pelo custo dos equipamentos, mas pela quantidade de homens envolvidos que, apesar de mal pagos, eram muitos, sem mencionar o alto custo da cavalaria – cavalo e seu sustento – e da artilharia com seu municimento. Como afirmamos, os gastos com a logística (alimentação, roupas, armamento...) e até mesmo com o pagamento dos soldos mostravam-se demasiado pesados, além do que imaginamos, consideradas as condições práticas do período.

Segundo Geoffrey Parker, a Europa vivia no século XVII um quadro de proliferação de guerras com um envolvimento de soldados nunca antes experimentado. Isso gerava um afã constante pelo recrutamento de novos soldados em número superior aos efetivamente necessários – devido às muitas deserções registradas ante o arrependimento pela dureza da guerra. Outra característica do período era a elevada e crescente taxa de mortalidade militar, que acompanhava o crescimento e o aperfeiçoamento dos armamentos de fogo e das táticas de combate, cada vez mais letais. Contribuíam, também, a falta de comida, o

²² **Idem**, p. 43-44.

²³ **VESPIGNANI**, op. cit., p. 44 e 46-47.

cansaço e as doenças que os rigores dos deslocamentos impunham. Esses fatores se agravavam com a dificuldade de manter a estrutura mínima necessária para tamanho contingente. Durante a primeira metade do século XVII e até bem mais tarde em alguns países, os governos não usufruíam de recursos suficientes para manter as suas forças armadas. Apesar dos impostos, dos empréstimos e da alienação dos bens, o custo de uma guerra ultrapassava em geral os fundos disponíveis.²⁴ No estudo do caso espanhol, John Elliott demonstra como os reis Habsburgos viveram na carne este drama.²⁵

Geoffrey Parker ressalta que o potencial humano nos exércitos não dependia apenas de fatores internos como a tática, mas também de certo número de fatores externos desvinculados da arte da guerra. Destaca três destes fatores: primeiro, governos capazes de organizar e controlar grandes forças, com a importância do aumento da burocracia. Depois, certos avanços tecnológicos elementares, pois para alimentar 50.000 homens em marcha era preciso concentrar fornos para produzir 50.000 peças de pão ao dia, armazenar e produzir água, vinho e cerveja, ter carros e cavalos para transportar equipamentos, tendas, camas e abrigos para acomodar pelo menos os oficiais, além da fronteira tecnológica representada pelos caminhos (ou a falta deles). Por fim, tudo isso demandava dinheiro, e a necessidade de organização tributária, econômica e financeira. Para Parker, a revolução no potencial militar entre 1530 e 1710 fez com que a guerra gravitasse mais sobre a sociedade, incrementando a autoridade do Estado, acentuando a mobilidade social e, indubitavelmente, atrasando o desenvolvimento econômico da maior parte dos beligerantes.²⁶

Quem eram os indivíduos que iam para o campo de batalha? Não obstante, no século XVII a vida de quase todos era incerta, bestial e rude. Provavelmente quem ia para a guerra impelido pela necessidade nem sempre fazia uma opção errada. Muitos enriqueceram e retiraram-se com seus proventos, fosse pela sorte de um saque, fosse pela ascensão – ainda que limitada – na hierarquia social. Para os comandantes militares, os títulos e as terras deviam ser a forma mais comum de recompensa. Nem sempre recebiam por inteiro as importâncias atrasadas, mas eram amplamente indenizados de outro modo. Ademais, os oficiais também podiam enriquecer comprando casas nas cidades ocupadas, as

²⁴ PARKER, “O soldado”, In: VILLARI, op. cit., p. 37 e 44.

²⁵ ELLIOTT, John H. *La España imperial 1469-1716*. Barcelona: Vicens Vives, 1998, p. 173-226. Cf. também: *Imperios del mundo atlántico. España y Gran Bretaña en América (1492-1830)*. Madrid: Santillana Ediciones Generales, 2006.

²⁶ PARKER. *España y los Paises Bajos*. Madrid: Rialp, 1986.

quais eram vendidas depois a preços vantajosos, recebendo “luvas” dos particulares, em troca da isenção da obrigação de alojar as tropas ou aumentando fraudulentamente os efetivos de seus destacamentos para obterem rações de víveres e salários maiores. Além disso, tal como os soldados, também podiam lucrar com os saques.²⁷

Especificidades lusitanas

Assim, no início da Época Moderna, o mundo europeu passava por transformações aceleradas no que tange à prática militar. Todavia, em Portugal, a mudança se daria um pouco mais tarde, uma vez que o país não estava voltado para o teatro das grandes guerras do período no continente, e se preocupava com combates em novos terrenos sob o signo do expansionismo marítimo. Em Portugal a guerra se dava em nome do rei e da religião, pois imperava uma lógica de cruzada com preocupações calcadas na conquista de honra e glória pessoal que destoava da nova visão europeia da busca por objetivos mais pragmáticos e “centralizados”.²⁸ Assim, o comportamento do soldado português era muito mais desregrado e empírico do que o novo modelo de soldado disciplinado e adequado às novas técnicas.²⁹ Conforme Fernando Dores Costa, o soldado português da época era estereotipado como insubordinado e desobediente. Esse consideraria a obediência uma covardia e valorizaria as ações individuais, talvez por considerar os atos voluntariosos, fontes de honra e serviço ao rei, dignos de mercês, uma vez que excederiam a obrigação. Adiante veremos com mais vagar o universo de expectativas dos guerreiros lusos. Além disso, com a União Ibérica em 1580, Portugal se via impedido de desenvolver um exército próprio e renovado, protelando o desenvolvimento bélico.³⁰

²⁷ PARKER, “O soldado”, In: VILLARI (dir), op.cit., p. 37-44.

²⁸ “Na prática militar dos portugueses exercida nos novos territórios uma lógica de cruzada, um entendimento da guerra como expressão da missão dilatadora da fé, de apego à riqueza, mesmo a pessoal, da conquista da honra e da glória, que contrasta vivamente com as profundas transformações que a mesma prática estava a viver no espaço bélico europeu, onde, ao mesmo tempo que se profissionaliza, se submete em primeiro lugar aos objetivos propostos pela autoridade política suprema.” BEBIANO. “A guerra: o seu imaginário e a sua deontologia.” In: BARATA & TEIXEIRA (dir.), op. cit. p. 52.

²⁹ BEBIANO. “Elementos de um barroco militar”, In: *Revista de História das Idéias, Cultura Política e Mentalidades*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989, v. 11.

³⁰ COSTA, Fernando Dores. “Milícia e sociedade”, In: BARATA & TEIXEIRA (dir.), op. cit. p. 99-100.

A reflexão de Geoffrey Parker sobre o soldado considerada até aqui privilegia o cenário do norte europeu, onde quase todos os soldados envolvidos eram voluntários que se alistavam por opção própria, na maioria das vezes movidos pela miséria. A península ibérica, todavia, guardava algumas especificidades também nesse aspecto, pois a grande repulsa ao serviço militar dificultava em muito o alistamento. Nesse âmbito, Fernando Dores Costa estuda a resistência ao recrutamento e o problema da deserção: por saudades da família e da terra, fome e falta de recursos para subsistência. Segundo ele, as condições de vida dos soldados não eram melhores que dos jornaleiros ou mesmo dos pedintes – diferente de outras regiões da Europa. Nem mesmo a expectativa de ganhos pela via da pilhagem e do saque parecia atrativa, uma vez que a guerra era pouco freqüente na península ibérica.³¹

Parece que, em Portugal, o recrutamento se dava mais pela força e em função, na maioria das vezes, de ocasiões específicas, e não para a constituição de uma força permanente. Arraigado na perspectiva das “ordenanças” – milícias não remuneradas instituídas como lei por D. Sebastião no século XVI. Em outras partes do império isso não parece ser diferente. No resto da Europa, havia facilidade em se achar homens para servir na guerra (por comodidade ou inclinação) já em Portugal, exceto a nobreza, todos se dificultavam a fazê-lo, dando até mesmo o que tinham para se livrarem de servir na guerra. É importante pensar que braços dirigidos para a guerra faziam falta na agricultura. Além disso, essa sociedade de privilégios fazia com que muitos fossem isentos do serviço militar, pelo nascimento ou pelo cargo ocupado e isso, muitas vezes, era extensivo aos filhos e servos.

Ao tratar da guerra de Restauração portuguesa (1641-1668), o autor descaracteriza uma prontidão para o recrutamento, defendida por autores que advogam a idéia de um nacionalismo português no período. Para Dores Costa um dos primeiros grandes desafios do novo monarca, D. João IV, teria sido formar um exército permanente. Não raro o recrutamento se dava pela via da coação.³²

Apesar disso, Costa confirma dois motivos para os indivíduos saírem de sua terra

³¹ “As condições de vida dos soldados encontravam-se abaixo da dos jornaleiros comuns e mesmo dos pedintes – o exército não parece constituir uma forma de fugir à fome, como ocorre noutras zonas da Europa. Por outro lado, a guerra, pouco freqüente nestas paragens, não cria expectativas de ganhos pela via da pilhagem e dos saques”. **Idem**, p. 78.

³² **COSTA**. *A Guerra da Restauração 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p. 28-32.

para se tornarem soldados: a natural inclinação para as armas e a procura da honra; e a pobreza.³³ Embora normalmente os principais postos da hierarquia militar em Portugal fossem ocupados pela nobreza principal, em determinadas conjunturas havia a possibilidade de ascensão para os “soldados da fortuna” – militares experientes, mas sem qualidade de nascimento. Para os nobres ficava o governo das principais províncias e vice-reinados, mas para os militares que ascenderam na carreira o governo de capitánias atlânticas de menor importância estava ao alcance. Permanecia a hegemonia da fidalguia de corte na ocupação dos postos supremos da força bélica e, em particular, dos que se situavam na corte ou mais próximos de Lisboa. Mas era cada vez mais difícil atrair a nobreza e a maioria do exército era constituída pela plebe. Havia reclamação de que os postos intermediários eram ocupados não com base no merecimento, mas sim na clientela da nobreza, dirigente militar. Ocorriam problemas devido a pouca experiência dos que ocupavam a direção dos exércitos baseados, somente no seu estatuto social por nascimento.

De acordo com Antonio Manuel Hespanha e Maria Catarina Santos, o império português, por ser baseado no domínio dos mares, ao contrário dos impérios territoriais clássicos, foi pouco homogêneo e descentralizado, por vezes entregue ao cuidado de muitos centros políticos relativamente autônomos. A enormidade, distância e diversidade dos espaços exigiram uma conjugação engenhosa de instituições que satisfizessem as necessidades de cada região – capitánias donatárias, feitorias, contratos, municípios, fortalezas, laços de vassalagem e protetorado, além de vínculos políticos informais.³⁴ Rodrigo Bentes Monteiro afirma que essa multiplicidade de soluções proporcionou a viabilidade da empreitada para um reino de dimensões tão reduzidas, que não poderia arcar com o ônus econômico e logístico para a administração de um império tão vasto, além de se adequar melhor à própria idéia de império no início da Época Moderna.³⁵ Todavia, um dos traços em comum a este Portugal ultramarino tão plural parece ter sido a desorganização militar que, se era suficiente para os embates locais, deixava muito a desejar quando confrontada com as potências européias. Por todas as partes do além-mar luso, a dificuldade para arregimentar soldados regulares não parecia ser diferente. Os moradores do Brasil, por exemplo, queriam fazer parte apenas das tropas auxiliares, o que lhes

³³ COSTA. “Milícia e sociedade”, In: BARATA & TEIXEIRA (dir.), op. cit., p. 94.

³⁴ HESPANHA & SANTOS, “Os poderes num império oceânico”, In: MATTOSO, op. cit., p. 148-149.

³⁵ MONTEIRO, *O rei no espelho*. op.cit., p. 204-205.

permitia manter suas atividades. A tropa paga tinha poucos nascidos no Brasil, sendo muitas vezes formada por açorianos.

Charles Boxer, embora com comentários um tanto impressionistas e generalizantes, creditou as derrotas lusas no Oriente à falta de preparo do soldado português, muito mais fiado em seu voluntarismo, conforme referido anteriormente. Segundo ele, os portugueses “não utilizavam qualquer outra tática para além duma carga desorganizada ao grito guerreiro de ‘*S’antiago e a elles!*’”.³⁶ Alguns esforços esporádicos foram feitos na tentativa de remediar esse quadro de falta de disciplina e treino militar, mas não se conseguiu nenhum resultado duradouro até o final do século XVII.³⁷

Tal qual na Ásia e no Brasil, pelo menos até as primeiras invasões holandesas, os entrepostos no litoral africano possuíam soldados reunidos em pequenas companhias ou unidades, mobilizadas ou dissolvidas de acordo com a ocasião.

No que tange à guerra deste lado do Atlântico português, destacam-se os estudos de José Antônio Gonsalves de Mello – para muitos o mais importante autor sobre o período holandês, com seus trabalhos sobre a presença batava em Pernambuco e o estudo biográfico de notórios heróis da guerra da Restauração pernambucana. O autor pernambucano, com profunda análise das fontes, renovou a abordagem sobre a presença holandesa, principalmente por contemplar a história social do período. Assim, a obra de Gonsalves de Mello tornou-se indispensável para todos que pretendem lidar com essa conjuntura.³⁸

Por sua vez, Evaldo Cabral de Mello também produziu reconhecidas obras sobre o mesmo período, nas quais, imbuído de uma *sociologização do nexa* – como apontam alguns – desenvolveu a perspectiva do surgimento de um sentimento nativista em Pernambuco ancorado na prerrogativa de uma vassalagem especial alcançada diante do triunfo dos luso-brasileiros contra os inimigos hereges. Principalmente porque os restauradores teriam

³⁶ **BOXER**, Charles. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições Setenta, 1981, p. 127. Segundo Charles Boxer, desde 1605 os holandeses conseguiram conquistar as principais ilhas das especiarias nas Índias Orientais. Os portugueses apenas conseguiram se manter em Macau, na costa do sul da China e nas ilhas mais afastadas do grupo da Sunda Menor (Timor, Solor, Flores), na Indonésia.

³⁷ Sobre a região oriental ver: **DORÉ**, Andréa Carla. *Império sitiado: as fortalezas portuguesas na Índia (1498-1622)*. Niterói: Tese de doutorado em História, UFF, 2002.

³⁸ **MELLO**, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007; *João Fernandes Vieira mestre-de-campo do terço de infantaria de Pernambuco*. Lisboa: CEHA, 2000; *D. Antonio Filipe Camarão. Capitão-mor dos índios da costa do nordeste do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954; *Henrique Dias. Governador dos pretos crioulos e mulatos do Estado do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954.

devolvido, gratuitamente, a capitania ao governo do monarca lusitano. Além da interessante e provocativa questão suscitada, Evaldo Cabral de Mello é reconhecido pelo rigor da pesquisa documental e sua erudição. O autor articula, de forma magistral, a história do Nordeste açucareiro com o contexto global, tornando-se referência inestimável.³⁹

Mais recentemente, Pedro Puntoni, formado pela Universidade de São Paulo, lançou novo olhar sobre o período. O autor desponta na nova geração com suas pesquisas sobre a “guerra dos bárbaros” e as disputas envolvendo o tráfico de escravos no nordeste do Brasil, contribuindo sobremaneira para a percepção das particularidades da guerra na América portuguesa e em relação a Portugal.⁴⁰

De maneira geral, esses e outros trabalhos acerca da guerra na América portuguesa permitiram a apreensão das continuidades e das diferenças entre o contexto colonial e o europeu. Não obstante, são sensíveis às marcas de um iberismo que não conheceu barreiras marítimas. Assim, boa parte da análise desses autores aparece no decorrer dos próximos capítulos.⁴¹

Por outro lado, corroborando a perspectiva acerca do papel do guerreiro no mundo lusitano, percebemos que as armas levantadas no vasto império português durante o tumultuado século XVII foram vastamente contadas e cantadas por numerosas penas,

³⁹ **MELLO**, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada – guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998; *Rubro veio, o imaginário da Restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; e *A fronda dos mazombos. Nobres contra mascates. Pernambuco 1666-1715*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁴⁰ **PUNTONI**, Pedro. *A mísera sorte. A escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico sul, 1621-1648*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999; *A guerra dos bárbaros: Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002 e “As guerras no Atlântico sul: a ofensiva holandesa (1624-1641)”; “As guerras no Atlântico sul: a Restauração (1644-1654)” e “A ‘guerra dos bárbaros’ (Brasil, 1650-1720)” In: **BARATA & TEIXEIRA** (dir.). *Nova História Militar de Portugal*, op.cit., p. 255-267 e 282-290 e 293-300.

⁴¹ Sobre conflitos na América portuguesa, em contextos próximos ao nosso, ver: **SCHWARTZ**, Stuart B. “The Voyage of the vassals: royal power, nobles obligations and merchant capital before the portuguese restoration of independence 1624-1640”, *The American Historical Review*, 96, 3, 1991, p. 735-762. Cf. também: **CAMENIETZKI**, Carlos Ziller & **PASTORE**, Gianriccardo Grassia. “1625, o fogo e a tinta: a batalha de Salvador nos relatos de guerra”, *Topoi. Revista de História*, v. 6, n° 11, Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 7 Letras, jul.-dez. 2005, p. 261-288. Cf., também: **MEGIANI**, Ana Paula Torres. “Das palavras e das coisas curiosas: correspondência e escrita na coleção de notícias de Manuel Severim de Faria”, *Topoi. Revista de História*, v. 8, n.15, Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 7 Letras, jul.-dez. 2007, p. 24-47. Para contextos diferentes: **MELLO**, Christiane Figueiredo Pagano de. *Os corpos de ordenança e auxiliares na segunda metade do século XVIII. As capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do império português no centro-sul da América*. Niterói: Tese de doutorado em História, UFF, 2002. **MELLO**, Christiane F. Pagano de. “A guerra e o pacto. A política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais”. In: **CASTRO**, Celso; **IZECKSOHN**, Vitor; **KRAAY**, Hendrik. (orgs.). *A Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV / Bom Texto, 2004, p. 67-85.

algumas mais habilidosas, outras nem tanto. As muitas publicações em Madri e Lisboa mostravam como era importante, para aqueles que combatiam em lugares tão distantes, “dar-se a ver” e apresentar seus feitos ao rei e a outros vassallos, entre leitores e ouvintes.

Isto posto, ao longo deste trabalho analisaremos melhor as questões propostas acerca de uma cultura política ibérica que conduzia alguns sujeitos a aspirarem outras posições na escala social. Veremos também como o estímulo à busca por remunerações por serviços prestados ao rei servia mesmo como uma estratégia de governo – amplamente utilizada pelos monarcas lusitanos – possibilitando a manutenção de um amplo império ultramarino.

* * *

Entre as muitas reflexões e teses sobre a essência belicosa das sociedades destaca-se o fenômeno da perenidade dos conflitos na história da humanidade. Explicá-lo não é tarefa fácil e tampouco nos arriscaremos nesse campo. Ocupa-nos, por hora, o objetivo de considerar algumas implicações da atividade guerreira em determinado contexto histórico.

Enquanto a Europa passava por profundas transformações no campo militar no início da Época Moderna, o reino português experimentava condições bastante específicas. Contudo, o novo padrão marcial europeu assolaria Portugal inevitavelmente ao longo do século XVII – para livrar-se do domínio castelhano ou para combater os ataques neerlandeses em seu ultramar – exigindo-lhe equiparar-se aos novos tempos. Mas tal equalização dar-se-ia com significativas particularidades. Eram muitas as permanências presentes no mundo português.

Assim sendo, monarcas e vassallos lançaram mão de estratégias para salvaguardar interesses. Instiga-nos particularmente o papel dos indivíduos nessas relações. Quais influências sofriam? Como interpretavam o momento vivido? De que forma compreendiam as possibilidades de negociação nos jogos de poder? Qual o posicionamento dos vassallos nas longínquas paragens do império português? Começaremos por considerar no próximo capítulo o universo cultural luso e ibérico entre os séculos XVI e XVII, analisando algumas referências importantes.

CAPÍTULO 2

AS FACES DO SOLDADO

Para un Caballero animoso nunca hay arma corta, porque con hacerse él un paso adelante se alarga ella bastantemente, y lo que le falta de acero lo suple el corazón de valor.

Baltasar Gracián

Na passagem da Idade Média para a Moderna – conforme os historiadores convencionaram chamar – havia um mundo em transformação. Na Europa ocidental, mudanças culturais, econômicas, políticas, técnicas e militares significavam ajustes nos papéis dos indivíduos naquela sociedade. Entre o novo e o velho, continuidade e ruptura, também se refletia na posição do “homem de guerra”. Para tal, os escritos ocuparam uma importante função e exprimiram anseios, inquietações e debates no decorrer dos séculos XVI e XVII. Não obstante, os guerreiros descobriram as múltiplas possibilidades do mundo das letras, sobretudo após o advento da imprensa. Algumas obras de grande repercussão em seu tempo nos permitirão neste capítulo compreender as idéias que permeavam a construção do perfeito soldado na Época Moderna.

Um mundo de armas e letras

Ainda que a prática militar passasse por profundas transformações – massificação, profissionalização, novas táticas, novas armas etc.¹ – seu vínculo com o *ethos* nobre permanecia muito forte. O campo de batalha seria por excelência o espaço para acréscimo da honra do nobre. Não obstante, a guerra também acenava para os plebeus com a possibilidade destes apresentarem virtudes que os aproximassem da honra e permitissem alguma distinção social, dentro de suas realidades. Ou seja, no imaginário daquele tempo prevalecia a associação lógica entre guerra-nobreza-honra. Aproximar-se dessa tríade era desejável.

Nesse período de transição, a expressão escrita passou a ser uma eficaz forma do Estado se fazer presente nos mais variados pontos de seus domínios, além de configurar

¹ Sobre as transformações na prática da guerra ver: **PARKER**, Geoffrey. “O soldado”, In: **VILLARI**, Rosário (dir). *O homem barroco*. Lisboa: Presença, 1995, p. 37 e 44.

uma marca de seu poder. A divulgação de variados eventos e, particularmente, das vitórias militares, aproximava soberanos e súditos, levando a versão oficial e esplendorosa do rei ao seu reino. Todavia, não apenas o Estado lançava mão desse artifício. Como veremos adiante, vários indivíduos souberam usufruir desse expediente para alcançar fama e honra, naquilo que poderíamos comparar a uma *propaganda pessoal*. Desse modo, vassalos que punham suas armas a serviço de seu rei tornavam seus feitos conhecidos – geralmente segundo suas próprias versões – e vinculavam seus nomes às conquistas militares do reino. Assim, paralelamente às armas, as letras constituíam rapidamente uma *civilização da escrita* ao longo da Idade Moderna.

Esse tempo estudado se caracteriza, na acepção de Fernando Bouza Álvarez, por uma *sociedade da escrita*. A produção de textos no período moderno alcançou um grande significado não apenas para a comunicação e a informação, mas sobretudo para o poder, configurando o próprio poder.² Ou seja, para essa civilização européia – entre os séculos XV e XVII – a letra tornou-se uma forma eficaz não apenas de comunicação, mas também de registro de informações e fatos que se pretendiam dignos de alcançar a posteridade. Contudo, escritos e cerimônias comporiam o próprio poder de monarcas e grandes nesse tempo, sua natureza, não apenas configurando aspectos externos. Mas não somente, na vida dos mais distintos grupos sociais da Alta Idade Moderna européia percebe-se o contato com o papel e a tinta. Até mesmo entre os mais pobres e miseráveis, ainda que poucos destes efetivamente soubessem ler ou escrever, nota-se o reconhecimento da importância do registro escrito. Como amostra disso, Bouza Álvarez menciona a revolta do Alentejo de 1637, quando os amotinados de Évora fizeram questão de queimar os livros e papéis que recolheram das escrivatinhas dos oficiais responsáveis por levantar um inventário das fazendas locais.³ Ainda que provavelmente analfabeta, a plebe compreendia o escrito como prova. A forma escrita passava a impregnar a muitos: maioria iletrada ou minoria letrada, com seus diversos usos.

Roger Chartier, ao tratar do caso francês, indica importantes caminhos para pensar a escrita na sociedade de Antigo Regime. Ao lançar mão de exemplos espanhóis para

² **BOUZA ÁLVAREZ**, *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta edad moderna (siglos XV-XVII)*. Madrid: Síntesis, 1997 e *Corre Manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

³ **Idem**, p. 34.

encaminhar alguns de seus argumentos, aponta para os possíveis traços comuns entre a França e a Europa ocidental no que se refere à cultura escrita. Sua análise sobre os textos que atravessavam as fronteiras sociais estabelecidas no período, e a circulação do conhecimento escrito entre os meios populares, influenciando mesmo aqueles que não produziam e liam os textos, interessa-nos para compreendermos o alcance das obras nesse tempo. A teorização sobre a produção de um sentido para um texto pelo seu autor, os possíveis significados construídos pelo receptor, além do estudo sobre a intervenção de impressores – na passagem ao livro ou ao impresso – ou sobre a marca da *oralização* desses escritos e a produção de publicações mais simples voltadas aos populares são temas que nos assessoram para pensar as fontes em voga, particularmente, as do quarto capítulo. Essas reflexões possibilitam, ainda, reconsiderar a oposição *macroscópica entre popular e letrado* ao reconhecermos *as circulações fluidas e as práticas partilhadas que atravessam os horizontes sociais*. Tomando o devido cuidado para não estabelecer uma interpretação que vulgarize o processo em uma simples difusão de cima para baixo, pensamos a história da literatura como uma história das *diferentes modalidades da apropriação dos textos*. Daí estabelecermos uma interrogação sobre as relações que os textos mantêm com o mundo social, preocupando-se com suas múltiplas variações: as representações e as realidades, a significação e a interpretação, formas de inscrição, transmissão e recepção etc.⁴

De modo geral, a imprensa significou um imenso barateamento dos livros, o que resultou em maior quantidade e *circularidade* desses impressos desde 1450. Não raro os escritos realizavam um percurso editorial. Publicados primeiro em edições mais elaboradas e caras, até que, posteriormente, fossem produzidas tiragens mais “populares” e acessíveis, ao estilo de “livros de cordel”. Assim, Chartier chama atenção para a possibilidade de uma determinada literatura alcançar a corte do rei e – sob outra forma, como vimos – também chegar às camadas sociais inferiores. Além disso, o alcance não podia ser precisamente dimensionado, pois o livro podia passar por várias mãos e inclusive, graças a sua autoridade, ser lido para um público maior que não pudesse ler por si próprio. A tiragem da edição de um livro no Século de Ouro espanhol era de cerca de 1500 exemplares. De

⁴ CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004; *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990, p. 121-163 e *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 255-271.

acordo com o objetivo e o caráter do conteúdo, o livro podia ter dezenas de cópias ou até mesmo passar da casa dos 7000 exemplares. Os baixos preços – pelos papéis de baixa qualidade – e as grandes tiragens, somadas à intrínseca capacidade de difusão, fizeram com que os grandes movimentos *propagandísticos* da Alta Idade Moderna utilizassem a nova arma que representava a letra tipográfica: trovas antitúrcas, campanhas de panfletos barrocos, opúsculos da Reforma protestante e da Reforma católica, sermões, manifestos etc.⁵

Todavia, além da função comunicativa, a escrita tornara-se uma forma eficaz de registro de tudo o que fosse considerado digno de alcançar a posteridade. Para essa civilização européia os registros escritos constituíam importantes ferramentas para a memória. Esta significava um importante elemento de identidade e poder.

Conforme Fernando Bouza, o esplendor cultural alcançado por Espanha e Portugal em suas idades de ouro não é imaginável sem o ativo concurso da imprensa. Graças a ela, esses reinos estavam preparados para que houvesse mais livros padronizados e baratos. Assim, seus autores puderam alcançar a fama que tanto desejavam e forjaram públicos cada vez mais amplos, consolidaram gêneros, difundiram notícias, propagaram idéias e polêmicas. Em suma, consolidou-se uma “República das Letras” numerosa, ativa e consciente de sua própria existência.⁶

Nesse cenário, entre o início do século XVI e a primeira metade do XVII, destacamos três obras sobre o papel do homem de guerra na sociedade moderna que, a nosso ver, são paradigmáticas de um debate. Com significativas repercussões em seus tempos, *O Cortesão*, de Baldassare Castiglione, *O Soldado Prático*, de Diogo do Couto, e *El Héroe*, de Baltazar Gracián, podem ser consideradas importantes referências acerca da visão do soldado na Época Moderna. Embora não ousemos aqui estabelecer qualquer tipo de análise ou estudo profundo sobre essas obras, apresentamos algumas questões que nos

⁵ **CHARTIER**, *A história cultural*. op. cit., p. 129 e 134. Sobre o impacto da imprensa naquela sociedade diz Chartier: “Por um lado, fixam ou são portadoras da palavra, cimentam as sociabilidades e prescrevem os comportamentos, atravessam o foro privado e a praça pública, levam a crer, a fazer ou a imaginar: revolvem a cultura na sua totalidade, compondo com as formas tradicionais da comunicação, instaurando novas distinções. Por outro lado, permitem uma circulação da escrita numa escala inédita, tanto porque a impressão baixa o custo de fabrico do livro, doravante repartido por todos os exemplares de uma mesma tiragem, e já não suportado por uma única cópia, como porque ela encurta os prazos da produção, muito longos nos tempos do manuscrito.”, p. 138-139.

⁶ **BOUZA**, *Corre manuscrito...*, op. cit., p. 19.

suscitam interesse para o tema da divulgação de feitos militares, visando à obtenção de honra naquele tempo.

O cortês

O livro de Baldassare Castiglione foi provavelmente redigido entre 1508 e 1516 e posto à luz em 1528, propondo um modelo exemplar do homem social. A construção de seu arquétipo tem como pano de fundo debates, em ritmo de jogos, acontecidos em quatro noites, de três a sete de março de 1506, no palácio do duque de Urbino, Guidubaldo di Montefeltro (1472-1508), a quem servia Castiglione como militar diplomata e letrado. Tal como famosas obras da Antiguidade, o livro é estruturado em forma de diálogos em que personagens debatem assuntos diversos, e o leitor aparece como espectador para julgar as posições contraditórias.

Escrito de forma elegante, o livro é disposto em quatro partes. Na primeira delas trata principalmente da origem do cortesão, apontando a primazia do nascimento e o aristocratismo como aspiração daquela sociedade. A segunda parte acrescenta ao perfil do cortesão o domínio de algumas faculdades de caráter – virtudes políticas e intelectuais – e a experiência da vida social palaciana – os espetáculos, torneios, danças, conversações etc. Na parte seguinte, aprofundam-se virtudes discutidas até então e aplicam-nas ao gênero feminino na vida palaciana. Por fim, na parte derradeira, o foco está nos debates amorosos e nas complexas relações políticas entre o cortesão e o príncipe.⁷

Em um momento singular do humanismo renascentista, o modelo de cortesão do livro de Castiglione propunha um novo perfil que se expressava como um homem pleno, capaz de conjugar o domínio da arte da guerra com as virtudes e valores cortesãos: a capacidade intelectual e erudita, o bom gosto artístico, a sensibilidade no trato social, a prudência e a perspicácia política etc.

Lembramos outrossim que este era um período de transição nas práticas guerreiras, quando a era da cavalaria era substituída pela eficiência pragmática das armas de fogo.

⁷ PÉCORA, Alcir. “Prefácio à edição brasileira”. In: CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. VII a XV.

Como vimos, novas modalidades de guerra tomavam a Europa e determinavam um novo papel nas estratégias militares. Período assim de redefinição de posições e significados.

Logo na dedicatória do livro, Castiglione apresenta seu relato como o pagamento de uma dívida com a memória de alguns personagens com quem desfrutara o convívio no palácio do duque de Urbino e com os quais aprendera a modelar o seu perfeito cortesão. Entre esses, a própria duquesa Elisabetta Gonzaga, o senhor Alfonso Ariosto, o duque Juliano de Médici, o cardeal D. Bernardo, o senhor Ottavian Fregoso entre outros que haviam morrido e mereciam, conforme o autor, serem eternizados por meio da publicação de seus valores. Dessa forma, percebemos a escrita como instrumento de memória que permitia tornar perene aquilo que se considerasse digno de tal sorte. Assim, Castiglione oferece sua obra como um retrato da corte de Urbino:

não da mão de Rafael ou de Michelangelo, mas de um reles pintor que somente sabe traçar as linhas principais, sem adornar a verdade com vagas cores ou fazer passar por arte da perspectiva aquilo que não o é.⁸

Ou seja, ao mesmo tempo em que se veste de humildade, calça-se de legitimidade por não disfarçar com floreios a verdade que relata.

No primeiro livro, o autor apresenta personagens como exemplos modelares em uma abordagem que percebemos comum nesse tipo de literatura do Antigo Regime. Quando descreve a cidade de Urbino e localiza a corte da qual tratará, refere-se à memória do duque Federico, pai de seu senhor, o duque Guidubaldo, afirmando:

em seus dias foi um lume da Itália; tampouco faltam vários e significativos testemunhos, ainda vivos, de sua prudência, da humanidade, da justiça da liberalidade, do ânimo jamais vencido e da disciplina militar; o que é certificado precipuamente por suas tantas vitórias, a tomada de lugares inexpugnáveis, a imediata prontidão nas expedições, o fato de muitas vezes com poucos homens ter posto em fuga inúmeros e valorosos exércitos, sem jamais ter perdido uma única batalha; de modo que podemos, não sem razão, igualá-lo a muitos dos antigos famosos.⁹

Como veremos ao longo deste trabalho, particularmente no quarto capítulo, esse elenco de virtudes permaneceu como lugar comum nos relatos de guerra produzidos ao

⁸ CASTIGLIONE, op. cit., p. 4 e 5.

⁹ *Idem*, p. 13.

longo do século XVII, promovendo perfis idealizados de homens que foram, de certo modo, elevados a exemplos de valores.

Conforme Castiglione, seu senhor, o duque Guidubaldo fora herdeiro das grandes virtudes de seu pai, mas por infortúnio adoeceu de gota em tenra idade, tendo os seus membros atrofiados lhe deformado o corpo. No entanto, mesmo debilitado por sua enfermidade, serviu em armas aos reis de Nápoles e ao papa Alexandre VI. A superação que vence a dor tornava-se exemplo de abnegação e valor nobre.

Como dito, o ponto inicial para a construção do perfil de um perfeito cortesão teria sido a proposta de um jogo para entreter os ilustres participantes de uma reunião na corte de Urbino. Nas proposições iniciais para a modelagem do cortesão perfeito estaria sua qualidade de nascimento, pois a boa linhagem traria consigo a obrigação de perpetuar e até acrescentar o luzimento de seus ancestrais. Por não carregarem nenhum lastro, os plebeus não possuiriam um estímulo inato ao engrandecimento. Todavia, entre os debatedores se ponderava que o bom cortesão não precisava necessariamente ter nascido nobre, uma vez que entre filhos de nobres se encontravam também aqueles que viviam uma vida de vícios, e em meio aos nascidos “em baixa condição” conheciam-se elevados *dons da natureza*. Registrada a ressalva, que nos parece importante, concordaram que, já que pretendiam um arquétipo idealizado, deviam partir do pressuposto da nobreza de nascimento.¹⁰

Ao estudar o princípio da honra na sociedade de Antigo Regime, o historiador espanhol José Antonio Maravall discute a presença desse debate naquele tempo sobre o sangue como instrumento de transmissão de honra e nobreza. Segundo ele, entre aqueles que defendiam a honra não somente pelo sangue, mas também pelo mérito, estava Antonio de Torquemada. Seu argumento era que, em última instância, todos seriam filhos dos mesmos pais, isto é, Adão e Eva. Torquemada prosseguia: “no se ha de amar y procurar la honra, sino la virtud y hazañas por donde se merece”, mesmo porque, de acordo com Sêneca, não havia nenhum escravo que, se fosse investigada sua linhagem, não chegasse por linha direta a um rei ou príncipe poderoso. Ainda citando Torquemada, afirmava que “deberíamos perder la soberbia que tenemos, presumiendo con los linajes, y tener en mayor estima y hacer más acatamiento a los que con sus obras hacen principio a su linaje”. Segundo Maravall, embora cada vez mais a polêmica ganhasse adeptos com seus

¹⁰ **Idem**, p. 30.

argumentos, até a Revolução Francesa o estigma do sangue continuou tendo grande importância como transmissor de honra.¹¹

Contudo, chama-nos a atenção o fato de que o perfeito cortesão, antes de tudo, deva ter como verdadeira profissão as armas, e que “seja conhecido entre os outros como ousado, valoroso e fiel àquele a quem serve. E a fama dessas boas qualidades há de adquirir se delas der prova em todo tempo e lugar.” A busca pela fama nos feitos militares devia ser a principal característica. Segundo o autor, precisava basear-se na sua coragem, que se expressava não somente nas grandes coisas aos olhos de todos, mas também nas pequenas ocasiões ocultas da maioria. Dessa forma, a marca do nobre para Castiglione no início do século XVI seria a guerra. As mais características seriam anexas a esta fundamental.¹²

Acrescenta o autor que o perfeito herói que se procura seria aquele “veemente, severo e sempre entre os primeiros” quando estivesse frente ao inimigo, mas “em qualquer outro lugar, humano, modesto, contido, fugindo sobretudo da ostentação e da impudente louvação de si”. Aqui está, para nós, o ponto nevrálgico desta obra, isto é, o cortesão desenhado como valente guerreiro que acumulava em si um leque de virtudes que lhe atribuíam honra, glória e fama.¹³ Essa reunião de valores ultrapassava o primordial domínio das armas revestindo-lhe de um caráter especial, elevando-o à condição de exemplo. No que tange à modéstia, o autor considerava legítimo relatar seus próprios feitos para o reconhecimento e a honra, desde que com comedimento.

Entre as virtudes acessórias ao perfeito cortesão estaria a beleza física, favorecendo a simpatia alheia. Além disso, o bom uso e o manejo de armas de todos os tipos, a pé e a cavalo, particularmente as usadas entre fidalgos, era incentivado para as práticas fora do

¹¹ MARAVALL, José Antonio. *Poder, honor y élites en el siglo XVII*. Madrid: Siglo XXI, 1989, p. 48 e 49.

¹² CASTIGLIONE, op. cit., p. 32.

¹³ Sobre esses três elementos tão caros à sociedade de Antigo Regime, o Vocabulário Lusitano, publicado em 1714 pelo padre Raphael Bluteau, afirmava que entre os vários significados para o verbete HONRA, um dos mais importantes seria o crédito, a boa fama, adquirido com boas ações. Buscando em São Thomas de Aquino declarava que era prêmio devido a qualquer virtude e que sem virtude não havia honra verdadeira. Alegava, ainda, que o homem não devia ser liberal na honra, mas sempre devia fazer por onde acrescentá-la. Segundo ele, quando os romanos erigiram templos aos seus deuses fizeram de forma que para entrar no templo da honra tivessem que passar primeiro pelo templo das virtudes. Em Bluteau, geralmente a honra estava vinculada a uma ação. Já a GLÓRIA foi definida pelo padre como honra e louvor público, que se dava aos merecimentos, à virtude, ao saber. A glória seria o alimento da fortaleza, da magnificência, e de muitas outras virtudes. Para ele, maior era a glória própria que a hereditária, a quem não tem merecimentos presentes, se atribuem louvores de seus antecessores. Por fim, em relação à FAMA definiu como tudo aquilo que de várias coisas, ou pessoas do mundo se divulga; reputação. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino...* Rio de Janeiro, UERJ, 2000 (versão em CD-Rom). Fama - filme 02, p. 27; Glória - filme 02, p. 81-83; Honra - filme 02, p.51-53.

campo de guerra, seja para dirimir diferenças entre um gentil-homem e outro, seja para caças e jogos ao ar livre.

Bons mestres eram deveras importantes para que o cortesão adquirisse virtudes, inclusive a retórica para o discurso e a arte do convencimento, a boa escrita, a fala apropriada com clareza e sensatez, conhecimentos de música, escultura e pintura – esta teria uma utilidade inclusive nas guerras, servindo para desenhar cidades, mapas, pontes, rios etc.

Se a beleza física era interessante, mais importante era adornar o espírito. Nas palavras do autor:

bastando ao nosso propósito que ele seja, como se diz, homem de bem e íntegro; pois isso abrange a prudência, bondade, força e temperança de ânimo e todas as outras condições que a tão honrado nome convenham.¹⁴

Além da bondade, o autor acrescentava que o “verdadeiro ornamento do espírito de cada um são as letras”. Usando fartamente exemplos da Antiguidade, referiu-se a Alexandre como aquele que conjugava em si letras e armas. Para Castiglione a erudição devia andar junto com as qualidades guerreiras.

Em outro momento, evidenciava-se a polêmica sobre a superioridade dos valores do espírito, representados pelas letras, sobre os do corpo, representados pelas armas. Novamente o discurso se posicionava em favor das artes militares: “Melhor, ao espírito e ao corpo pertence o manejo das armas”. Acrescenta-se à argumentação o fato de muitas vezes os escritos servirem para registrar e louvar os feitos produzidos em armas e que, sem esses, talvez os escritos não fossem tão lidos e apreciados. Novamente percebemos o protagonismo do “soldado” na construção do cortesão modelar.¹⁵

Como já referido, o autor valeu-se regularmente de exemplos da Antiguidade. Outra recorrência é o uso de exemplos bíblicos. Essa dupla referência é muito comum nas narrativas do período, sendo utilizadas nos relatos de guerra privilegiados nesse trabalho, como veremos adiante.

Entre muitas discussões empreendidas sobre as cortes e suas transformações ao longo do tempo, retoma-se o tema principal, a construção do perfeito cortesão. Percebe-se a

¹⁴ CASTIGLIONE, op. cit., p. 64.

¹⁵ *Idem*, p. 69.

função do manual de cortesia ao firmar alguns preceitos de comportamento adequado na sociedade de corte – lidar com superiores, iguais e plebeus. Entre esses, um agir pautado pela modéstia seria recomendável. Assim,

falar pouco, fazer bastante e não elogiar a si próprio por obras louváveis, dissimulando-as com os bons modos, aumenta uma e outra virtude em pessoas que discretamente saibam adotar tal proceder; e assim acontece com todas as demais boas qualidades.¹⁶

Admirável seria um fidalgo valente e disposto nas armas, mas que não fosse afetado. A afetação era um defeito freqüentemente criticado e repugnado. Todavia, como é ruim buscar falsas glórias, também o seria negar a honra merecida. Mesmo porque, o valoroso cortesão conduziria-se à guerra somente pela honra.

A honra era central para aquela sociedade. Cada vez mais a associação entre as armas e as letras servia à honra. Para entendê-la, lançamos mão das reflexões de José Antonio Maravall por considerarmos pertinentes as semelhanças entre os estatutos de honra no mundo ibérico. Ao estudar o caso espanhol, o próprio Maravall afirma a força do princípio da honra em toda a Europa cristã, como um eixo da sociedade tradicional.¹⁷ O autor tem como pressuposto que as sociedades historicamente constituídas precisavam processar diferenças entre seus membros, no que tange às funções, deveres e retribuições. A honra seria um elemento classificatório e determinante do *status* para a conservação da ordem de algumas sociedades.¹⁸

Assim, a honra era uma marca dos estatutos superiores da hierarquia social. Exigia-se um modo de vida e comportamento (comer, vestir, falar...) apropriado de cada categoria social. Aliás, o autor ressalta o uso das armas como uma atribuição própria e definidora da nobreza. Aqui podemos pensar no papel do cortesão desenhado por Castiglione em seus atributos modelares e distintivos de um membro superior daquela sociedade.¹⁹

Retornando ao cortesão, Castiglione acrescenta que ele deve saber lidar com o príncipe de maneira sábia, prudente e útil, deve evitar constrangimentos, sabendo pedir e

¹⁶ **Idem**, p. 92.

¹⁷ **MARAVALL**, op. cit., p. 15. Para outra interessante reflexão sobre o papel da honra naquela sociedade ver: **FRANÇA**, Eduardo d'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 198-203.

¹⁸ **MARAVALL**, op. cit., p. 16-17.

¹⁹ **Idem**, p. 31-32.

receber com elegância e prudência, cultivando um comportamento agradável.²⁰ Naquela sociedade, desfrutar da proximidade do príncipe era muito importante, pois isso referia-se ao seu próprio lugar social. Conforme Maravall, a fonte da honra estava no rei, cabeça da sociedade. Tendo-o como referência, significava que, quanto mais próximo dele o indivíduo estivesse, mais honrado seria. À medida que se afastava, chegava-se até o ponto em que se encontrava a “falta de honra”.²¹

Para Castiglione, o cortesão perfeito precisaria de certa sagacidade para proteger-se. Em alguns momentos seu discurso assemelha-se à defesa de um certo cálculo, defendendo uma sabedoria para ocultar seus próprios pontos fracos e destacar os fortes.²²

Talvez testemunhando a tensão entre um velho modelo de cavaleiro e o surgimento de uma nova sociedade de corte, conforme a análise de Norbert Elias, Castiglione acrescenta sobre este homem cortesão:

diria que muitos dos atributos que dele são exigidos, como dançar, festejar, cantar e jogar, são coisas superficiais e vãs, e num homem de certa posição mereceriam antes críticas do que louvores; porque esses refinamentos no vestir, essas adivinhações, motes e coisas semelhantes, que pertencem a entretenimentos de mulheres e jogos de amor, embora talvez pareça o contrário a muitos outros, freqüentemente não fazem mais que efeminar os espíritos, corromper a juventude e reduzi-la a uma vida extremamente lasciva.

Assim, os atributos definidos até então deveriam ter como fim principal ganhar a benevolência e o espírito do príncipe, a quem servia para poder aconselhar-lhe francamente e ser-lhe útil no bom governo. Segundo ele, os príncipes precisavam de um cortesão firme “que lhes diga a verdade e lhes recorde o bem”. Dessa forma, defendia que a função principal do bom cortesão seria servir com seus valores aos príncipes. Para Castiglione, os soberanos de seu tempo precisavam muito de bons serviços e conselhos.²³

Percebemos, até aqui, que o cortesão moldado pelo autor renascentista seria antes de tudo um homem de guerra, um homem de armas. Os outros atributos eram polimentos. As virtudes intelectuais, morais, sociais e políticas eram, em última instância, subordinadas às

²⁰ CASTIGLIONE, op. cit., p. 106-108.

²¹ MARAVALL, op. cit., p. 42.

²² CASTIGLIONE, op. cit., p. 129.

²³ *Idem*, p. 271-272. Sobre a sociedade de corte ver: ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Lisboa: Estampa, 1987 e *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, 2 v.

virtudes militares e cavaleirescas. A honra desse cortesão estava diretamente atrelada a sua ação como soldado.

O grande sucesso e a divulgação de *O Cortesão* pela Europa, despertam especial interesse para esta dissertação. Pretendendo colaborar com os estudos sobre aquilo que chama de “europeização da Europa”, Peter Burke analisa a repercussão da obra de Baldassare Castiglione no velho continente e sua contribuição para forjar a integração da cultura europeia ao longo dos séculos. Para Burke, o livro de Castiglione é uma “síntese admiravelmente habilidosa das idéias clássicas, medievais e renascentistas a respeito de bom comportamento”. Além disso, considera *O Cortesão* uma obra aberta, permitindo-se várias interpretações conforme a ocasião. Segundo ele, essas características teriam contribuído para o sucesso do livro no decorrer dos séculos.²⁴

Conforme Burke, no início do século XVI o debate sobre a corte teria atingido seu auge. A ascensão de jovens monarcas como Carlos V, Francisco I e Henrique VIII, bem como transformações políticas importantes, alimentavam o desejo por esse tipo de literatura. Mostra disso foram as cerca de sessenta edições em outras línguas (fora o italiano) entre 1528 e 1619. Inclusive entre espanhóis e portugueses há bons indícios de um forte interesse, o que é importante para corroborar nossa reflexão acerca da influência desta obra no contexto ibérico.²⁵

Difundida na Península Ibérica desde 1534, a obra de Castiglione teria exercido significativo impacto. Um indicativo disso seria a publicação do livro *Corte na Aldeia*, do português Francisco Rodrigues Lobo, em 1619. A relação intertextual com *O Cortesão* de Castiglione é quase inevitável.

Nascido em 1574, filho de um cristão novo escudeiro dos Braganças, Francisco Rodrigues Lobo alcançou o grau acadêmico de licenciado e manteve-se sempre próximo aos fidalgos de linhagem. Essa proximidade se evidenciava em seus trabalhos, particularmente em *Corte na Aldeia*. Escrita toda em prosa – o que é uma exceção na obra de Rodrigues Lobo – estrutura-se em dezesseis capítulos chamados de “diálogos”,

²⁴ BURKE, Peter. *As fortunas d'O cortesão: a recepção europeia a O cortesão de Castiglione*. São Paulo: Editora Unesp, 1997, p. 44, 49 e 50.

²⁵ *Idem*, p. 68-70.

possuindo como fio condutor noites de debates e discussões entre oito interlocutores sobre a perfeita conduta cortesã sob vários prismas.²⁶

Embora guarde notáveis diferenças – tais como a ausência de referência à mulher cortesã, às atividades físicas e artísticas, bem como ao papel político do cortesão, a obra de Rodrigues Lobo possui semelhante temática e estrutura. Além disso, ainda que se detenha mais na formação intelectual, *Corte na Aldeia* aproxima-se de *O Cortesão* ao propor um código de cortesia e apresentar o soldado/guerreiro como potencial fonte de virtudes sobremodo excelentes. Dessa forma, os valores do elemento militar parecem perpetuar-se naquela sociedade de Antigo Regime, mantendo força no século XVII. A relevância do autor e do tema é percebida pelas freqüentes reedições de suas obras até o final do século XVIII, particularmente *A Primavera* e *Corte na Aldeia*.

Logo no início dos debates propostos em *Corte na Aldeia*, levantava-se uma discussão acerca do valor maior de histórias reais em detrimento de romances de cavalaria. Nessa querela dois pontos de vista nos são caros. Ambos flagram a relevância do tema da guerra no período e a atração que suscitava no público. O debatedor que advogava a preeminência das histórias reais afirmava que estas,

servem de exemplo para imitar, de lembrança para engrandecer e de recreação para divertir. A quem não anima ler as histórias de seus passados? A quem não move o desejo de igualar a fama que lê de suas obras? O governo da paz, a ordem da guerra, o trato dos homens, o comércio das províncias, donde se conserva, alcança e sabe senão pelas histórias verdadeiras? Porque nelas sabe cada um felizmente pelos sucessos alheios o que deve seguir. Donde Marco Túlio chamou à história mestra da vida.²⁷

Por outro lado, aquele que defendia o valor das histórias inventadas asseverava que muitas vezes os relatos ditos verdadeiros eram tão recheados de invenções, exageros e falsidades que nada possuíam de verídico. Mas “no livro fingido contam-se as cousas como era bom que fossem e não como sucederam, e assim são mais aperfeiçoadas”. Fazendo menção aos soldados que por não saberem ler ouviam a leitura alheia, contava o caso de um desses que quisera se igualar ao que ouvira sobre o guerreiro idealizado nas histórias, sem distinguir que tratava-se de fábula, teria partido para o combate com tal inspiração que

²⁶ FERREIRA, Maria Ema Tarracha. “Introdução”. In: LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na aldeia*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1990, p. 8.

²⁷ LOBO, op. cit., p. 79.

desbaratou a muitos pela força do exemplo. Assim, notamos o quanto circulava em diferentes níveis daquela sociedade uma perspectiva do virtuoso guerreiro que deveria ser imitado – fosse ele real ou imaginado.²⁸

O homem de corte de Francisco Rodrigues Lobo também possuía um amplo leque de virtudes que, ao iniciar pelas intelectuais, passavam pela liberalidade, temperança, sobriedade, moderação, cortesia etc. Em inícios do *Seiscentos*, o paradigma do guerreiro era especialmente forte. No diálogo XV, intitulado *Da criação da Milícia*, Lobo discorre sobre o soldado em tom elogioso. Para o autor, a boa criação “se adquire com as armas”. Assim, a criação da *Milícia* seria pautada pela honra. Daí transcorrendo várias virtudes semelhantes às encontradas na corte, mas que seriam mais facilmente adquiridas na *milícia* que na *corte* ou na *escola*.

A ponderação do autor corroborava novamente o princípio de uma honra adquirida pelo mérito:

a boa fama é o patrimônio na milícia; porque a honra, o ser, o preço e riqueza de um soldado, não consiste no apelido de sua família, na herança de seus avós, na riqueza e morgado de seu pai, nem outros juro, tenças e rendas de que tenha esperança, senão na opinião em que está tido entre os amigos e contrários, segundo seu valor e merecimento.

Ou seja, vemos aqui novamente uma discussão que põe em pauta a questão da nobreza herdada como atributo de honra por si. Alcançar distinção e ascensão por meio dos feitos militares parecia para o autor algo justo e desejável, pois “só o soldado é filho de suas obras e se pode chamar honrado por si mesmo, sem por roubo, empréstimo ou herança se chamar nobre”. Tal pressuposto era aprofundado por Rodrigues Lobo baseado em uma série de exemplos históricos que testemunhavam como grandes ícones formaram-se por suas próprias obras e diligências. Assim,

os que de princípios humildes chegaram por seu braço a merecer títulos, grandezas e senhorios, dão feliz princípio a sua família, e também a Reinos, Potentados e Casas, que os ficam em seus sucessores eternizando, como que por maravilhosos exemplos dos antigos conhecemos, e por experiência dos modernos se vê a cada dia.²⁹

²⁸ **Idem**, p. 79-80.

²⁹ **Idem**, p. 272.

Além da honra, outros apanágios dos soldados seriam a disciplina, que se expressava no comportamento e no controle, a paciência, o sofrimento, a temperança, a sobriedade e o conhecimento de outras culturas. A contraponto dos que afirmavam que tal soldado era deveras idealizado e que esse modelo não correspondia à maioria deles, que eram: “roubadores de honras, ladrões de fazendas, blasfemos, jogadores, insolentes, espadachins, matadores, rufiães, adúlteros, sacrílegos, incestuosos e perjuros, e cheios de todos os mais vícios e maldades abomináveis”, o autor alegava que em todas as profissões havia bons e maus, inclusive entre os homens de corte e ao desenhar tal perfil, afirmava: “falo dos soldados honrados que são os termos em que se deve tratar do fruto da sua profissão”.³⁰

Dessa forma, embora Castiglione e Rodrigues Lobo desenhassem modelos de virtudes para homens de corte, o imaginário heróico permeava aquelas sociedades. Homens sem linhagem serviam aos reis portugueses esperançosos de alcançarem melhores posições pelo reconhecimento régio de seus serviços e a justa remuneração devida. Esses eram os soldados que na prática sustentavam as conquistas portuguesas. Entre esses se encontrava o soldado português Diogo do Couto.

O pragmático

Diogo do Couto, é bem verdade, não era tão afastado assim do ambiente de corte. Embora não possuísse linhagem nobre, cresceu como protegido de D. Luís, filho de D. Manuel I, a quem seu pai Gaspar do Couto servira. Diogo foi criado no palácio do infante, que o mandou quando criança frequentar o colégio dos jesuítas, onde teve acesso a uma boa cultura letrada. Após a morte do infante, seu protetor, e do seu pai, Couto decidiu tentar a sorte no Oriente, pois ouvia falar das oportunidades surgidas ali para quem era fulto em nascimento como ele. Partiu para a Índia em 1559, aos 17 anos, onde serviu como soldado em muitas ocasiões, além de *guarda-mor* e *cronista dos feitos do Oriente* – em seus últimos anos. No livro *O Soldado Prático*, publicado primeiramente entre 1610 e 1612, há opiniões em que se busca demonstrar a superioridade dos méritos e serviços pessoais sobre a fidalguia por nascimento. Munido de indignação pelas injustiças sofridas, Couto criticava o

³⁰ **Idem**, p. 277-278.

hábito de os poderosos convidarem para os cargos indivíduos distinguidos pelo critério do nascimento, e não pela experiência. Em sua obra percebemos os desgostos e decepções daquele que se sentia injustiçado ao ser preterido por causa de sua origem plebéia. Diferente de uma tradição cortesã, elaborava sua reflexão de forma crítica e direta sobre os costumes e práticas políticas de seu tempo. Essas características nos permitem uma abordagem mais “real”, ou pragmática, sobre o soldado naquele tempo da união das coroas ibéricas, um pouco mais distante das idealizações de Castiglione.

Diogo do Couto escreveu em tempos de decadência da posição lusitana – gloriosa no início do século XVI. Sua obra tem como fio condutor o encontro entre três personagens na casa do despachador: um soldado de 60 anos, que fora ao reino para tratar de seus requerimentos, um fidalgo que ocupara o cargo de vice-rei na Índia e um secretário do rei. Estes travaram uma conversa que se estendeu por quatro dias, dividida em partes.

Tendo pretendido dar entrada em seus pedidos de remuneração, o soldado passava a comentar suas experiências nas possessões lusitanas no Oriente. Interessados nas impressões reunidas por muitos anos de serviços naquelas paragens, o secretário despachador e o fidalgo instavam o velho soldado a prolongar sua presença e o relato por um longo período.

Em seu relato, o soldado defendia a primazia dos feitos, das obras heróicas e da virtude sobre o dinheiro. Para ele, as primeiras determinavam mais a riqueza do que o último.

Acrescentava ainda que o problema do mau governo nas Índias estaria no fato de o rei tomar conselho com aqueles que não estiveram lá e que possuíam tão-somente a vivência do reino. Somente aqueles que serviram anos naquelas regiões saberiam aconselhar corretamente. Para tal, o rei deveria se cercar de homens que lhe dissessem a verdade e não de aduladores.³¹

Embora se apresentasse como homem simples e rude, o soldado utilizava variados exemplos da Antiguidade e da Bíblia. Quando questionado pelo despachador se o conhecimento letrado não atrapalharia o desempenho em armas, afirmava que “nunca a pena embotou a lança”, passando a citar o exemplo de César. Aqui percebemos um pouco dos traços de um soldado modelar que conjugava as virtudes militares com as intelectuais,

³¹ COUTO, Diogo do. *O soldado prático*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980, p. 27.

forjando um homem completo. Lembramos outrossim que a questão entre armas e letras já estava colocada no cortesão de Castiglione e permanecia palpitante até então.³²

O relato acentuava o tom de desabafo, quando o soldado tratava do modo como as coisas referentes à Índia eram cuidadas no reino. Queixava-se pela injustiça de não receber as recompensas que merecia em detrimento de alguns “apadrinhados”. Segundo ele, tudo estaria bem “se nesse tempo não saísse despachado o criado do mordomo-mor, que nunca serviu el-rei”. São esses “e muitos desta estofa, que, com as mãos na cinta e a perna alçada, comendo os mira-olhos e figos berjaçotes, levam o melhor da Índia;” enquanto isso, ao pobre que “passou polos medos dos estreitos, polos frios e chuivas na enseada de Cambaia, polos pelouros e setas dos Malavares, Achéns e Turcos, que se vá esperando que acabe seu tempo”, prejudicado por aqueles que não fizeram outra coisa se não pisar as calçadas de Lisboa servindo seus amos.³³ Essa crítica tão contundente demonstra o quanto as coisas pareciam estar fora do lugar, ou seja, como uma “regra” socialmente reconhecida estava sendo burlada e a justiça acreditada se via prejudicada, pois aqueles que serviam, esperavam os frutos naturais de seus serviços: reconhecimento e mercês.

Outra ponderação do soldado, em certa medida ousada, era apontar os vícios dos ministros ou governadores do rei em lugares distantes. Aqui cabe uma reflexão sobre as relações entre centro e periferia, ao considerarmos os espaços para jogos de interesses particulares facilitados pela distância. Esses jogos eram classificados como os maiores inimigos do rei, pois “o governador e ministro não pretende mais que governar para si e pera os seus”. A crer no autor, negociavam e super-faturavam os gastos e custos para aumentarem suas próprias fazendas.³⁴ A corrupção no Oriente português oneraria sobremaneira os cofres régios, como um cano furado por onde se esvaía a maior parte da fazenda do rei. Múltiplas eram as fraudes, como os desvios de víveres, os pagamentos superfaturados e os soldos pagos a soldados mortos.

³² **Idem**, p. 31.

³³ **Idem**, p. 34.

³⁴ **Idem**, p. 37. Sobre as relações entre centro e periferia ver: **SHILS**, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Difel, 1992.

O soldado valia-se da autoridade testemunhal para legitimar o seu discurso. Quando relatava “como o eu vi em um caso que importava uma das fortalezas da Índia”, o uso da primeira pessoa qualificava e atribuía verdade pela presença *in loco*.³⁵

A ousadia do discurso ultrapassava alguns limites quando as críticas por vezes alcançavam a própria figura régia, na medida em que censurava os gastos do Estado. Segundo ele, o problema não era a falta de recursos, mas sim o mau emprego que se fazia deles, despendendo-os de acordo com os interesses e conselhos de homens inescrupulosos. Caberia uma ressalva, pois Couto escrevia no início do século XVII, tempo dos Felipes, e sua narrativa se passava em tempos de D. Sebastião, nos meados do século XVI. Mas suas críticas sempre resvalavam em algumas práticas presentes no próprio governo filipino. Afirmava que o rei enviava para a Índia socorros muito aquém do solicitado, sendo negligente se comparado aos monarcas do início da presença lusitana no Oriente, que a tudo socorriam prontamente. Com todas as letras, afirmava Couto: “e o mesmo rei tem a culpa”, porque daria exagerada autoridade e autonomia aos vice-reis para fazerem o que quisessem no governo da Índia. Como vimos, outros alvos eram governadores e vice-reis, acusados de:

pera poderem fazer ricos seus criados, como muitos os fazem à custa da fazenda do rei, que se tira da boca da viúva, do órfão, do casado pobre e do soldado, a que não pagam o que se lhe deve por não haver dinheiro, sobejando pera os seus.³⁶

Acrescentava sobre os abusos dos governadores e vice-reis algo parecido com o que diria mais tarde o padre Antonio Vieira, sobre como as sombras crescem à medida que o sol está distante na linha do horizonte,³⁷ pois afirma que nas distantes paragens estes impunham suas próprias vontades em detrimento das régias. “Eles são os reis e os deuses, como lá estão, e pera isso lhe passa o mesmo rei muitas provisões”. Não parando por aí, pois muitas eram as acusações contra a corrupção dos governadores e seus servidores.

³⁵ **COUTO**, op. cit., p. 40.

³⁶ **Idem**, p. 43; 106-108 e 119.

³⁷ “A sombra, quando o sol está no zênite, é muito pequenina, e toda se vos mete debaixo dos pés; mas quando o sol está no oriente ou no ocaso, essa mesma sombra se estende tão imensamente, que mal cabe dentro dos horizontes. Assim nem mais nem menos os que pretendem e alcançam os governos ultramarinos. Lá onde o sol está no zênite, não só se metem estas sombras debaixo dos pés do príncipe, senão também dos seus ministros. Mas quando aquelas índias, onde nasce o sol, ou a estas, onde se põe, crescem tanto as mesmas sombras, que excedem muito a medida dos mesmos reis de que são imagens”. Padre Antonio Vieira. Apud: **FAORO**, Raimundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1984, v. 1, p. 172.

Esses promoviam prejuízos: “primeiro, contra o rei; segundo, contra os homens; terceiro, contra Deus; quarto, contra todos”.³⁸

Na estrutura da obra de Couto, prevaleceu a voz do soldado. O despachador e o fidalgo serviam principalmente como “escada” para o velho guerreiro construir sua argumentação. A todo o tempo o despachador instava o soldado para que continuasse seu relato, porque este seria de grande interesse para as coisas do rei, uma vez que tais notícias não chegavam até o reino, e assim “deixa el-rei de prover em muitas cousas que lhe importam”. O soldado, por sua vez, afirmava que essas informações e denúncias eram “toscas, mas verdadeiras, e resistadas por um soldado idiota, que, tirando de sua espingarda, não sabe falar mais que verdades chãs”. Ou seja, encontramos aqui novamente algo que soa como uma humildade falseada, que sublinhava a verdade dos fatos na medida em que o locutor não seria arguto para fantasiá-la ou ornamentá-la com técnicas retóricas. Essas “verdadeiras verdades” tão cristalinas seriam, nas palavras do autor, sem nenhum interesse que as pudesse macular, pois “verdades faladas com interesses já o não são”.³⁹ Esse tipo de discurso, como já dissemos, era recorrente nos escritos dessa época. Frequentemente diminuía-se o mérito intelectual de quem narrava para acrescentar veracidade ao mesmo.

A obra sugere que o modelo se deteriorava à medida que se afastava de seu centro irradiador. Continuava sua queixa contra as injustiças pelas falhas do sistema naquelas longínquas paragens:

E sucede aqui uma cousa muito graciosa: que alguns destes são bastardos, filhos de algum fidalgo criado lá na Beira, que nunca o viu o rei nem lhe souberam o nome, os quais ele toma, por via de algum parente, por fidalgo; e, tirado da casa de um vilão lavrador, donde se criou, vem cá em quatro dias monarquiar; e eu, que tive muito melhor criação que ele, e que passei a mocidade pelas caixas da guarda-roupa del-rei, que me soube muito bem o nome, se me despacham de uma feitoria, dum fortaleza, em que ele vem a ser capitão, trata-me como se eu fora o vilão que o criou e tudo é que ‘roubo el-rei’ à boca cheia, e ele é um ladrão desaforado, que, pelo menor insulto que comete, merece mil mortes onde houver justiça;⁴⁰

No trecho destacado, a revolta se torna explícita. A encarnação de Diogo do Couto na figura do velho soldado fica mais que clara, de acordo com sua biografia. Os embates entre mérito-apadrinhamento e também mérito-nascimento seriam o ponto principal dessa

³⁸ COUTO, op. cit., p. 43 e 46.

³⁹ *Idem*, p. 49 e 50.

⁴⁰ *Idem*, p. 56.

obra. Em muito magoava o autor ver-se preterido em suas aspirações porque alguém sem o menor merecimento ou serviço passava a sua frente por ser bem nascido ou por ter um forte padrinho.

Para o soldado, as boas intenções ficavam no reino, “os mais dos visos-reis em passando o Cabo da Boa Esperança a perdem [a memória] de tudo, e não sei se o diga temer a Deus e ao rei.” O fidalgo que se encontrava na conversa desculpava-se afirmando que ficara poucos meses como governador na Índia e, portanto, não tivera tempo para perceber todos esses vícios que o soldado denunciava, mas que provavelmente teria cometido algo daquilo que criticava, pois “sou obrigado a honrar os meus e fazê-los ricos”. A isso respondia o soldado que o problema não era honrar os seus, mas sim prejudicar o próximo para fazê-lo. As palavras do fidalgo deflagravam o quanto era rotineira e reconhecida a prática de favorecimentos por redes clientelares e apadrinhamentos.

Um outro ponto que nos chama atenção, particularmente para a questão do modelo que consideramos: para Couto, o mau procedimento dos governadores era mais nefasto ainda por servir de exemplo aos soldados. A honra esperada de um soldado era prejudicada já em sua raiz, quando seus comandantes não a observavam. Novamente remetia-se à Antiguidade para lembrar que, com o intuito de estimular grandes obras e virtudes aos soldados, os comandantes naquele tempo davam aos seus guerreiros escudos brancos para que, fazendo grandes façanhas, pudessem pintá-las neles, registrando-as. Assim, o guerreiro não devia limitar-se aos feitos de seus antepassados, pois “segundo Ovídio, nem a linhagem nem as façanhas dos avós eram bastante para os enobrecer, se eles por si não eram virtuosos e esforçados”. A defesa da honra ao mérito era elevada nesse discurso. Novamente compreendemos que havia uma tensão entre aqueles que se apoiavam em uma linhagem e os que esperavam reconhecimento por seus serviços dignos de mercê, uma vez que se cria que eram as ações virtuosas no presente que verdadeiramente prestavam ao reino e não a distante memória dos feitos de antepassados. Outrossim, o reforço de uma postura modelar dos grandes e dos capitães era apontado como fundamental para o estímulo às virtudes dos soldados. Os líderes, assim, eram espelhos de virtudes para os demais combatentes, possuindo um papel fundamental para as vitórias do Estado e, portanto, deveriam ser preferencialmente honrados. Por outro lado, o castigo seria justo para os que agissem de forma contrária, para que não contaminassem os demais. O capitão conjugava

virtudes, ao lado da coragem, tais como: justiça, clemência, piedade, domínio próprio etc. O bom capitão deveria ter três virtudes principais: “ser clemente, ter mão larga e boca prudente”.⁴¹

A memória o levava a lembrar-se de um tempo de glória para os portugueses na Índia, estreitamente relacionado ao bom governo e à justiça para com os soldados. Conforme Couto, naquele tempo “os soldados, acesos daquele primeiro furor e brio português, obravam cousas dignas de eterna memória”. Isso porque o exemplo lhes era presente e sentiam-se honrados e favorecidos pelos vice-reis “que se sangravam nos braços para eles”. Nesse período não se via os soldados mendigando na frente das igrejas e mosteiros, como agora se presenciava. Segundo Couto, os soldados, sem esperança de receberem as justas mercês por seus serviços, mostravam-se desanimados e só queriam “embarcar” se fossem pagos antecipadamente, pois se adequavam às práticas dos governadores de seu tempo. Esses compreendiam que as mercês eram distribuídas àqueles favorecidos dos vice-reis, sem justiça com o mérito.

Quando perguntado acerca dos remédios para o presente quadro no Oriente, o soldado afirmava que os conhecia, mas que não os diria se não ao próprio rei e em troca de justa recompensa, “porque já que todo o mais digo de graça, essa só lhe hei-de vender muito bem.”

Cada vez mais surpreso e grato, o despachador assegurava que, ciente de tais enfermidades nas possessões régias, comunicaria-as ao monarca. Ao soldado dizia “vós com o zelo do bom português tratais mais do que releva a vosso rei que a ninguém”, isto é, Diogo do Couto demonstrava o quanto a experiência seria útil como serviço ao bom governo em terras tão longínquas dos olhos régios. A esse respeito, declarava seu ressentimento com os entraves estamentais pela boca do soldado:

é esta maldição portuguesa tal, sua desconfiança tamanha, que homem que não é fidalgo não é chamado para nada: tendo exemplos em todas as outras nações, em que se tem mais respeito à idade e experiência de guerra que ao sangue e nobreza.⁴²

Inclusive usava de ironia, dizendo que as soluções para o problema não poderiam ser dadas por ele, mas sim pelo fidalgo, seu interlocutor. Após a insistência do fidalgo, o

⁴¹ **Idem**, p. 69, 72 e 158.

⁴² **Idem**, p. 79, 80 e 90.

soldado apresentava seu parecer apontando a necessidade de registros mais precisos e criteriosos. Couto defendia que conselheiros e governadores sobre a Índia deveriam ser tirados de “homens práticos e vistos nelas”. Dar preferência ao nascimento seria a raiz de tantos males pelos quais passava o reino. De tal sorte, o valor e a virtude deveriam elevar indivíduos na posição social, pois assim já defendiam outrora os gregos e os romanos, “alevantando grandes capitães de homens bem baixos, porque em todas se estimaram sempre muito as virtudes e o valor”.

Havia em Couto certas melancolia e nostalgia. O velho soldado criticava as mudanças ocorridas ao longo do século. Conforme ele, com novas armas e trajés “logo tudo se perdeu; porque a guerra não se faz com invenções, senão com fortes corações”. Referia-se assim a uma época de ouro,

porque os soldados daquele tempo, capitães e viso-reis eram todos ouro na verdade, na liberalidade, ouro na fidelidade, ouro na valor, ouro no primor, ouro no esforço; enfim que daquela idade toda de ouro viemos da descair nesta toda de ferro, em que tudo isso falta.⁴³

Dessa forma a situação vivida no Oriente seria uma decorrência do peso da mão divina, irada com o Estado.

Em gratidão pelas ricas informações, o despachador se afeiçoava ao velho soldado, e comprometia-se a apresentar pessoalmente os “papéis” e a causa deste servidor ao rei na primeira oportunidade, recomendando-lhe. O soldado, grato pela boa vontade do despachador, afirmava que assim o fizesse não por pena e simpatia, mas sim pelos serviços apresentados em seus “papéis”. Nesse trecho, percebemos uma aproximação à dinâmica própria dos documentos de pedidos de mercês, como veremos no próximo capítulo com maior vagar, ao relatar que:

as feridas que me deram em serviço del-rei são esta espingardada neste braço e outra polas pernas, de que ambas fiquei aleijado; frechadas e outras muitas feridas por este corpo, queimado cinco vezes; e inda que isto vá nestes papéis mui justificado, mais claros e verdadeiros estão neste corpo.⁴⁴

Assim, apresentava um testemunho que ultrapassava a frieza dos documentos por lhe ser presente. Todavia, não desprezava a ajuda do despachador, evidenciando o quanto

⁴³ **Idem**, p. 122 e 138.

⁴⁴ **Idem**, p. 138.

seria desejável e importante para a satisfação dos pedidos de mercê possuir algum tipo de auxílio nos meandros do processo burocrático, ao exclamar:

assí o creio eu por certo, que essa confiança me trouxe a esta casa, sem pera isso buscar padrinhos; e quis minha ventura achar logo um tão bom como Vossa Mercê, por cujo meio eu sei que não serei mal despachado.⁴⁵

Declarava ainda o soldado que a falta de prêmios ou justiça em relação a estes trazia grande desânimo aos soldados. Essa afirmação põe em destaque a importância do sistema de mercês régias para a manutenção do império português, na medida em que as expectativas eram um bom motor para a elevação dos serviços para conquistas e para a manutenção dos territórios no além-mar. Percebemos aqui uma relação com o tema da fidelidade ao monarca, de inspiração neotomista, ancorada na percepção da justiça nas remunerações. Pois afirma o soldado: “e isto magoa tanto aos homens da minha sorte, que, se naquele Estado houvera outro rei cristão a quem puderam servir, como já disse, saabei, senhores, que o houveram de fazer”. Ainda nos aprofundaremos mais sobre essa matéria.⁴⁶

Na escrita de Couto, percebemos a considerável importância do aspecto da honra para os homens daquele tempo. Ao criticar a enorme demora para que se entrasse no cargo ou posição recebidos como mercê, ponderava que, apesar de não ter esperança de desfrutar os cargos em vida “quando morrer, levarei a patente comigo à cova, pera que saibam os soldados do meu tempo que me não descuidei de minha obrigação, ou que deixaram de me fazer mercê por pusilânime ou polo não merecer”. Ou seja, como vimos anteriormente com Maravall, o reconhecimento dos feitos e da honra respaldada pelo centro repercutia de forma significativa naquela sociedade.

Em certo trecho, Couto ironizava as certidões com grandes exageros, que pintavam falsamente de grandeza os feitos de pouca monta. Disso tinha conhecimento de causa, pois fora responsável, em certa época, por *passar certidões*, deparando-se com muitas falsidades e contraindo inimizades por seu caráter duro e honesto. A prática de excessos na narrativa era muito comum nos relatos ou documentos que promoviam as obras e requisitavam o reconhecimento de honra e a aspiração por mercês régias. Como veremos nos próximos

⁴⁵ **Idem**, p. 138.

⁴⁶ **Idem**, p. 139. Sobrem as concepções neotomistas ver: **TORGAL**, Luís Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1983. v. II.

capítulos, a sobrevalorização do inimigo – em número e em armamentos – era recorrente para aumentar os méritos das vitórias e defender a honra nas derrotas.

Sobre a prática da retórica nas certidões e as relações sobre os feitos dos capitães, afirma:

e o que mais me escandaliza é que nas certidões que passam aos soldados da jornada em que se acharam, todas são cheias de gabos seus, e que destruíram e queimaram, sem declararem os soldados que perderam; e se lho estranhais, respondem-vos: que morrerão patifões, não lhes lembrando que estes são os com que a Índia se conquistou, e os com que eles ganharam suas fortalezas; e nestas jornadas assi arriscadas, de maravilha se matam fidalgos, como já em outra parte disse.⁴⁷

Novamente no que tange às virtudes do capitão, asseverava que, ao contrário do exposto acima, seria natural ao soldado na guerra esperar pelo louvor e pelas mercês do seu capitão, pois era para ser visto e reconhecido por ele que o soldado se arrisca aos maiores perigos quando entendia que em seu capitão não faltavam as virtudes de realizar aquilo que discursava. O reconhecimento e a dádiva deveriam ser próprios do comandante, ao adquirir o que pretendia, fama e glória. Por sua vez, o soldado receberia o que esperava por justiça. Assim, uma liderança forte e sábia seria fundamental para o êxito. A virtude do capitão não se baseava tanto no que fazia, mas no seu caráter de comandante e direcionador das atitudes, pois raramente “o capitão na guerra peleja, nem arrisca sua pessoa; e com tudo a ele se atribuem a honra e a glória da vitória; porque inda que os soldados pelejaram com as armas e com as mãos, ele o fez com a boa e prudente palavra e governo”.

Por fim, Couto revelava sua indignação pelo fato de, muitas vezes, as mercês serem concedidas não pelo mérito do serviço prestado, mas pela insistência e importuno dos que as requeriam. Ponderava que, se os cargos se davam não aos que mais serviam, mas aos que mais perturbavam, “avisarei aos soldados que não curem de papéis, nem de arriscarem as pessoas, se não de aprenderem na escola dos enfadonhos, pois essa doutrina vale tanto neste reino”. Além disso, havia aqueles que requeriam recompensas régias calcadas em feitos fictícios: “tal é o mundo como isso: o bom é logo pelejar de boca, e deixar estar as mãos (...); satisfazem-se com aqui sonharem que pelejaram muito bem; pareceu-lhes que foi assim, e requerem pelo que imaginaram e não pelo que fizeram”. A isso, o despachador

⁴⁷ COUTO, op. cit., p. 140-141, 115 e 159.

fazia uma *mea culpa* confessando que não tinha condições de ler a quantidade de papéis que lhe entregavam e, portanto, fiava-se “na fé dos padrinhos”, despachando pelo que pediam e não pelo que efetivamente mereciam. Tal declaração nos apresenta a impressão de Couto sobre as distorções do sistema de remuneração, que abria espaços para manobras e favorecimentos em prol daqueles que possuíam acesso aos mecanismos de facilitação dos caminhos.⁴⁸

É importante ressaltar que o discurso ácido de Diogo do Couto estava longe de ser periférico e eclipsado pela origem plebéia do autor. Conforme Diogo Ramada Curto, Couto era reconhecido no século XVII como um dos três mais importantes escritores portugueses. Pela apresentação de Manuel Severim de Faria, chantre de Évora, em uma publicação de 1624, os principais autores portugueses seriam: “João de Barros, o historiador do Estado da Índia, Luís de Camões, autor do poema épico *Os Lusíadas*, e Diogo do Couto, o continuador das *Décadas de Barros*”. Essa referência nos aponta para o relevante papel de Diogo do Couto em seu tempo e da possível penetração de seus escritos na sociedade.⁴⁹

De qualquer maneira, nessa obra, embora mais “rebelde” e realista que a anterior, percebemos também a sua remissão a um modelo de soldado ora pela negação, mostrando vícios detestáveis, ora pela afirmação, apontando virtudes desejáveis no bom servidor do rei, no soldado exemplar. Esses traços da construção do guerreiro modelar permaneceriam no decorrer do século XVII, em outros escritos que almejavam apresentar um guia para um perfeito herói.

O herói

No século XVII, o jesuíta Baltasar Gracián y Morales produziu várias obras tendo como foco a orientação didático-moral. Nascido em 1601, na província de Saragoça, em Aragão, é classificado por alguns como um “excêntrico, um espírito independente, um insubordinado”. Apesar de sua formação religiosa, chegou a ter uma experiência no campo de batalha como capelão, participando da guerra da Catalunha, sob Felipe IV. Nesta

⁴⁸ **Idem**, p. 172-173, 179 e 181.

⁴⁹ **CURTO**, Diogo Ramada. *Cultura escrita (séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 149.

ocasião, durante o cerco de Lérida (1646), destacou-se por uma conduta corajosa, valendo-lhe a alcunha de “Pai da Vitória”.⁵⁰

Em seu livro *El Héroe*, publicado em 1637, Gracián propôs um modelo exemplar a ser seguido e imitado por aqueles que aspiravam à heroicidade. Já na apresentação da obra ao leitor, expunha seu intento, com doses de pretensa humildade, de formar com um livro anão um varão gigante e, com curtos períodos, imortais feitos. Para tal, oferecia um espelho forjado com base em virtudes apontadas por grandes autoridades: a prudência de Sêneca, a sagacidade de Esopo, a belicosidade por Homero, a filosofia de Aristóteles, a política por Tácito, e a cortesia de Castiglione. Embora jesuíta, apontava seu desejo de intervir na conduta partindo de pressupostos laicos. Como veremos, há uma forte defesa do “pensamento engenhoso” em suas reflexões.⁵¹

Dividindo sua obra em primores que o herói deveria possuir, o autor apontava o primeiro: “medir el lugar com su artificio”. A sabedoria que produzia o cálculo perfeito era um mérito para o guerreiro, na medida em que permitia a ação adequada em cada situação. Uma prudente intervenção devia resguardar o elenco de possibilidades e capacidades do herói, para que este sempre tivesse o que mostrar, galgando obras cada vez mais ilustres e admiráveis. “Esta primera regla de grandeza advierte, si no el ser infinitos, a parecerlo, que no es sutileza común”. Encontramos aqui uma “razão de Estado de si mesmo”, como definia o próprio Gracián.⁵²

Tais assertivas eram fundamentais para o varão que aspirava à fama. Assim pensava Gracián. Ao menos, era o que denotava o título da obra, tal como aparecia no manuscrito: “El Héroe. Candidato de la grandeza, amante de la fama, pretendiente de la felicidad [ou imortalidade]”.

Em sua opinião, o guerreiro devia saber dissimular aos olhos alheios seus impulsos e paixões para assim proteger-se. A dissimulação era defendida como uma prudência

⁵⁰ MASSON, Jean-Claude. “Prefácio”. In: GRACIÁN, Baltasar. *A arte da prudência*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 8-9.

⁵¹ GRACIÁN, *El héroe – oráculo manual y arte de prudencia*. Madrid: Clásicos Castalia, 2003, p. 66-67.

⁵² Entre as muitas influências presentes na obra percebemos um debate com o maquiavelismo político. Ainda que procure negá-lo, Gracián acaba por assumir várias idéias político-morais do autor “ímpio”. Por vezes essas idéias surgem intermediadas pelo também jesuíta Giovanni Botero (1543-1617) – responsável por uma “cristianização” de uma razão de Estado. Botero nitidamente exerceu forte influência sobre o pensamento de Gracián. Idem, p. 15, 70 e 71. Ainda sobre razão de Estado no mundo ibérico ver: MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720)*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 159-170.

política. Aquilo que se devia ocultar para não permitir que usassem contra ele. O varão excelente precisava determinar suas forças primeiro em controlar suas paixões e impulsos. Vencer a si mesmo o pouparia da frustração de vencer o mundo, mas assim perderia a sua reputação.

Conforme o autor, o entendimento era a origem de toda grandeza. Ele agregava em si um profundo juízo e um elevado engenho. Afirmava então: “es el juicio trono de la prudência, es el ingenio esfera de la agudeza”. Estas eram marcas indeléveis de um herói.⁵³

O herói idealizado de Gracián precisava possuir um coração de rei. Sem essa característica, todas as demais se tornavam opacas. O autor considerava que o filósofo teria uma grande cabeça, os oradores uma grande língua, os atletas possuiriam peitos fortes, os soldados braços poderosos, os corredores pés velozes, no entanto, somente o rei um coração realmente grande. Com essas considerações, ele elevava o monarca a uma posição de parâmetro supremo da virtude essencial, que um guerreiro modelar devia ter. Em uma sociedade em que a honra tinha sua fonte na pessoa do rei, essa idéia era realimentada pela afirmação desse pressuposto.

Gracián, ao propor um modelo de conduta, lançava mão de referências a indivíduos que para tal seriam paradigmáticos. Nessa perspectiva, o rei Fernando de Aragão era exemplar. Mas não apenas ele. Também príncipes espanhóis mais recentes, como Felipe II e Carlos V. Aliás, Gracián fazia amplo uso de guerreiros e heróis do passado para ilustrar suas considerações. Outra fonte de citações e exemplos era a Bíblia – adequada a um reino católico.

Para Gracián, o valor e a coragem do guerreiro eram os elementos que o tornariam algo mais, porque “no hay compañía en el mayor aprieto como la de un gran corazón. Suple la sobra dél la falta de todo lo demás, siendo siempre el primero que llega a la dificultad y vence”.⁵⁴

Em consonância ao que apontava Castiglione, o bom gosto que se projetava no trato social também era uma marca do herói de Gracián. Seria qualidade muito bem considerada um gosto crítico e exigente, incluindo um paladar difícil de satisfazer-se, ou seja, aquele que não se agradava das coisas vulgares e aproximava-se do que era elevado e nobre.

⁵³ GRACIÁN, op. cit., p. 82.

⁵⁴ *Idem*, p. 87 e 89.

Igualmente esperava-se que o elogio e a admiração devessem ser comedidos, pois do contrário denotariam ignorância. O autor parecia prescrever um modelo de vida que coubesse à nobreza e que fosse digno de alguém que pretendesse ser honrado. Como vimos com Maravall, havia um modo de vida próprio da nobreza que se esperava naqueles que possuíam honra.

Parece-nos uma busca pelo mérito. Para Gracián, o guerreiro devia esforçar-se para adquirir as qualidades ou virtudes com as quais não nasceu. Assim, a perfeição desejada era fruto de esforço e ação porque “cuanto destituyó el Cielo de las naturales, supla la diligencia en las adquisitas”. Para tal objetivo recomendava exercícios, pois sem eles não se consumava aquilo que professava. O autor assegurava que não existiu herói que não dispendesse esforço para se tornar eminente em algo. E quanto maior o empenho, maior seria o reconhecimento.⁵⁵

Na condição de manual de conselhos, defendia a coragem e a ousadia como fundamentos da glória. Pois, conforme ele, a glória maior pertencia aos primeiros. Esses eram os que seriam lembrados. Aqueles que os seguissem ficavam ofuscados, sobrando-lhes o papel de imitadores. Na vanguarda, encontrava-se a grandeza e, para tal, era necessário possuir coragem para desbravar.⁵⁶ Nessa linha, o autor demonstrava, com base na história, como o guerreiro devia perseguir os feitos que promovessem sua fama e seu reconhecimento perene. Para tal, as façanhas deviam ser admiráveis e não odiosas. Nas palavras do autor: “empleo plausible llamo aquel que se ejecuta a vista de todos y a gusto de todos, con el fundamento siempre de la reputación, por excluir aquellos tan faltos de crédito cuan sobrados de ostentación”.⁵⁷

A guerra era o palco privilegiado do herói. Sem ela não haveria espaço próprio para se alcançar fama, glória e honra. Como exemplo maior desse postulado, Gracián defendia que os príncipes que alcançaram maior fama foram os guerreiros, recebendo muitas vezes o epíteto de magnos, porque “lo belicoso tiene más de plausible que lo pacífico”.

⁵⁵ **Idem**, p. 93 e 97.

⁵⁶ Ao abordar o tema da glória nos séculos XVII e XVIII, Renato Janine Ribeiro relaciona glória, honra, fama e reputação ao renome possuído ou à imagem de si vista pelos outros. Para ele, as intenções ou os sentimentos mais íntimos não importavam para a criação dessa imagem pública que representava a glória. O fundamental era o visível, pois um traço marcante do barroco era a importância do aparentar ser, assim como o próprio ser. **RIBEIRO**, Renato Janine. “A glória”. In: **CARDOSO**, Sérgio et alii. *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Funarte/Cia. das Letras, 1987, p. 107-108.

⁵⁷ **GRACIÁN**, op. cit, p. 106.

Novamente referindo-se a um cálculo, afirmava que o guerreiro devia conhecer seus pontos fortes e explorá-los para lograr êxito. Todavia, além das potencialidades, o herói não devia prescindir da boa fortuna. Esta devia acompanhá-lo em suas empreitadas, e ele precisava saber percebê-la. O casamento entre valor e fortuna era muito importante, pois “lo cierto es que a todo héroe le apadrinaron el valor y la fortuna, ejes ambos de una heroicidad”. Assim o herói precisava conhecer o estado da fortuna para recuar se necessário fosse. É interessante pensar o grau de subjetividade e cálculo que acompanhava a construção de um herói.⁵⁸

Outro aspecto relevante nessa construção era a liderança. O guerreiro exemplar era aquele que conquistava mentes e corações. Fazer-se amado era atributo para conduzir as gentes, embora os objetivos não fossem os mesmos. Talvez aqui caiba algum espaço para aproximações com o príncipe proposto por Nicolau Maquiavel, no que tange à polêmica sobre ser preferível o amor ou o temor dos súditos. Para Gracián, conquistar o amor era mais importante e, amar, o caminho para ser amado.⁵⁹

O herói era aquele que possuía uma liderança inata, “una secreta fuerza de império que se hace obedecer sin exterioridad de apreceptos, sin arte de persuasión”. Quer dizer, não se tratava de uma liderança imposta ou forçada, mas sim algo que se dava de forma natural, oriundo de um brilho próprio que o indivíduo possuía. Desse modo, conseguia atrair para si a atenção e a obediência, tirando de cada soldado o melhor que eles possuíam para a batalha. O carisma era uma característica indelével do herói, que conduzia todos a uma natural harmonia por sua simples simpatia.⁶⁰

Por outro lado, a nobreza era o estamento que governava essa sociedade e que possuía a honra por excelência. Portanto, os atributos de liderança deviam ser inerentes àquele que aspirava à heroicidade e à própria honra. Afinal, conforme Maravall, este estado de coisas se fundava na vontade divina. Dessa forma a honra do rei, a honra dos nobres e a

⁵⁸ **Idem**, p. 107 e 115.

⁵⁹ **Idem**, p. 123. Publicado em 1532, *O príncipe* de Nicolau Maquiavel é conhecido como um “anti-espelho” de príncipe, pois ao contrário dos costumeiros “espelhos” que propunham um ideal de conduta calcado nos princípios e valores católicos, os conselhos de Maquiavel pautavam-se por um pragmatismo político tendo em vista a conservação do poder do príncipe – ainda que para isso fosse necessário usar artimanhas alheias a um ideal cristão. Entre as polêmicas defendidas por Maquiavel encontrava-se a questão sobre se o príncipe deveria almejar mais ser amado ou temido. Para o autor florentino, ser temido era mais útil do que ser amado, uma vez que o medo concitaria mais à lealdade que a gratidão. **MAQUIAVEL**, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Hemus, 1977.

⁶⁰ **GRACIÁN**, op. cit., p. 131.

falta desta nos plebeus, bem como a posição de cada um naquela sociedade, estavam fundamentadas em uma organização dada pelo próprio Deus.⁶¹

Lembramos aqui que Gracián estava profundamente embebido pelo ambiente barroco que o cercava, isso fica patente em suas obras. Para Maravall, essa cultura barroca possuía em si um caráter conservador, que pretendia promover a manutenção de uma ordem fixando nas mentes uma determinada imagem da sociedade estabelecida de antemão. Uma vez que “había que mantener, con el mayor rigor posible, el sistema de estamentos, cuya ordenada estratificación garantizaba la defensa de la sociedad tradicionalmente organizada”.⁶²

Assim, ao dissertar sobre o amplo contexto cultural de Gracián, Maravall percebe o “Barroco” como uma resposta ao ambiente de uma dura e difícil crise instaurada no século XVII. O Barroco se caracterizaria, no seu entender, por um retorno ao aristocratismo, aos vínculos de dependência, aos regimes de privilégios e exercício de autoridade. Nesse momento a nobreza recuperava seu importante papel em um período de fortalecimento da figura régia. Portanto, a cultura barroca era dirigida pelos grupos sociais dominantes com o intuito de controlar a opinião “pública” e defender seu *status quo*. A autoridade era exercida também pela persuasão ideológica, ultrapassando em grande medida uma simples coerção pela força.⁶³

Voltando a *El Héroe*, outra idéia presente em Gracián é a do bom início na carreira, uma vez que o herói se construía em uma cadeia crescente de ações que formavam a fama. Porém, a constância era fundamental. Perdiam-se os grandes feitos iniciais se estes não gerassem outros mais adiante, pois “envejecese la fama y caduca el aplauso, así como todo lo demás; porque leyes del tiempo no conocen excepción”.⁶⁴

Como já referido, o auto-elogio era profundamente repugnante. A afetação tornava o homem ridículo e era em si um vitupério. Para Gracián, “la perfección ha de estar en si; la alabanza en los otros”.

Por fim, fica claro que uma função do homem eminente era ser modelo e exemplo para os demais. Essa premissa nos é cara nesse trabalho, pois percebemos que os heróis

⁶¹ MARAVALL, op. cit., p. 43.

⁶² MARAVALL, *La cultura del Barroco – análisis de una estructura histórica*. Barcelona: Editora Ariel, 1986, p. 269 e 175.

⁶³ *Idem*, p. 55, 73, 87, 157-159.

⁶⁴ GRACIAN, op. cit., p. 141.

protagonistas dos relatos de guerra dessa época funcionavam como exemplos vivos de virtudes ou assim o desejavam parecer. De maneira semelhante, o autor afirmava que esses guerreiros são “textos animados de la reputación, de quienes debe el varón culto tomar liciones de grandeza, repitiendo sus hechos y construyendo sus hazañas”. Esta função, conforme o autor, seria exercida em seu tempo pelo monarca espanhol Felipe IV.⁶⁵

O autor encerrava sua obra coroando seu herói com o temor a Deus. Assegurava que as virtudes supremas eram heranças de Deus pai para seus filhos. A grandeza não poderia ser fundada no pecado, que nada seria, mas sim em Deus, que representava a totalidade. Desse modo, os valores do catolicismo permaneciam como a bandeira própria dos grandes cavaleiros daquele tempo – ao menos no mundo ibérico.

Sem dúvida esta foi uma obra de grande impacto em seu tempo. *El Héroe* alcançou várias publicações e traduções pela Europa ao longo do século XVII. Apesar de apenas uma tradução para o português em 1657, é plausível considerar que os portugueses tenham se servido das edições espanholas sem grandes dificuldades.

Encontramos nessa obra um estímulo ao registro e à divulgação dos feitos heróicos, pela forma de escritos, tendo em vista garantir uma memória duradoura. Afirmava o autor que “la grandeza de un héroe consistía en dos cosas: en alargar la mano a las hazañas y a las plumas, porque caracteres de oro vinculan eternidad”. Assim, espelhar-se nos modelos propostos por esses autores não era o bastante para aqueles que aspiravam à honra. Muitos desejavam tornar-se o próprio espelho de soldado, ícone modelar a ser emulado.⁶⁶

Diogo R. Curto chama atenção para a permanência, em meados do século XVI e início do *Seiscentos*, de um imaginário calcado nos romances de cavalaria com valores sociais favorecidos pela expansão imperial, celebrando-o como um ideal arcaico a preservar. O papel da literatura – e seu impacto nesse fenômeno – é relacionado ao sucesso do poema épico de Luis de Camões (publicado em 1572) e suas diversas apropriações a partir daí. Conforme Curto, ao longo do século XVI cada vez mais ganhavam espaço escritos que propunham:

um conjunto muito variado de instruções para o comportamento dos governadores nobres; às narrativas de feitos e serviços que constam dos pedidos de mercês, as

⁶⁵ *Idem*, p. 143 e 145.

⁶⁶ *Idem*, p. 126.

quais mantêm uma forte relação com as sistematizações genealógicas e as lógicas familiares ou de linhagens de valorização dos antepassados.⁶⁷

Ainda, Eduardo d'Oliveira França, que escreveu em 1951 sua tese sobre a Restauração portuguesa, com especial ênfase nas concepções mentais que a circundavam, aponta esse homem barroco como um individualista que agia impulsionado por um heroísmo deliberado. Segundo ele, “há uma ambição generalizada de nobilitação pela ação”, não uma ação qualquer, mas sim *heroicizada* para matizar um ideal aristocrático em oposição ao *emburguesamento* da sociedade. Dessa forma, defende o autor que o fidalguismo era uma aspiração coletiva que atingia tanto um mercador quanto um soldado no além-mar.⁶⁸

Também Rui Bebiano demonstra a importância do imaginário guerreiro para essa sociedade do Antigo Regime, quando se refere à circulação de literatura a enaltecer batalhas e vitórias portuguesas, sempre exageradas, que representavam uma estratégia de projeção da imagem do soberano e do reino. Em Portugal, desde cedo se produziam escritos sobre atividades militares, vitórias e conquistas, que certamente alimentavam esse ideário do serviço ao rei. Inevitavelmente, nomes se destacavam nesses escritos, quando se tornava cada vez mais interessante ser registrado nos relatos. Tratava-se não apenas de propaganda do poder, mas também do indivíduo nominalmente referido no relato, desejando que seus feitos e serviços fossem conhecidos para receber não apenas mercês, mas sobretudo honra.⁶⁹

⁶⁷ CURTO, op. cit., p. 328-329.

⁶⁸ FRANÇA, op. cit., p. 401.

⁶⁹ “Noutra direção, as descrições de combates, batalhas e escaramuças pretendem também produzir nas consciências uma imagem de grandeza, de ordem e de movimento. Por gazetas e panfletos – durante as campanhas da Restauração até no sermão – e também em obras que principalmente buscavam propor o exemplo (nos domínios da literatura, da política, da história ou da arte militar), sucedem-se os relatos noticiosos, onde a descrição, visualizada e visualizável, dos contornos tende a ultrapassar, habitual e largamente, a dimensão realista dos eventos ficcionados ou dos acontecimentos autênticos e, mais ainda, a sua interpretação razoável. Os textos, por vezes acompanhados de gravuras, as mais das vezes de um traço tosco e singular, esmeram-se na tentativa de devolver ao leitor os contornos materiais dos espaços, das figuras descritas. E o jogo da violência guerreira, exemplar, apelativo, grandioso na dimensão e no impacto, constitui tema constante, que encontra sempre um público ávido e fiel. As relações dos sucessos de guerra, desenvolvem-se por intermédio de um discurso convulsivo, pormenorizado, alegórico, fantástico por vezes, de um discurso barroco de conteúdo muito raramente crítico e que geralmente permite dirigir e manipular as imagens da violência como técnica de propaganda”. BEBIANO, “Elementos de um barroco militar”. In: *Revista de História das Idéias, Cultura Política e Mentalidades*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989, vol. 11, p. 126.

Os serviços no império constituíam até mesmo uma forma de investimento, que poderia ser usado para angariar doações da coroa em momentos posteriores. Além disso, junto ao valor econômico a recompensa régia trazia consigo, freqüentemente, um valor honorífico, importantíssimo numa sociedade que vivia em função do privilégio e da diferença de condições. Fernanda Olival afirma:

Pelo valor dos serviços, suspeita-se que seria importante ser nominalmente incluído como bom servidor da Coroa num relato histórico ou numa gazeta impressa. Melhor ainda seria ver as ações relevantes larga e minuciosamente descritas.⁷⁰

Assim sendo, a divulgação dos feitos de forma escrita potencializaria as chances de obtenção de honra e fama, principalmente ao circular nos ambientes da corte.

Na coleção de documentos escritos e retratos composta no decorrer do século XVIII pelo abade de Santo Adrião de Sever Diogo Barbosa Machado (1682-1772), temos uma mostra significativa da produção de relatos de guerra e notícias militares no mundo lusitano. Nela percebemos a importância da divulgação dos feitos militares não apenas para os monarcas, mas também para governadores, nobres, oficiais e outros, particularmente ao longo do século XVII.⁷¹

De acordo com Rodrigo Bentes Monteiro e Ana Paula Sampaio Caldeira, estão reunidos nesta coleção títulos sobre reis, senhores seculares e eclesiásticos de Portugal. Entre os vários temas dos folhetos, temos:

relatos de eventos, elogios oratórios e poéticos, sermões de nascimentos, aniversários, casamentos, funerais, entradas, orações pela saúde, biografias, genealogias, além de autos de reuniões de cortes e aclamações, notícias de batalhas

⁷⁰ “Embora os serviços devessem ser realizados sem a expectativa de remuneração material além do agradecimento do monarca, ninguém o fazia por puro amor ao rei ou, muito menos, por patriotismo. Apenas as dádivas concitavam braços para o combate, atos de “boa vontade” e “amor” ao soberano”. **OLIVAL**, Fernanda. *Honra, mercê e venalidade: as ordens militares e o Estado moderno (1641-1789)*. Évora: Ed. Autor, 2000, p. 24.

⁷¹ Esta coleção é formada aproximadamente por 4300 obras em 5700 volumes – contendo álbuns de retratos em estampas, opúsculos, mapas e obras avulsas. Apenas no que concerne aos folhetos, são mais de três mil opúsculos entre muitos impressos e alguns manuscritos, publicados entre os séculos XVI e XVIII, organizados em 145 volumes – de acordo com os critérios do abade Diogo Barbosa, que “construiu” sua coleção ao longo do século XVIII. A compilação foi adquirida pelo governo de Portugal para recompor a Biblioteca Real destruída pelo terremoto de 1755. Hoje pertence ao acervo de obras raras da Biblioteca Nacional do Brasil. **MONTEIRO**, & **CALDEIRA**, Ana Paula Sampaio. “A ordem de um tempo: folhetos na coleção Barbosa Machado”. In: *Topoi*, v. 8, n. 14, jan-jun. 2007, p. 77-113.

e cercos militares, manifestos e tratados políticos, missões religiosas, procissões, autos de fé e vilancicos.

Em meio a essa multiplicidade de temas, chama-nos atenção a importância atribuída à guerra e aos feitos militares, pois no catálogo feito pelo próprio Barbosa Machado o tema bélico figura em segundo lugar – logo após os volumes referentes à vida dos reis, e antes dos volumes relativos a assuntos da nobreza e aos temas religiosos.⁷²

Entre os volumes classificados por Diogo Barbosa Machado como notícias militares de reis, encontramos 456 folhetos referentes aos monarcas da casa de Bragança, abrangendo os reinados de D. João IV, D. Afonso VI, D. Pedro II, D. João V e D. José I, com folhetos entre os anos de 1641 e 1763. Lembramos que essa coleção constitui uma mostra da produção de folhetos daquele tempo, pelo volume de documentos reunidos, sem igual no Antigo Regime português. Ainda considerando o agrupamento feito por Diogo Barbosa Machado, encontramos volumes referentes a *Notícias Militares da Índia Oriental*, *Notícias Militares da América* e *Notícias Militares da África*, somando um total de 153 opúsculos, publicados entre os anos de 1530 e 1763. Esses números nos sugerem a importância da divulgação de relatos militares no mundo ibérico moderno, seja para os governos, ou para indivíduos. A maioria destes folhetos foi provavelmente produzida com o intuito de se expor publicamente valores e virtudes que se desejava verem reconhecidos e creditados. Assim, a união da guerra com a escrita era vista por muitos como meio interessante para se obter honra.⁷³

As mudanças na prática da guerra em inícios da Época Moderna acabaram por afetar a função da nobreza. No entanto, Maravall aponta que a função de *espelho* ou paradigma da sociedade seria mantida pela nobreza durante todo o Antigo Regime. O

⁷² **Idem**, p. 79 e 86.

⁷³ Na coleção a ordem temática vem antes da cronológica. Também há uma classificação geográfica, com tomos referentes a América, Ásia e África, partes do império português. Rodrigo Bentes Monteiro e Ana Paula Caldeira, a esse respeito, destacam a peculiaridade da organização do material feita pelo abade que, quando trata dos feitos militares no império luso, contraria a lógica que realça a importância geopolítica e econômica do Brasil no século XVIII, ou mesmo a ordem temporal das conquistas lusitanas – iniciada na África. Barbosa Machado ordena os volumes colocando a Ásia antes da América e da África, e tal fato seria explicado pelos historiadores tendo em vista o maior prestígio social da Índia e do Oriente em relação às outras praças. **Idem**, p. 90.

“modo de vida segundo a honra” seria, para setores subalternos, por um longo tempo, não exatamente um alvo a ser destruído, mas sim alcançado.

No início da Época Moderna, obras com importante repercussão trataram de assuntos que vinculavam as armas à conquista de honra, glória e fama. Entre essas, Castiglione apresentou, no contexto da península itálica de inícios do século XVI, o perfeito cortesão. Capaz de conjugar em si diversas virtudes, esse homem palaciano exemplar deveria distinguir-se também pela perspicácia e sabedoria para ser agradável, mas sobretudo como um útil conselheiro para seu príncipe. Todavia, o cortesão de Castiglione era, por excelência, um exímio guerreiro. Para a península ibérica, de forma mais específica, Francisco Rodrigues Lobo moldava o homem de corte mantendo a aura do soldado exemplar, ainda no século XVII.

Entre o final do século XVI e início do XVII, transitando entre o distante Oriente e o reino lusitano, Diogo do Couto apresentava com pragmatismo sua visão acerca do soldado que merecia ser valorizado e recompensado. Com tinta ácida e grande habilidade, desenhava o retrato da sociedade decadente e em crise, apontando mazelas e soluções. Essas passariam, essencialmente, pelo reconhecimento do mérito em detrimento da linhagem.

Por seu turno, Baltasar Gracián – na Espanha dos anos trinta do século XVII – propunha um arquétipo de herói que conjugasse virtudes e sagacidade. Portador de uma “razão de Estado de si mesmo”, ele deveria saber usar de engenho para alcançar honra, glória e fama, projetando um ideal de vida aristocrática que refletisse seu próprio lugar naquela sociedade.

Embora com características distintas, *O Cortesão*, *Corte na Aldeia*, *O Soldado Prático* e *El Héroe* possuem pontos comuns. O domínio das armas e da virtude guerreira estava no cerne desses “modelos”. O que mais nos chama a atenção, é a atribuição de alguns valores esperados ao soldado honrado ou digno de honra, que compunha modelos a serem seguidos. Esse aspecto é fundamental para nossa dissertação, quando abordamos a perspectiva de que muitos naquele mundo aspiravam alcançar honra pela via das armas. Ou seja, havia um ideal, um perfil de cavaleiro que deveria ser imitado para se alcançar a honra e que fazia parte do imaginário daquele período.

Os soldados – de próprio punho ou por meio de seus escribas, não temos como averiguar – referiam-se muitas vezes ao elenco de virtudes, presentes por exemplo nessas obras, para demonstrarem, ao menos no discurso, o quanto eles eram dignos de reconhecimento. Não defendemos, nem acreditamos que a maioria desses soldados fosse leitora dos livros privilegiados acima. Muito pelo contrário. Mas consideramos plausível que os valores neles destacados fossem socialmente reconhecidos, fazendo mesmo parte do imaginário político-cultural daquele âmbito. Mesmo os que não possuíam cabedal para publicarem seus feitos em relatos de guerra, buscariam apresentar seus serviços nos pedidos de mercês pautados por esses parâmetros de civilidade, bravura e heroísmo. Todavia, conhecer o funcionamento da burocracia régia e os caminhos para se alcançar recompensas da monarquia lusa naquele tempo, bem como seus impedimentos tradicionais e dificuldades, faz-se fundamental para compreender os mecanismos de distinção social, em sua feição escrita, no mundo português do Antigo Regime, em especial no contexto da Restauração de Pernambuco. É o que tentaremos perceber no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

PEDE A VOSSA MAJESTADE...

O mundo português no século XVII vivia momentos decisivos. No reino com o processo de Restauração iniciado em 1640 e no Oriente, na África e na América com os seguidos ataques holandeses desde a União Ibérica (1580-1640). Simultaneamente conflitos de proporções significativas ameaçavam o império construído na passagem do século XV para o XVI, e a sobrevivência do próprio reino. Essa conjuntura, no mínimo delicada, fazia com que as obras e idéias circulantes no mundo europeu – ao menos no católico – fossem absorvidas de maneira peculiar pelos portugueses do período.

Ao aprofundarmos alguns aspectos, percebemos como os lusitanos “liam” a idéia do guerreiro exemplar moldado pela cultura do Antigo Regime – conforme vimos no capítulo anterior – e como o ideal de honra relacionava-se ao reconhecimento régio e à obtenção de mercês. Nesse sentido, a representação de si mesmo nos pedidos de mercê constitui uma importante pista para compreendermos o imaginário do guerreiro que combatia em nome do rei, particularmente na luta contra o herege holandês em Pernambuco, recorte espacial que mais nos interessa.

Cultura política portuguesa

Por que os soldados luso-brasileiros deveriam esperar o reconhecimento e a recompensa de seu rei? Utilizando as idéias de Reinhart Koselleck sobre *experiências* e *expectativas* como duas categorias adequadas para tematizar o tempo histórico, ao entrecruzarem o passado e o futuro, podemos pensar as *expectativas* de um soldado que servia ao rei com sua vida, sangue e fazenda contra o inimigo, mediante o campo de *experiências* que lhe era peculiar. O período estudado inscreve-se no momento em que, segundo Koselleck, *experiências* e *expectativas* caminhavam estreitamente relacionadas. Aquilo que o soldado esperava como recompensa por seus feitos – e lhe parecia certo de alcançar, pois compreendia uma lógica quase matemática – baseava-se em suas *experiências* pessoais e sociais. O distanciamento entre *experiências* e *expectativas*, que possibilitaria cada vez mais um futuro surpreendente e transformador, caracterizaria, no

entender de Koselleck, apenas a história do final do século XVIII em diante, marcada pela idéia de progresso.¹

Essa relação entre *experiências* e *expectativas* inscreve-se a nosso ver numa sociedade como era a do Portugal no Antigo Regime, sob alguns aspectos afinada às idéias da segunda escolástica, caracterizada genericamente pela lógica da liberalidade. Nela, os bens adquiridos não inspiravam uma perspectiva de acumulação, mas sim a possibilidade de oferecer a outrem, buscando a construção de laços ou alianças. O dinheiro não possuía importância em si para o homem aristotélico, que teria dificuldade de enriquecer porque gostava mais de dar que acumular. Todavia, de forma alguma, a dádiva era algo gratuito e desinteressado, ela se inscrevia numa cadeia de obrigações recíprocas. Fernanda Olival, ao estudar a chamada “economia de mercês” na sociedade portuguesa, destaca o caráter pragmático desse expediente, principalmente em contextos delicados, como o de 1640, com a Restauração, ou o de 1662-1667, no reinado de D. Afonso VI. A importância da justiça na liberação de prêmios, dádivas ou mercês era fundamental nessa sociedade de Antigo Regime e cabia ao monarca o papel de juiz. Ele deveria arbitrar não só as culpas, bem como os méritos, oferecendo-os com equidade. Olival lembra que servir à coroa com o objetivo de pedir em troca era quase um modo de vida para alguns. “Era uma estratégia de sobrevivência material, mas também honorífica e de promoção”. Isso ocorria não só entre a primeira nobreza, mas também nos grupos mais baixos, ainda que em intensidades diferentes.²

Nesse contexto, as matrizes políticas ibéricas produziam o ambiente favorável a essas relações entre soberanos e súditos e constituíam a base das “negociações” possíveis para o bom exercício do poder. Retornando um pouco no tempo, lembramos que na península ibérica, em finais do século XV e no decorrer do XVI, enfrentava-se o desafio maior de constituição dos Estados que trazia consigo outros problemas, inerentes ao momento no qual se vivia. Esse tempo, conforme Luís Reis Torgal, pleno de realizações e descobertas, bem como do florescimento de um imenso império como o espanhol, fez com que o pensamento político se sofisticasse na busca por respostas às questões que se

¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1993, p. 333-357.

² OLIVAL, Fernanda. *Honra, mercê e venalidade: as ordens militares e o Estado moderno (1641-1789)*. Évora: Autor, 2000, p. 19 e 21.

impunham.³

Nesse sentido, o humanismo cristianizado teria sido fundamental ao desenvolvimento de uma *razão de Estado católica* que satisfizesse as necessidades de uma região como a península ibérica, tão ciosa de sua religiosidade, proporcionando uma adequação da práxis política à moral cristã. As concepções de *política cristã* e de *razão de Estado católica* significavam, pois, a consciência da dimensão própria da *política*, ainda que implicassem subordinação aos valores do catolicismo. Por isso, os autores católicos lançaram mão de exemplos bíblicos e citações patrísticas e escolásticas, mas não deixaram igualmente de recorrer a exemplos históricos da política. Nesse contexto, destacou-se o nome de Giovanni Botero. Sua penetração no pensamento político da Europa ibérica e do além mar foi indubitável.⁴

Mas para algumas interpretações, o pensamento político hegemônico – por possuir raízes profundas e melhor se adequar às necessidades dessa região – foi o neotomismo, que tinha suas bases no direito natural e na ingerência do *povo* sobre o soberano como possuidor do poder *in habitu*, enquanto o rei o possuía *in actu*.⁵ O neotomismo teria possibilitado à península ibérica, tão matizada por diferenças regionais, um *clima* de consenso e uma visão hierarquizada do mundo, facilitando a expansão ultramarina e as ambições imperiais da Espanha, por exemplo.⁶

³ **TORGAL**, Luís Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1983, v. II.

⁴ Seu destaque para a educação do príncipe e o desenvolvimento de virtudes, a busca por ser amado, sua preferência pelos Estados médios e sua ênfase na primazia por manter o território sobre expandi-lo, foram as principais características de seu pensamento. Seu pragmatismo político e principalmente a idéia do cálculo foram utilizados com o intuito de evitar a imagem da tirania. Conforme cita Torgal: “(...) Portanto, ele, mantendo-se nestes limites, não dilacerará nem atormentará os súditos com impostos inusitados e desproporcionados em relação às suas posses; nem permitirá que os impostos normais e convenientes sejam os cobrados pela violência ou aumentados pelos ministros cobiçosos. (...)”. **TORGAL & RALHA**, Rafaella Longobardi (orgs.). *João Botero da Razão de Estado*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992, p. 20. A influência de Botero seria notada, principalmente, no período posterior à Restauração. Vários autores portugueses (ainda que de vertentes diferentes) foram diretamente influenciados por ele, como: Vila Real, Henrique Gomes, Sebastião César de Meneses, Carvalho de Parada, entre outros. Muitos deles escreveram conselhos para os príncipes, orientando-os para que alcançassem o amor e a obediência dos seus súditos.

⁵ **TORGAL**, *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*, op. cit.

⁶ Duas boas reflexões sobre este tema se encontram em: **BARBOZA FILHO**, Rubem. *Tradição e artifício – iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000 e **MORSE**, Richard M. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Em termos sucintos, segundo essa corrente de pensamento, ao rei cabia a justiça de saber a quem devia dar, a quantidade adequada e o momento oportuno. O gesto de dar inseria-se numa cadeia de obrigações recíprocas, que formava um todo. No Antigo Regime, a justiça correspondia em repartir o prêmio e o castigo, além de cuidar do cumprimento dos contratos. Esse princípio tornava-se mais latente no âmbito ibérico. Fernanda Olival afirma várias questões implícitas nesta concepção: “a desigualdade dos desempenhos ou dos direitos; a existência de alguém que podia avaliá-los e arbitrar; e por fim, o receptor.”⁷

Em 1640, inaugurava-se um cenário que demonstrava possibilidades de relação entre essas duas concepções aparentemente tão diversas, humanismo e neotomismo. A Restauração portuguesa pode ser assim um grande momento desse diálogo. Nos fundamentos do poder régio português restaurado, pode-se identificar o neotomismo – com suas bases contratualistas de um direito natural emanado de Deus, que em sua essência pertencia ao “povo”, porém delegado ao rei para promover a justiça e o bem comum. Mas na prática política, que visava manter esse mesmo poder, encontrava-se também, *grosso modo*, o humanismo – presente, por exemplo, na obra de Botero – preocupado em construir uma imagem virtuosa do príncipe, uma maior ênfase na conservação que na expansão do reino, a busca por ser amado mais que temido etc. A perspectiva política boteriana possibilitava uma orientação para o posicionamento de uma *razão de Estado régia*, que diferia de uma perigosa *razão de Estado tirânica*, especialmente no ambiente de concepções políticas identificadas ao neotomismo, como a península ibérica, principalmente para uma dinastia recém instaurada e com tão poderosos inimigos externos como a Espanha e os Países Baixos. O rei que prejudicasse a lei moral e transgredisse os limites da justiça era um tirano, e era sabido que o “povo” podia negar-se a obedecer às ordens de um monarca semelhante. Conforme Eduardo d’Oliveira França, “sendo rompido o contrato pelo soberano que se erige em tirano, *ipso facto*, desligam-se os povos dos seus deveres para com ele. Podem então excluí-lo do poder.” Afinal, Felipe III de Portugal havia sido deposto sob acusação de tirania. O novo rei, D. João IV, deveria se esforçar para diferenciar-se de seu antecessor.⁸

⁷ OLIVAL, op. cit., p. 20.

⁸ FRANÇA, Eduardo d’Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 271.

A nova dinastia

Nas diversas análises da Restauração portuguesa, concorda-se com a insatisfação dos lusos, particularmente de um segmento secundário da nobreza, em relação à distribuição de mercês por parte da monarquia castelhana. Antonio de Sousa de Macedo escreve de forma contundente ao rei Carlos da Inglaterra sobre o assunto em 1641, manifestando as justificativas do movimento de dezembro de 1640:

Otro beneficio llama los excessos de Mercedes (si lo que se compra es merced) que el rey hazia dâdo habitos, y los mayores titulos de nobleza, a quien jâmàs pensò conseguirlos: assi lo confessamos, mas no podran negar, que esta ha sido una de las traças con que quisieron acabar nos, confundiendo la nobleza, no aventajando los meritos, vendiendo las hõras, agotando el mayor tesoro del reyno, que consistia en tales datas, para satisfacion de servicios; las quales hechas comunes a gente vil no eran apeticibres a los buenos, con lo qual, faltando el premio, que incita a obras virtuosas, y quedando assi la virtud sin sequito y la patria sin servidores en paz, y en guerra florescian solo medios infames de grangear la gracia de los validos, y el dinero: libertad notable, que abonen por virtudes las malicias, y vendan por hõras los vituperios; que otra cosa es esto? Si no lo que dellos escribe aquel italiano discreto, que con manto de brocado quieren cubrir su diabolico interez.⁹

A importância da justiça na distribuição de mercês como remuneração fica patente. A possibilidade de aumentar a grandeza dos fiéis vassallos mediante serviços prestados ao seu rei não apenas fazia parte da mentalidade coletiva, bem como impulsionava os servidores da monarquia. E a nova dinastia se encontrava ainda frágil demais para deixar de cumprir tal justiça.

Para aquele que já era fidalgo, a Restauração animava a recuperação da corte outrora deslocada para Madri e o retorno das possibilidades de ascensão pelo heroísmo.¹⁰ Não à toa, nos primeiros documentos sobre a Restauração, são listados os nomes dos *aclamadores* e são nitidamente expressas suas aspirações por posições no governo

⁹ MACEDO, Antonio de Sousa de. “Carta que a un señor de la corte de Inglaterra escribió el doutor Antonio de Sousa de Macedo, oydor de la chancelaria de la ciudad de Porto,... al sereníssimo Carlos rey de la Gran Bretana ... 1641”. In: MACHADO, Diogo Barbosa (org.). *Manifestos de Portugal*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, s.n.t., t. I, p. 258-272.

¹⁰ FRANÇA, op. cit., p. 401-403.

bragantino. Dizem eles que “a acção de aclamar a el rey D. João o IV: foi mais gloriosa e mais digna de honra, fama e remuneração, que a dos que o seguirão aclamado...”¹¹

No mesmo folheto o autor, além de defender que as melhores mercês cabiam aos nobres, que primeiro tomaram iniciativa para a aclamação como prêmio e estímulo, reafirma a obrigação do bom príncipe em distribuir justiça.

Assim, podemos considerar que havia indivíduos os quais buscavam a vida militar como possibilidade para ascender socialmente e que isso era efetivamente possível. A subsistência e os serviços ao rei eram os principais motores dessa máquina de guerra. Mas um aspecto não excluía o outro, uma vez que até os grupos sociais mais baixos valiam-se desse mecanismo. Desse modo, o servir à coroa podia ser praticamente um modo de vida. Para alguns uma estratégia de sobrevivência material, para outros uma possibilidade honorífica e de promoção, fatores não excludentes entre si. Esse ideário de honra guerreira estava impregnado na sociedade lusitana por suas tradições e seria alimentado pelos diversos escritos que circulavam. De sorte que, de uma forma ou de outra, histórias e notícias militares chegavam aos ouvidos da maioria iletrada, homogeneizando o contexto mental. Por parte do governo, mais que nunca seria, fundamental estimular o engajamento de soldados em guerras que se tinha dificuldades de sustentar. Lembramos que a participação popular na aclamação do novo rei fora praticamente apagada.

Novamente em um documento da época, o autor critica os reis Habsburgos ao indagar:

Vender as nobrezas, contra a mesma natureza, as insígnias das Ordens militares, que se haviam de conceder aos beneméritos da república, distribuí-las por dinheiro a seu gosto a pessoas indignas os condados, e os títulos de condes, e governadores, os lugares superiores da justiça, da guerra, e todas as coisas honrosas po-las em pública almoeda, e faze-las venais, não he tirania?¹²

Isto é, havia uma insatisfação latente entre os lusitanos com a política de remuneração de serviços praticada pelos Felipes. Nesse sentido, a tirania estava diretamente relacionada à falta de justiça no ato de premiar.

¹¹ **RIBEIRO**, João Pinto. “A acção de aclamar a el rey Dom João o IV: foy mais gloriosa, e mais digna de honra, fama, e remuneração, que a dos que o seguirão aclamado... (1644)”. In: **MACHADO**. op. cit., t. II, p. 6-15.

¹² **CARVALHO**, Antonio Moniz. “Tradução de huma breve conclusão e apologia da justiça del rey N. Senhor, e dos motivos de sua felice aclamação... (1641)” In: **MACHADO**. op. cit, t. I, p. 234.

Por outra perspectiva, Jean-Frédéric Schaub, historiador francês estudioso do caráter imperial das monarquias portuguesa e hispânica, discorda da visão acerca da união e separação das coroas ibéricas estabelecida pela historiografia nacionalista dos séculos XIX e XX, pois a cooptação dos segmentos populares exigia algum esforço a mais. Segundo ele, não havia um descompasso tão grande e insuportável nas vésperas da Restauração como se acredita. Durante todo o período, desde Felipe II até D. João IV, houve vozes discordantes e concordantes sobre ambos os lados. Assim, Schaub descaracteriza esse Estado tão definido, demonstrando como a profusão de textos de polêmica política e de oratória sagrada não era reflexo de um estado de opinião portuguesa, mas sim a falta dele. Dessa forma a nova dinastia necessitou lançar mão de vários meios – entre eles a imprensa – para construir os efeitos de uma unanimidade tão desejada. Finalmente, teria sido a guerra mal financiada e mal preparada, imposta por Castela contra Portugal, que teria sedimentado as opiniões da população lusa contra os castelhanos.¹³

Ainda, acerca da adesão do povo ao movimento, Rafael Valladares, historiador espanhol com trabalhos desenvolvidos sobre o período da União Ibérica, observa que, no processo da Restauração portuguesa, os aspectos históricos da união das coroas seriam fundamentais para se compreender porque Portugal chegou à secessão definitiva de Espanha, enquanto a Catalunha foi reabsorvida. Entre diversas e complexas razões, ele destaca o fato de Portugal já possuir uma história monárquica e tradições próprias, além de um fabuloso império colonial, quando entrou na monarquia de Felipe II. Para ele, a soma dos aspectos unificadores e desagregadores ajuda a compreender a união em 1580 e a desagregação em 1640. Valladares confirma que a percepção das transformações nos modos de governar dos Habsburgos durante a união forjou uma convergência de oposições contra Madri, entre estamentos que guardavam suas diferenças como o clero e parte da nobreza portuguesa que não se via agraciada pelo monarca Habsburgo. Dessa forma, caracteriza o movimento de dezembro de 1640 como um golpe de Estado impetrado por uma minoria que aspirava o domínio político, diferente do postulado pela historiografia nacionalista dos séculos XIX e XX – que advogava, *grosso modo*, uma ampla unidade portuguesa contra o domínio estrangeiro. Portanto, o que estava em pauta, para os

¹³ **SCHAUB**, Jean-Frédéric. *Portugal na monarquia hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 98.

aclamadores – verdadeiros protagonistas do processo – não era a separação de Portugal, mas sim o exercício do poder, uma vez que seus interesses não eram satisfeitos como outrora.

Por essa perspectiva, as mentalidades populares estavam em disputa. Além dos esforços militares e do embargo econômico imposto contra Portugal, os castelhanos acreditavam que precisavam investir na batalha de convencimento dos portugueses por meio dos escritos. Nesse sentido, o argumento da ilegitimidade e da tirania mostrava sua fluidez, pois os defensores de Felipe IV conclamavam os portugueses fiéis vassalos do legítimo rei Habsburgo a resistirem aos tiranos golpistas que ocupavam o trono português. Desse modo, o exército castelhano apresentava-se, também, como libertador dos portugueses.¹⁴

Como se não bastasse para Portugal esse estado de coisas na Europa, ainda existia um império para se preocupar. As próprias possessões no ultramar, particularmente a América portuguesa, ameaçadas por perigos externos e internos, mereciam um cuidado especial na sua conservação. A construção da imagem do novo rei no além-mar seria marcada por avanços e retrocessos, até que a nova dinastia estivesse suficientemente sedimentada, impondo-se assim à sua maneira.¹⁵

A esperança na justiça através das mãos régias fazia parte da mentalidade popular. A esse respeito Rodrigo Ricupero chama atenção para a presença nos sermões do padre Antonio Vieira da idéia da necessidade do monarca exercer uma justiça plena que contemplasse tanto o castigo como o prêmio. Ricupero lembra que não se tratava de nenhuma novidade, pois tal princípio era “uma idéia que vinha de longe e que continuaria em voga ainda por muitos anos”. É particularmente interessante associar esse princípio a uma cultura ibérica que sustentava a esperança em uma recompensa régia na proporção do serviço prestado, uma vez que o rei era justo.¹⁶

Por outro lado, a coroa se servia da ambição de seus vassalos para reforçar sua presença e arrematar serviços valiosos para combater o inimigo em tempos tão difíceis

¹⁴ VALLADARES, Rafael. *Portugal y la monarquía Hispánica, 1580-1668*. Madrid: Arco/Libros S.L., 2000, p. 37-57.

¹⁵ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho. A monarquia portuguesa e a colonização da América 1610-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.

¹⁶ RICUPERO, Rodrigo M. *Honras e mercês: poder e patrimônio nos primórdios do Brasil*. Tese de doutorado em História Econômica. São Paulo: USP, 2005, p. 28.

e em paragens tão longínquas. Lembramos que aquele período era especialmente delicado para a monarquia recém restaurada em Portugal. Para o novo rei Bragança efetivar e sustentar um exército forte o suficiente na Europa para deter o gigantesco poderio castelhano tão próximo não era tarefa fácil, quanto mais para um reino com problemas estruturais não apenas em suas finanças, mas também na base militar. Dessa forma, como veremos adiante, contar com o ânimo de seus aliados na América portuguesa contra a presença holandesa na região de Pernambuco – grande fonte de riquezas e de prestígio com o açúcar – era fundamental.

Fernanda Olival, ao estudar a concessão de mercês como uma das bases da monarquia portuguesa no Antigo Regime, alude a essa prática como uma importante moeda de negociação da coroa, que a utilizava para manter o equilíbrio daquela sociedade e, ao mesmo tempo, recrutar serviços fundamentais para a manutenção da trama imperial.¹⁷

Mesmo o Conselho Ultramarino chamava a atenção do rei acerca da necessidade de satisfazer alguns anseios dos soldados luso-brasileiros, com o intento de manter elevado o ânimo das tropas e garantir a contrapartida de bons serviços. Afinal, manter as boas bases dessa *relação negociada* era vital para a manutenção do além-mar. Sobre o requerimento do soldado Cristóvão Fernandez de Oliveira, diz o conselho¹⁸:

Pareceu ao Conselho representar a Vossa Majestade (por particular serviço seu) que não pode, nem deve ser de prejuízo a este soldado, não haver chegado a ser capitão, por as capitánias muitas, ou as mais das vezes, se proverem em pessoas, que menos as merecem; E da obrigação dos governadores, e cabos da guerra nas conquistas, E convir muito do mesmo serviço de Vossa Majestade não se publicar esta solução, nem outras semelhantes (como já em outras ocasiões se tem) representado a Vossa Majestade pelo grande descontentamento, que pode causar

¹⁷ OLIVAL. *As Ordens Militares e o Estado Moderno*. Lisboa: Estar, 2001, p. 31.

¹⁸ Em obra de referência, Graça Salgado escreve: “Após a Restauração, dom João IV manteve a tendência à centralização administrativa. Inspirado no Conselho da Índia, criou o CONSELHO ULTRAMARINO, por decreto de 14 de julho de 1642. Tal órgão compunha-se de um presidente, dois conselheiros de capa-e-espada e um conselheiro letrado. (...) De fato, o Conselho Ultramarino tinha ampla competência sobre os assuntos das colônias, com exceção dos eclesiásticos, que continuaram a ser tratados pela Mesa da Consciência e Ordens, e da administração das rendas régias, que permanecia no âmbito do Conselho da Fazenda.” SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos. A administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 42-43. Embora criado em julho de 1642 a primeira reunião dos conselheiros aconteceu somente em 3 de dezembro de 1643. De acordo com a análise de Edval de Souza Barros, houve choques de jurisdição com outros órgãos (Conselho da Fazenda, Desembargo do Paço e Mesa de Consciência e Ordens) e havia certo descompasso entre o poder atribuído ao Conselho Ultramarino e sua aplicação prática. BARROS, Edval de Souza. “*Negócios de tanta importância*”: o Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661). Tese de doutorado em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2004, p. 89-91 e 343-346.

nos soldados de merecimento, particularmente nos de Pernambuco (como este é) que sendo muitos, e todos beneméritos, são poucos, os que tem sido capitães, e o mais deles o não poderão chegar a ser tão em breve.

E Joseph Pinto Pereira diz mais, que a guerra, e conquista da ilha de Ceilão, tem chegado ao Estado, em que de presente se acha, pelos soldados verem que se lhes negam os postos que merecem, e se empregam nos criados, e pessoas da obrigação dos Gerais, causa digna do sentimento, que disso tem. Em Lisboa a 27 de outubro de 654.¹⁹

As observações do conselho apontam para a necessidade de se alimentar nos próprios soldados a lógica da justiça remuneratória para os valorosos serviços. Sublinha-se, ainda, a importância dessa consciência para fomentar o esforço e manter o ânimo. Ainda que nem todos os soldados recebessem mercês, era fundamental que alguns guerreiros reconhecidamente valorosos as alcançassem, para que a força do exemplo próximo mantivesse acesa a esperança de também lográ-la. Além disso, cabe aqui um paralelo entre o que apontavam os conselheiros e as queixas do *soldado prático*, discutidas no capítulo anterior. Destacam-se as críticas contra o uso de se prover os cargos e patentes entre protegidos ou apadrinhados em detrimento do mérito, corroendo as expectativas de aplicados guerreiros. Assim, depois de apresentar os relatos dos feitos, mediante as devidas certidões, descrevendo os serviços prestados por Cristóvão Fernandez de Oliveira, o conselho ofereceu seu parecer, inclusive sugerindo o foro de fidalgo solicitado pelo requerente:

Ao Conselho parece que por este soldado haver servido bem, e com valor, nas ocasiões que em Pernambuco se ofereceram, como fica relatado; Em satisfação de tudo lhe deve Vossa Majestade fazer mercê do foro de cavaleiro fidalgo com mil réis de moradia e de uma capela efetiva de lote de até quarenta mil réis, ou dos mesmos de renda também efetiva. E de um Alvará de Lembrança de ofício de justiça, fazenda, ou guerra, que caiba na pessoa que casar com a sobrinha, para que pedia lugar de freira; E que lhe diga mais que quando se tratar de provimento de postos, a que esteja a caber, se consultará a Vossa Majestade com os mais sujeitos, que se oferecerem com relação, e memória de seus serviços.”²⁰

Era tempo de alimentar o ânimo luso-brasileiro, não mitigá-lo. Havia a necessidade imediata de, estrategicamente, alargar o campo de expectativas. Não seria de bom agouro em momento tão delicado frustrar as esperanças dos guerreiros.

¹⁹ AHU_ACL_CU_015, CX.6, D. 507.

²⁰ *Idem*.

Guerra viva em Pernambuco

O período abarcado pelos pedidos de mercês aqui analisados é particularmente interessante. Como aludido, a dinastia Bragança restaurara a soberania portuguesa em 1640 sob alegação de ilegitimidade e tirania dos Habsburgos. Portanto, comprometia-se a ministrar a justiça que o rei tirano deposto não estava cumprindo. Além disso, carecia de laços de fidelidade que legitimassem seu poder, aglutinando forças para combater as ameaças que sofria da Espanha. Ao recuperarmos uma citação do padre Antonio Vieira, presente no trabalho de Fernanda Olival, podemos compreender melhor a situação na qual se encontrava a coroa portuguesa: “ou o rei diz não, porque não quer, ou porque não pode: se porque não quer ofende o amor; se porque não pode desacredita a grandeza”.²¹ Ou seja, a dinastia precisava mostrar sua justiça e grandeza para seus súditos mediante a concessão de mercês para, deste modo, legitimar suas soberania e capacidade.

A necessidade de se erguer um Estado e justificá-lo caracterizou o primeiro reinado dos Braganças. Como dito anteriormente, o rei e seus políticos serviam-se, segundo algumas interpretações, na arte de governo, das regras práticas aprendidas nos manuais da “razão de Estado”. Botero já avisava: “Arruína também os Estados intrinsecamente a crueldade para com os súditos e a devassidão...”.²²

Rodrigo Bentes Monteiro argumenta que houve especial preocupação da nova dinastia em agir com moderação e atuar com amor e misericórdia em lugar de mão pesada e severidade para com a América. Todo cuidado seria pouco para se evitar qualquer associação à idéia de tirania.²³ Um motivo para o cuidado especial seria a distância da presença do rei. Como afirmava Botero: “raras vezes acontece que as causas externas derrubem um Domínio que as causas internas não tenham anteriormente corrompido”.²⁴

Cabe analisar até que ponto os súditos, nesse contexto de fragilidade política e concepções contratualistas do poder, faziam a leitura do momento vivido e percebiam nele uma oportunidade especial para obter mercês do novo rei mediante valorosos serviços prestados. A esse respeito, Rubem Barboza Filho aponta como as matrizes políticas e

²¹ OLIVAL, op. cit, p. 39. Esta é a inspiração para o título do livro de XAVIER, Ângela Barreto. “*El Rei aonde póde e não aonde quer*”. *Razões da política no Portugal seiscentista*. Lisboa: Colibri, 1998.

²² TORGAL & RALHA (orgs.), op. cit. p. 7.

²³ MONTEIRO, op. cit., p. 73-106.

²⁴ TORGAL & RALHA (orgs.), op. cit. p. 14.

mentais do iberismo atravessavam o Atlântico e faziam parte do ideário luso-brasileiro.²⁵ Vários eram os flancos. A guerra se apresentava como um campo promissor para o serviço ao rei. Mais que nunca o reino carecia do voluntarismo de seus súditos, pois se encontrava enfraquecido e exaurido. Além disso, as fronteiras necessitavam ser protegidas, em alguns casos reconquistadas ao inimigo castelhano. Portanto, outro palco privilegiado para os combates era a América portuguesa, ocupada pelos neerlandeses desde 1630.

Segundo Boxer, quando os holandeses passaram à ofensiva na sua *Guerra dos Oitenta Anos* pela independência contra Espanha no início do XVII, seu alvo foram as possessões portuguesas no além-mar, muito mais vulneráveis que as espanholas.²⁶ No entender do historiador britânico, os combates nesse século merecem mais a duvidosa honra de serem denominados de *Primeira Grande Guerra Mundial* que os conflitos entre 1914-1918, uma vez que envolveram várias potências e foram travados em quatro continentes e sete mares. Se as mortes provocadas foram em menor número, também há de se ponderar o número bem menor da população mundial à época.²⁷

Os holandeses e ingleses – protestantes – questionavam a exclusividade dos mares e a divisão do “novo mundo” entre portugueses e espanhóis por uma bula papal aos finais do século XV. O principal articulador teórico dos argumentos holandeses era o jurista Hugo Grócio, defensor das companhias holandesas de comércio oriental. Mas a discussão já havia saído das teorias e enveredado pelas práticas militares. A Holanda, a essa altura, já constituía uma força econômica e militar – especialmente sua marinha permitia o rápido avanço de suas companhias de comércio: a das Índias Orientais e a das Índias Ocidentais.

Segundo o grande historiador da Restauração pernambucana Evaldo Cabral de Mello, a guerra contra os holandeses em Pernambuco exigiu dinâmicas diferentes das utilizadas na Europa. As táticas européias não eram as mais apropriadas para as batalhas travadas no nordeste brasileiro, por diversos fatores. Em período de transformações e modernização sob vários aspectos da guerra na Europa, as novas técnicas deviam se adaptar à realidade das condições no terreno americano. Além disso, o contexto europeu fez com que, em um primeiro momento, a Espanha se dedicasse às suas prioridades imperiais,

²⁵ BARBOZA FILHO, op. cit.

²⁶ Era mais cômodo para uma emergente potência marítima como a Holanda atacar povoações litorâneas como as portuguesas na Ásia (Goa), África (Angola) e América do Sul (Salvador e Recife), do que as espanholas mais interiorizadas (cidade do México e Peru).

²⁷ BOXER, Charles. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições Setenta, 1981, p. 117.

fazendo valer a política do conde duque de Olivares. Somente após a Restauração, Portugal se preocupou em estabelecer sua nova dinastia, ainda cambaleante, no ultramar americano. Todavia, sua fragilidade econômica, militar e política, não permitia medidas efetivas para marcar sua presença no além-mar ocupado pelos inimigos.²⁸

Nesse quadro, os luso-brasileiros se viam na iminência de aplicar suas próprias forças contra o invasor, sustentando por si próprios a resistência. Cabral de Mello demonstra como as mazelas da guerra grassavam também neste lado do Atlântico, no flanco batavo e no luso-brasileiro, sendo extremamente complicado manter efetivos no campo de batalha. Os desgastes, as dificuldades de abastecimento das tropas, as doenças tropicais e o número de mortes definiam os azares da guerra e construíam o cenário para o estabelecimento de alianças necessárias (com índios, negros, ou a *gentilha*) e o surgimento de heróis – de fato ou de conveniência. Nesse contexto, servia-se ao rei não apenas à custa de seu *sangue* derramado em escaramuças e batalhas mortais, mas também com suas *fazendas* fornecendo escravos ou alimentos para as tropas, suprimindo os espaços que o Estado não conseguia ocupar. Mas esse serviço aparecia indissociável de sua divulgação, mediante impressos, como veremos adiante.²⁹

Portanto, a lógica do serviço ao rei fazia parte do ideário português também no além mar. A busca por mercês como justa recompensa pela fidelidade à coroa e à nova dinastia poderia assegurar distinções e poder local. Os serviços deviam ser os mais úteis ao rei

²⁸ Evaldo Cabral de Mello considera a dominação holandesa no Brasil – 1630/1654 – em três fases. A primeira de 1630 a 1637, da queda de Olinda à afirmação do poder neerlandês sobre a região compreendida entre o Ceará e o São Francisco, sendo este o período da guerra de resistência. A segunda de 1637 a 1645, compreendendo o governo de João Maurício de Nassau (1636-1644), considerada pela historiografia a idade de ouro do Brasil holandês. A terceira e última, de 1645 a 1654, que abrange da guerra de Restauração até a capitulação holandesa no Brasil. **MELLO**, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada – guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 15. Pedro Puntoni faz um excelente resumo sobre os aspectos factuais das ações militares dessa guerra de Restauração pernambucana. **PUNTONI**, Pedro. “As guerras no Atlântico Sul: a ofensiva holandesa (1624-1641)” & “As guerras no Atlântico Sul: a restauração (1644-1654)” In: **BARATA**, Manuel Themudo & **TEIXEIRA**, Nuno Severiano (dir.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, v. 2, p. 255-267 e 282-290. Outras obras do autor versam sobre a guerra no Brasil colonial: **PUNTONI**. *A guerra dos bárbaros: Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002, e *A mísera sorte: a escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*. São Paulo: Hucitec, 1999.

²⁹ “Dessa forma, após 1630, a chamada ‘guerra do açúcar’ mobilizou as atenções da Coroa. Os serviços mais importantes nas partes do Brasil passaram a ser a participação ou o financiamento da guerra. Paralelamente aos combates, ocorreu um profundo re-arranjo das elites nas áreas ocupadas ou próximas: com o deslocamento de parte da elite pernambucana para a Bahia, associando-se aos grupos do Recôncavo e o surgimento de uma nova camada em Pernambuco. Esta, aproveitando-se da ocupação holandesa, inseriu-se na elite local e, ao participar da guerra de restauração, acabou por consolidar sua posição com a expulsão definitiva dos holandeses em 1654.” **RICUPERO**, op. cit., p. 22.

dentro da lógica de guerra em que se vivia. Nessa perspectiva, amplos setores sociais desejaram e buscaram alcançar as mercês disponíveis que, em outros contextos, estariam inacessíveis.

Os feitos ou serviços que geraram pedidos de mercês no decorrer desse período interessam a este estudo, particularmente aqueles prestados por homens *sem origem*, portadores de *defeitos de sangue* ou *de ofício* que vislumbraram a oportunidade de terem suas faltas perdoadas. Alcançariam, assim, melhores postos na hierarquia social, por meio de recompensas que significassem, além do valor econômico, um caráter honorífico que lhes possibilitasse distinção no estatuto desta sociedade. Alguns desses homens não demoraram a requerer mercês ao seu rei, mediante os caminhos que se impunham.

Os holandeses, presentes no nordeste brasileiro desde 1630, após enfrentarem uma guerra de resistência até 1637 e gozarem de um período relativamente tranqüilo até 1645, passavam a enfrentar aquela que seria denominada *guerra de Restauração pernambucana*. De iniciativa local e diferente do primeiro conflito de resistência – baseado nos princípios da guerra européia – nesta nova guerra os restauradores de raízes predominantemente luso-brasileiras lançavam mão da chamada *guerra brasílica*. Valiam-se do uso da experiência indígena nos rápidos deslocamentos e no conhecimento da mata, além da melhor adaptação do soldado da terra em relação à dificuldade enfrentada pelos soldados europeus.

Conforme Evaldo Cabral de Mello, a composição do novo exército restaurador ofereceu um contraste marcante em relação às tropas da resistência. Na metade da década de quarenta, reflexos dos acontecimentos no reino, a guerra da Restauração em Pernambuco caracterizou-se pela predominância numérica do soldado da terra. Na primeira vitória sobre os holandeses, em Tabocas, atuou, apenas, a gente de Pernambuco. No decorrer da guerra, a proporção teria ficado em cerca de 2/3 de naturais da terra. Mesmo o comando do exército da Restauração era exclusivamente composto por oficiais de experiência portuguesa e brasileira, diferente do anterior exército de resistência.³⁰

Como já visto, os compromissos da nova dinastia lusa na defesa imediata de suas fronteiras contra o poderio espanhol e a impossibilidade de enfrentar diretamente a potência holandesa, levaram Portugal a postergar uma solução para a situação do nordeste brasileiro. No primeiro capítulo percebemos como na Europa dos séculos XVI e XVII, o

³⁰ MELLO, op. cit., p. 230, 246-247, 258 e 373.

aprovisionamento de um exército em guerra representava um severo teste de eficiência governamental. Portugal no período não parecia pronto para ser aprovado nesse teste.

Segundo Cabral de Mello, a coroa nunca tinha enviado sequer um terço do necessário para sustentar a gente de guerra. Assim, os serviços econômicos para a guerra também se fizeram dignos de mercê. Ante a dificuldade de sustentar os esforços de guerra, muitos oficiais mais zelosos, ou ricos senhores locais, prestaram serviços a *Sua Majestade* sustentando soldados, adiantando dinheiro ou víveres ao exército – jamais pagos – doando ou emprestando escravos às fileiras do exército ou para a construção e reforma de fortes e caminhos, acolhendo e tratando de soldados feridos e doentes em suas próprias casas, cedendo carros e animais para o transporte do trem de guerra, etc. Muitos pedidos de mercê de hábitos das ordens militares alegavam tais serviços, detalhando os empenhos econômicos despendidos. Nos documentos apreciados nesta dissertação, os serviços de ordem econômica não raro são relatados.³¹

Escrevendo de Sergipe, em 18 de fevereiro de 1655, o capitão Manoel da Cunha Moreno, natural de Pernambuco, alegava servir ao rei nas guerras de Pernambuco “desde o ano de 645, até o de 652”. O dito capitão descrevia em seu pedido os postos pelos quais passou, várias missões realizadas e arriscadas situações vividas. Porém, chamava atenção para o fato de ter servido

gastando muito de sua fazenda, assim em vestiduras de novo a dos soldados, de tudo o necessário para andarem despidos, como em sessenta saias, e outros mantimentos, E dinheiro com que por vezes contribuiu, para o sustento da guerra, mostrando contudo muito zelo do serviço de Vossa Majestade, e caridade com os soldados pobres, e com os doentes, e feridos, a que por muitas vezes acudiu com os vários medicamentos para sua saúde. E consta também, que do tempo, que serviu de Alferes, e Capitão se lhe ficaram devendo setenta e seis mil e trinta rés, de que não houve pagamento, pela notória falta de efeito, de que se pudesse fazer.

Mediante seus serviços “e sangue que neles derramou, e a grande despesa de fazenda com que os fez”, Manoel da Cunha Moreno pedia que “lhe faça Vossa Majestade mercê do hábito de Christo com sessenta mil rés de renda em Pernambuco, e da Capitania mor da cidade de Sergipe por tempo de nove anos”.³²

³¹ **Idem**, p. 187.

³² AHU_ACL_CU_015.CX.6, D. 523.

Serviços como os do capitão Moreno aparecem com frequência nos pedidos de mercês analisados pelo Conselho Ultramarino. Sustento de soldados, cuidados médicos aos feridos, cessão de escravos para guerra (não tão usual, pois desguarnecia a lavoura de açúcar), cavalos, farinha, bois etc. Há mesmo pedidos de mercês que alegam somente tais préstimos. Não se pode ignorar a importância que semelhantes serviços possuíam para o esforço militar.

Para a historiadora portuguesa Mafalda Soares da Cunha, do ponto de vista político o sistema de remuneração de mercês era central para o bom governo e sua regulamentação a partir dos finais do século XVI, como veremos adiante, foi importante para seu melhor uso. Em contextos delicados, como o que consideramos neste trabalho, esse dispositivo garantia à coroa a continuidade e a renovação de serviços, principalmente os militares, por parte de seus súditos. Por outro lado, a existência de conflitos militares ou outras dificuldades alargavam a capacidade de negociação da coroa e sua liberalidade, afrouxando suas exigências usuais. Mais à frente, examinaremos como esse sistema funcionava.³³

Como vimos no capítulo anterior, a divulgação de folhetos militares cresceu sobremaneira na passagem do século XVI para o XVII. Esses geralmente buscavam uma interiorização do dever de fazer a guerra em nome do rei. Não apenas *por ele*, mas também *como ele*. O monarca era posto de forma exemplar e idealizada, como ícone das virtudes nobres do guerreiro. Expunha-se, assim, as virtudes que se pretendia ver reveladas em um vassalo fiel.

Nessa propaganda do poder monárquico, evidenciava-se também o estatuto de nobreza daqueles que dirigiam a guerra. Essa aura de nobreza e honra permaneceria como atributo do valoroso vassalo do rei assinalado na guerra. Para Rui Bebiano,

o culto do herói desenvolve assim, dentro deste contexto de funcionalidade, os seus próprios rituais de representação, constituindo-se a figura que ele desenha, muito frequentemente envolta na simbólica militar, como fator recorrente e essencial do imaginário nobiliárquico que é estruturado na época.³⁴

³³ CUNHA, Mafalda Soares da. “Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)” In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português – séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 73-74.

³⁴ *Idem*, p. 278.

A despeito das transformações já observadas no primeiro capítulo acerca do papel da guerra e sua forma de exercício, é indiscutível a permanência de uma identificação cultural do homem de qualidade, do nobre de condição, ao indivíduo que assentava sua atividade prática na guerra. Associação entre nobreza e milícia afirmada constantemente pelos tratadistas militares do *Seiscentos*.

Bebiano aponta ainda que a articulação entre a carreira das armas e o estatuto de nobreza não se configurava apenas nos aspectos históricos e jurídico-institucionais. Tão importante quanto era a honra socialmente reconhecida. A guerra era uma ocasião para se sobrepor ao homem comum.³⁵

Conforme Cabral de Mello, já em 1633, um capitão da terra, Vicente Campelo, dizia que, para se conter os holandeses, seria necessário levantar companhias de soldados da terra. Bastava dar aos capitães o soldo de alferes e a promessa de promoção, e eles combateriam contentes.³⁶ Não obstante, pra se manter o ânimo dos soldados, a fim de se conservar o Brasil naquele momento, eram necessárias estratégias eficazes.

O sonho luso nos trópicos

Charles Boxer afirma que a importância do Brasil no conjunto do império foi crescendo cada vez mais. A rápida expansão da indústria do açúcar brasileiro no final do século XVI era um dos maiores acontecimentos do mundo atlântico nesse período. Tal fenômeno atraía grande levas de imigração, particularmente do norte de Portugal. Os portugueses que imigravam para o Brasil, mesmo os mais simplórios, não tinham a menor intenção de trabalhar manualmente, se o pudessem evitar. Traziam consigo o desprezo pelos ofícios mecânicos e o desejo de viver a lei da nobreza onde lhes afigurava uma nova terra prometida. A “classe patronal”, formada principalmente pelos senhores de engenho e grandes plantadores, formava já a aristocracia local e desfilava com ares de nobreza, mesmo que suas origens sociais fossem as mais baixas.³⁷

O ideal de nobreza teria dominado a sociedade “brasileira” desde os seus primórdios, e perdurou por todo o período colonial. Transplantado do reino, ele encerrava

³⁵ **Idem**, p. 280.

³⁶ **MELLO**, op. cit., p. 358.

³⁷ **BOXER**, op. cit., p. 101-116.

atitudes, atributos e tradições que atestavam e mediam o status nobiliárquico. Segundo Stuart Schwartz, “a nobreza dominava a sociedade [portuguesa] e estabelecia os padrões de desempenho e comportamento. Até mesmo os doutos magistrados e abastados comerciantes, embora de origem burguesa, geralmente aspiravam ao status, títulos e privilégios da aristocracia”.³⁸

Pelo mesmo caminho, Evaldo Cabral de Mello destaca a extrema instabilidade da composição da *açucarocracia* no período *ante bellum*, negando a tradicional imagem de uma sociedade estável no que diz respeito à composição de sua classe senhorial. Percebemos que, para os detentores de engenhos ou grandes plantações, de origem obscuramente plebéia, a oportunidade de alcançar distinção social e honra por meio da guerra devia parecer tentadora para se obter alguma estabilidade. Ao analisar a origem cidadina e plebéia de boa parte da *açucarocracia ante bellum*, Cabral de Mello infere:

Daí as pretensões nobiliárquicas, sabido que o exercício de funções públicas, mesmo puramente locais, tendia a formar uma “camada superior do terceiro estado” que buscava aproximar-se das duas ordens privilegiadas e que, sem ser formalmente considerada como parte destas, lograva criar a impressão ambígua de que o era.³⁹

Rodrigo Ricupero demonstra como, desde o início da colonização na América portuguesa, promessas de honras e mercês serviam como mecanismo do governo para estimular serviços os mais diversos, da descoberta de metais preciosos até o aumento da produção de determinados produtos agrícolas.⁴⁰

Assim, no Brasil colonial, os grandes proprietários, fossem eles senhores de engenho, criadores de gado ou mineiros, mostravam-se cada vez mais ávidos de títulos, honras e postos militares, por motivos de poder ou de prestígio, além das isenções e dos

³⁸ **SCHWARTZ**, Stuart – *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 210.

³⁹ **MELLO**. *Rubro veio, o imaginário da Restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 415. Cf: “Uma patente de oficial miliciano, assinada pelo rei, proporcionava aos senhores de engenho não só um espaço para encenarem suas pretensões de nobreza, mas também uma forma indireta de legitimação de seu *status* de nobre. Embora não recebessem soldo, os oficiais de milícias eram autorizados a portar espadas, insígnias e a andar a cavalo, atributos tradicionais da nobreza. Desfrutavam de ‘foro militar’ – privilégios e isenções especiais – e seus filhos podiam tornar-se cadetes, categoria exclusiva para os filhos de nobres.” Cf. também **FRANÇA**, Ana Laura Teixeira de. “As possibilidades de ascensão social oferecidas no Pernambuco Colonial – Séculos XVII e XVIII”. In: *Revista de Humanidades*, v. 15, n° 12, out/nov. 2004, disponível em <http://www.seol.com.br/mneme>, p. 8.

⁴⁰ **RICUPERO**. op. cit., p. 10.

privilégios. Muitos procuravam o serviço militar em postos superiores da milícia. Os governadores, por sua vez, viam nisso o melhor mecanismo para o controle político dos poderosos locais. Boxer considera que os ideais ou idéias que mobilizavam portugueses para o Brasil oscilavam desde os mais elevados e nobres até os mais sórdidos de ganhos materiais. Assim, muitos mantinham os ideais cavaleirescos herdados do período medieval.⁴¹

Segundo John Elliott, neste mundo ibérico a principal divisa era a honra, ou o valor de um homem aos olhos dos demais. Como um atributo essencial da nobreza, a honra era admirada e desejada pelos membros mais humildes da sociedade, principalmente para aqueles que haviam alcançado posições econômicas importantes e se sentiam intrusos no mundo dos privilegiados.⁴²

A coroa sabia muito bem lidar com as aspirações de seus vassalos. Para Nuno Gonçalves Monteiro, foi importante para a monarquia portuguesa, desde longa data, reservar-se o exclusivo da concessão de títulos e distinções. Ante o processo de alargamento da noção de nobreza, a doutrina jurídica criou, ao lado dos estados tradicionais, um *estado do meio* ou *estado privilegiado*, posicionando-se entre a nobreza e o povo mecânico. Ou, numa análise mais comedida, distinguiu entre uma nobreza herdada do sangue (nobreza natural) e uma adquirida pela riqueza ou pela indústria (nobreza civil ou política).⁴³

Charles Boxer tenta explicar um pouco essas novas clivagens sociais que iam se constituindo na passagem da Idade Média para a Moderna. Um exemplo seria o termo fidalgo (literalmente *filho de algo*). Antes “utilizado unicamente para indivíduos de sangue real ou ilustre, tornou-se sinônimo de nobre, tal como fidalguia se tornou sinônimo de nobreza”. O mesmo aconteceu com o cavaleiro: “originariamente um indivíduo armado cavaleiro tornou-se também neste período uma categoria social puramente honorífica, ainda que ligeiramente inferior a de fidalgo”. Dessa forma, o chamado fidalgo-cavaleiro “era um indivíduo de sangue plebeu que tinha sido armado cavaleiro por serviços prestados à coroa.” Em 1319, para substituir a recentemente suprimida Ordem dos Cavaleiros Templários, a Ordem de Cristo foi fundada pelo rei D. Dinis. Desde o tempo do infante D.

⁴¹ **BOXER**. op. cit, p. 296.

⁴² **ELLIOTT**, John H. *La España imperial 1469-1716*. Barcelona: Vicens Vives, 1998, p. 239.

⁴³ **MONTEIRO**, Nuno Gonçalves, “Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia”. In: **MATTOSO**, José. (dir.) *História de Portugal*. Rio de Moura: Lexicultural, 2002, v. VIII, p. 84-85.

Henrique, a chefia da ordem era conferida a um membro da família real. Essa ordem foi formalmente incorporada à coroa pela bula papal *Praeclara Charissimi*, de dezembro de 1551, juntamente com o cargo de grão mestre das duas outras ordens militares portuguesas, Santiago e Avis. Na dupla qualidade de reis e “governadores e administradores perpétuos” da Ordem de Cristo, D. Manuel e seus sucessores tinham o direito de padroado sobre todos os postos, cargos, benefícios e funções eclesiásticas nos territórios ultramarinos.⁴⁴

Não cabe discutir neste trabalho o conceito de nobreza e sua extensão ao império português. Desde a tese de Eduardo D’Oliveira França, a questão é polêmica.⁴⁵ Todavia, a reflexão de Maria Beatriz Nizza da Silva pensa o nobre na colônia partindo do conceito de nobreza como uma certa dignidade derivada dos pais ou da concessão do príncipe, isto é, uma *nobreza natural*, assentada na linhagem, diferente de outra, *civil* ou *política*, concedida pelo monarca. Os soldados buscavam alcançar um estatuto diferenciado no seu universo de relações que, muitas vezes, circunscrevia-se apenas ao espaço colonial. Nizza da Silva afirma que o estudo da nobreza colonial é relevante apenas à análise da *nobreza civil* ou *política*, que enobrecia seus súditos como remuneração de serviços de forma expressa ou tácita. Expressa, quando declarava alguém fidalgo, cavaleiro, ou simplesmente nobre, e tácita, por conferência de dignidade, posto ou emprego que normalmente costumasse pertencer à *gente nobre*. A historiadora postula que, na colônia, a nobreza assumiu “múltiplas formas”.⁴⁶ Segundo Bebianno, no contexto do século XVII a figura do oficial, por exemplo, possuía sua imagem cada vez mais respeitada e valorizada, tornando-se uma “pessoa de qualidade que tem lugar num sistema hierárquico socialmente pensado como

⁴⁴ **BOXER**, op. cit., p. 29 e 225. Sobre as ordens militares ver: **DEMURGER**, Alain. *Os cavaleiros de Cristo. Templários, Teutônicos, Hospitalários e outras Ordens Militares na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002.

⁴⁵ **FRANÇA**, Eduardo D’Oliveira, op. cit. Para o estudo da nobreza e das elites em Portugal Cf. **MONTEIRO**, Nuno G. *O crepúsculo dos grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003. **MONTEIRO**, Nuno; **CARDIM**, Pedro; **CUNHA**, (org.). *Optima pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005 e **OLIVAL**, op. cit.. Na capitania do Rio de Janeiro Cf. **BICALHO**. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 367-384. **FRAGOSO**, João. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: **FRAGOSO**, **BICALHO** & **GOUVÊA**, Maria de Fátima. (org.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 29-71 e **FRAGOSO**, “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa.” In: *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003, v. 8, nº 15, p. 11-35. Para Pernambuco Cf. **MELLO**, Olinda... op. cit., *A fronda dos mazombos*. São Paulo: Companhia das letras, 1995. *Rubro veio...* op. cit.. *O nome e o sangue: uma parábola familiar no Pernambuco colonial*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

⁴⁶ **SILVA**, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 16 e 18.

imóvel”, o que para este estudo é relevante, pois muitos soldados alcançavam ou almejavam uma ascensão rápida nos postos militares. Lembramos que com as inovações militares e o uso cada vez maior de armas de fogo, as mortes se tornaram mais frequentes, e a vacância de postos na hierarquia também um pouco mais dinâmica.⁴⁷ Conforme Cabral de Mello, para a guerra de Pernambuco “as patentes de cavalaria deviam, contudo, parecer irresistíveis. Bagnuolo, por exemplo, tinha o título de general de cavalaria e conferiu os de capitão e comissário de cavalaria, numa época em que o exército não chegava a contar com 20 cavalos.”⁴⁸

Portanto, a guerra contra os holandeses e a necessidade da coroa em relação aos serviços militares levaram à promessa de recompensas, algumas depois concretizadas. Uma provisão de 29 de abril de 1654 dava preferência aos *restauradores de Pernambuco* para os ofícios da guerra, justiça e fazenda. Os descendentes dos heróis locais reivindicariam tais postos para si. Por um lado, houve aproveitamento da ambição pessoal e social de quem muitas vezes tivera princípios *mecânicos*, cuja origem familiar era certamente inferior, segundo os padrões da época. Por outro, esses indivíduos perceberam o momento favorável e solicitaram ao monarca: títulos de fidalgo da Casa Real, hábitos das ordens militares (principalmente de Cristo), cargos na justiça ou fazenda (para os requerentes, mas também para familiares e como dotes para casamentos) e postos de chefia militar. O título oferecido significava um estatuto bastante cobiçado na época. Todavia, se as comendas das ordens militares eram as recompensas mais procuradas, existiam outras. Os vários ofícios de caráter local eram em número considerável e não tinham como pré-requisito a posse de hábitos das ordens.

⁴⁷ **BEBIANO**, “Elementos de um barroco militar”. In: *Revista de História das Idéias, Cultura Política e Mentalidades*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989, v. 11, p. 122. Na guerra de Restauração em Pernambuco, o rei também concedeu privilégios aos oficiais militares, deixando-os desobrigados a contribuir com “peitas, fintas, talhas, pedidos, serviços, empréstimos, nem outros encargos dos Concelhos”. Nem se lhes podia tomar “casa, adegas, estribelhas, pão, vinho, roupa, palha, cevada, lenha, galinhas e outras aves e gados, assim bestas de sela e albarda, não as tendo a ganho”. Seriam, além disso, “filhados aos foros da Casa Real” aqueles que o merecessem, “conforme as qualidades de suas pessoas”. **SILVA**, op. cit. p. 150.

⁴⁸ **MELLO**. *Olinda restaurada*, op. cit, p. 330.

A mobilidade possível

Conforme António Manuel Hespanha, na sociedade de Antigo Regime havia um consenso sobre a natural desigualdade das pessoas e dos grupos, de modo que as diferenças de estatuto social não eram contestadas. No entanto, existia um espaço para tensões geradas pelo desejo de ascensão social dentro da estrutura hierárquica.⁴⁹

As possibilidades de mobilidade social durante o Antigo Regime não podem ser pensadas com os valores de hoje. As mudanças de estatuto naquela sociedade não possuíam um aspecto natural. Quando essas transformações se davam, ocorriam tão em longo prazo, que seu processo mal se fazia notar. António Manuel Hespanha sublinha que uma mudança rápida e notória na posição de um indivíduo era vista como um milagre, fora do curso das coisas normais e humanas e, semelhante, no plano espiritual, aos sacramentos capazes de mudar o estado das coisas. Nas palavras do historiador: “É como um milagre. E como feito excepcional, tem que ser proveniente de poderes extraordinários, como o poder do rei.”⁵⁰ O rei semelhante ao *Midas*, com o poder de transmutar em ouro aquilo que toca.

Para evitar uma visão anacrônica sobre a mobilidade social no Antigo Regime, é fundamental o conhecimento dos códigos morais que a regiam. A percepção de uma ordem natural no mundo e na sociedade que a caracterizava numa estrutura semelhante à orgânica, dotava-a de uma funcionalidade interdependente, onde cada peça estava no lugar necessário, uma criação de Deus baseada na justiça e na misericórdia. Nesse sentido o simples enriquecimento não constituía em si uma ascensão ou mudança de estatuto. A forma como esses bens eram acumulados definiria a possibilidade de mobilidade. O fundamental para uma mobilidade social natural, segundo Hespanha, seria a preservação da honestidade. Assim, as mudanças na classificação social se realizariam por meio da ação da justiça – restabelecendo a honestidade e aplicando-lhe o direito. Desse modo, a honestidade não poderia ser falsa, baseada em títulos adquiridos de forma espúria; também não poderia ser artificial, contrária aos processos estabelecidos e devidos; nem desordenada, introduzindo uma deformidade na organização da sociedade.⁵¹

⁴⁹ HESPANHA, António Manuel. “A resistência aos poderes”. In: MATTOSO, op. cit, p. 213.

⁵⁰ HESPANHA. “A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime”. *Tempo – Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense*. Rio de Janeiro: 7 letras, n. 21, 2006, p.135.

⁵¹ *Idem*, p. 137-155.

Todavia, Hespanha aponta que a sociedade de estados era diferente de uma sociedade de castas. No Antigo Regime havia espaço, ainda que limitado, para um trânsito pelo “auto-movimento da natureza”, produzido pelo tempo, ou por obra dos agentes envolvidos. Para os indivíduos comprometidos nas batalhas que estudamos, o segundo caso – a via das obras – merece especial atenção.

Uma sociedade definida por funções, *grosso modo*: os que trabalham, os que oram e os que guerreiam. Os nobres eram ordenados pela Criação e, portanto, instituídos num estado natural que se reproduzia pela transmissão sangüínea. Outrossim, havia espaço para uma nobreza mais exterior, a ser alcançada pelas obras – certas funções exercidas para a república. Essa nobreza, denominada por António Manuel Hespanha “nobreza política”, adquiria-se pela ciência (doutores, licenciados, mestres de artes etc), pela milícia armada (cavaleiros de ordens militares, oficiais militares etc), pelos ofícios curiais (oficiais palatinos, mordomos-mores etc) e pelo exercício de certos ofícios (governo de armas das províncias, conselheiros, juizes etc). Todavia, o tipo de obras válidas para se produzir a mudança de estado não seria definido pelo agente, mas sim pela natureza das coisas. O rei, como vigário de Deus no mundo, possuía o poder de transmutar – como que por milagre – o estado natural de um indivíduo. Seria ele, em última instância, quem poderia julgar o valor e o merecimento dos serviços, para lhes determinar a justa remuneração. Ainda que não estabelecida por lei, as retribuições ou mercês faziam parte das expectativas do servidor do rei mediante um direito costumeiro, que estabelecia os deveres de *justicia commutativa*, ou seja, a justiça que exigia que uma prestação correspondesse a outra equivalente, numa cadeia de obrigações mútuas.⁵²

O ato de se conceder mercês pressupunha que a coroa possuísse um forte cofre para arcar com a remuneração. Nesse sentido, a incorporação da tutela das ordens militares no século XVI constituiu “um marco fundamental na análise do capital gerido pelo centro político”. A coroa assumia-se cada vez mais como centro legitimador das classificações sociais, pois dela também fluía o capital simbólico. Dispondo da administração das três ordens (Cristo, Avis e Santiago) a coroa adquiria recursos que interessavam a amplos estratos da sociedade do Antigo Regime. Todavia, ao mesmo tempo em que ela precisava remunerar os serviços prestados com liberalidade, devia evitar a banalização dos títulos e

⁵² *Idem*, p. 20-27.

concessões. Além de cuidar para que as possíveis isenções não onerassem ainda mais os combalidos cofres. António Manuel Hespanha afirma que: “nas despesas da Coroa do século XVII, os gastos com a satisfação das mercês atingiam entre 1/3 e 1/4 dos gastos totais”. Embora Hespanha associe o recurso às mercês aos oficiais, é provável que os soldados também compartilhassem dessa ambição e, por vezes, alcançassem a ascensão almejada, de acordo com certos limites e a conjuntura favorável.⁵³ Não obstante, um cavaleiro simbolizava, em primeiro lugar, um bom servidor da monarquia, limpo de sangue e com recursos suficientes para não sujar as mãos em trabalho. Um ideal que muitos buscavam alcançar. Principalmente a partir dos séculos XVI e XVII, quando o alargamento do império e a diversidade dos serviços necessários eram cada vez maiores.⁵⁴

Segundo Nizza da Silva, “na Colônia os cavaleiros professos pretenderam em várias ocasiões gozar de benefícios fiscais alegando o seu estatuto”. No Antigo Regime, ser privilegiado era ser isento de impostos, julgado em juízo privativo – privilégios de fazenda e justiça. Alguns receberam o hábito de Cristo devido à luta contra os holandeses. Essa mercê muitas vezes era mais honorífica que financeira – o que já era bastante significativo, pensando-se em uma sociedade de privilégios. Era o ser reconhecido como bom vassalo do rei, por ostentar uma veste, objeto ou símbolo de distinção ou, ainda, por ocupar algum cargo destinado aos *homens bons*, e tratar-se à lei da nobreza, sinal exterior de uma *qualidade* superior a do plebeu.⁵⁵ Uma pessoa no mundo colonial que recebesse um título via seu poder aumentado, uma vez que recebia do centro uma confirmação de sua nobreza – mesmo não exatamente nobre, tendo apenas o título de cavaleiro. Quem possuísse o título de cavaleiro não podia ser acusado de judaizante, de origem humilde ou de sangue impuro, tornando-se assim uma liderança em potencial com possibilidade de pleitear cargos maiores – um trampolim para a ascensão. Por outro lado, a desorganização do sistema de propriedade no tempo da ocupação batava causou uma disputa pelas terras – em várias escalas – propiciando novo campo de mobilidade social. Os serviços na guerra seriam largamente invocados para os ajustes no novo assento.

⁵³ HESPANHA. “Conclusão” In: BARATA & TEIXEIRA (dir.), op. cit., p. 362.

⁵⁴ O controle da “arca das mercês” possibilitou à monarquia se equilibrar no jogo de poderes com a alta nobreza e, ao mesmo tempo, costurar alianças que garantissem seu “protagonismo”. OLIVAL, op. cit., p. 44.

⁵⁵ SILVA, op. cit., p. 98-101 e 136.

No presente trabalho, não perseguimos as trajetórias dos indivíduos nominalmente referidos nos folhetos ou consultas para determinar se alcançaram ou não aquilo que requereram junto a seu rei. Mas desejamos demonstrar como a afirmação e a distinção social faziam parte das expectativas dos homens que enfrentaram os holandeses em Pernambuco ante suas experiências e que a divulgação de seus feitos poderia ser uma estratégia para alcançar esses objetivos.

Política de mercês

Todavia, se o monarca devia recompensar serviços com equidade e justiça, isso pressupunha rigor nas avaliações, o que exigiu um processo burocrático para apreciar os merecimentos de cada indivíduo. Esse porém se tornou, também, um mecanismo de “modelação da mobilidade e controle social” que a coroa dispunha para “negociar” e manter o seu *status quo*.⁵⁶

Em meados do século XVI a coroa passou a se preocupar em registrar as mercês concedidas de modo a evitar premiar várias vezes o mesmo serviço ou ser vítima de fraude, uma vez que o “baú de mercês” era finito. Em 1609, teria sido regulamentado de maneira mais efetiva o modo de se pedir as mercês.⁵⁷ A documentação devia ainda ser examinada pelo Conselho Ultramarino. Via de regra, o órgão tendia a diminuir bastante as pretensões dos requerentes em seus pareceres ao rei. Este, por sua vez, geralmente concordava e restringia ainda mais as mercês concedidas. Aos requerentes cabia a réplica quando não concordavam com a decisão. Uma vez tendo recebido mercês, os vassallos podiam requerer outras mediante novos serviços prestados. Além disso, remuneravam-se não só os serviços próprios, mas também os dos ascendentes.⁵⁸

Como referido, era criada uma burocracia que impunha determinados trâmites a um pedido de mercê. O pedido deveria ser feito de forma bastante cautelosa em sua redação

⁵⁶ OLIVAL, op. cit., p. 31.

⁵⁷ Maria Beatriz Nizza da Silva escreve: “além das certidões passadas pelo superior hierárquico, os serviços deviam ter sido prestados pelo menos durante 12 anos contínuos, e só com autorização especial da Coroa se podia suprimir esse tempo mínimo. O requerente devia ainda provar que não cometera crime, nem no Reino nem na Colônia, e apresentar certidão do registro de mercês para mostrar que não recebera nenhuma antes conforme determinava, entre outros, o decreto de 20 de maio de 1649”. SILVA, op. cit., p. 77-78.

⁵⁸Para um bom estudo factual sobre tal burocracia ver: ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *A remuneração de serviços da guerra holandesa*. Recife: Imprensa Universitária, UFPE, 1968.

para evitar interpretação errada. Existiam *manuals* de modelos de pedidos. Havia uma preocupação em normatizar e padronizar os pedidos para evitar requerimentos dobrados ou outras formas de burlar as concessões. Cobrava-se uma espécie de certidão negativa – adquirida junto aos registros do Estado – que comprovava que aquele serviço ainda não fora recompensado. A burocracia investigava se o serviço alegado havia realmente sido realizado antes da apreciação do rei. Esse processo poderia levar anos – um grande problema para os residentes no além-mar era a distância dos órgãos de decisão. Os gastos acabavam sendo enormes e o tempo despendido também, além de sujeito a falcatruas e subornos. Assim, a Mesa de Consciência e Ordens ficava responsável pela habilitação (a verificação), e o Ministério do Reino/Secretarias de Estado (Reino e Ultramar) verificava o serviço e as condições do Estado para remunerá-lo. Essa estrutura começou a se consolidar em meados do XVII, quando os pedidos de mercês se avolumaram devido à conjuntura belicosa.

Nas consultas ao Conselho Ultramarino, os candidatos a mercês destacavam o tempo de serviço na guerra, as batalhas das quais participaram, o número de inimigos feridos ou mortos, as privações vividas e os ferimentos sofridos que colocaram em risco suas vidas. Para alguns, como já destacado, o maior feito era o dispêndio econômico, por terem lutado sem receber soldos e às próprias custas, ou por terem sustentado outros soldados com seus bens, gados e produção, além de cederem escravos para os serviços da guerra. Tudo isso confirmado mediante certidões nas quais vice-reis, governadores ou autoridades que a valessem deviam atestar o serviço. Esses cargos constituíam as instâncias mais importantes nas capitanias, e seus aliados locais deviam ser recompensados. Esses governantes mandavam pareceres favoráveis ou não à concessão. A chancela ou confirmação do feito alegado correspondia assim, também, a uma expressão do poder local. Não era raro favorecer aliados e obstaculizar desafetos. Um dos *heróis* da expulsão dos holandeses compreendia bem o significado que essa autoridade conferia e requeria ao rei em julho de 1650:

Sendo representante no Conselho Ultramarino de Vossa Majestade em como iam e andavam muitas pessoas requerer serviços, assim moradores como soldados, alguns destes se valeram mais de tirar papéis por indústria de amizades, e por outro caminho a que esta terra é inclinada que de serviços que ajam feito a Sua Majestade. E porque vejo que isto se vai continuando, quis dar em sossegar minha consciência em terem assim a manifestar a Sua Majestade o que sinto, a Sua

Majestade é notório que eu fiz esta guerra a minha custa, a governei, e me relei em todas as ocasiões de guerra que se fizeram e conheço quanta gente há nestas capitâneas e préstimos de cada qual, e as mesmas naturezas, e os cabedais que tem cada um e qualidades, e sei com toda destreza quem serviu a Sua Majestade nestas guerras, assim com a pessoa como fazenda, por tudo vem experimentar, e não é justo que quem não tem merecimentos tenha valor salvo que merecem aqueles que bem servem a Sua Majestade derramando seu sangue, e para se conhecer esta falta, se faz remédio que toda pessoa que se requerer ou mandar que não levar certidão minha se pode conhecer que não fez muitos serviços a Sua Majestade.⁵⁹

Observamos que a atribuição de uma chancela real à autoridade de conceder certidões constituía um formidável capital simbólico que atraía o interesse de homens como João Fernandes Vieira. Tal poder faria com que uma grande rede de interesses se articulasse ao seu redor. Além disso, percebemos como o número de solicitações de mercês por serviços realizados nas guerras de Pernambuco era grande o suficiente para incomodar aquele que se denominava o fundador e principal líder do movimento de Restauração.

Aliás, João Fernandes Vieira é paradigmático para nosso tema. Apesar de não pretendermos um estudo focado em seu caso, Vieira representa o perfil do homem no além mar que ascendeu socialmente e construiu uma imagem de fiel vassalo do rei. Seja utilizando o caminho do acesso às mercês pelos serviços prestados à monarquia lusitana, seja pela divulgação de seus feitos em relatos patrocinados às suas custas, como veremos mais à frente, projetando uma imagem virtuosa.⁶⁰

Sua preocupação com a posteridade e a afirmação de sua fama, extrapolava a divulgação escrita. Após as duas vitórias dos Guararapes – nas quais ocupou posição central por ter a tropa mais numerosa – Vieira “tão vaidoso ficou de sua ação, cioso como era de conservar a memória de seus feitos, que mandou pintar um painel no qual era representado ‘muito ao natural, ganhando o boqueirão e artilharia’”. A preocupação com a posteridade e o uso do meio iconográfico para registrar sua associação ao feito é muito importante para nosso argumento.⁶¹

Ao escrever a biografia de João Fernandes Vieira, José Antonio Gonsalves de Mello apresenta as obscuridades quanto à sua origem e aponta sua conduta, no mínimo polêmica,

⁵⁹ AHU_ACL_CU_015, CX. 5, D 402.

⁶⁰ Os exemplos mais conhecidos são **CALADO**, Manoel. *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Recife: CEPE, 2004, v.1 e 2 e **JESUS**, frei Rafael de. *Castrioto lusitano, parte I, Empresa e restauração de Pernambuco*. Lisboa: Craesbeck, 1679.

⁶¹ **MELLO**, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira mestre-de-campo do terço de infantaria de Pernambuco*. Lisboa: CEHA, 2000, p. 288.

em relação ao governo neerlandês e à monarquia portuguesa. Todavia, a grande marca seria o interesse de Vieira em transformar sua riqueza acumulada em prestígio social. Ele vinha de origem humilde e vivia em uma sociedade vaidosa de brasões e famílias. Para sentir-se integrado plenamente no grupo de prestígio, precisava obter caracteres de legitimidade e honra.⁶²

Considerando os motivos pessoais de Fernandes Vieira para tomar parte no levante contra os holandeses, Gonsalves de Mello os enumera:

tinha ele participado da guerra contra os invasores; conhecia a cupidez dos holandeses; era católico fervoroso (e como tal havia de ver com horror a proximidade de calvinistas e judeus, uns e outros favorecidos pelos do governo ao mesmo tempo que reprimidos os católicos); e era ainda grande devedor à Companhia.⁶³

João Fernandes Vieira advogou para si o mérito de primeiro aclamador da liberdade divina e principal líder dos insurretos. Com especial habilidade para lidar com seus subordinados, por isso gozando de grande prestígio entre eles, Fernandes Vieira tornou-se peça chave no levante luso-brasileiro. Mesmo substituído na direção da guerra pelo mestre de campo general Francisco Barreto, continuou como ícone do movimento de Restauração. Sua posição era apreciada pelo monarca que, repetidas vezes, atribuía-lhe o reconhecimento devido, alimentando sua vaidade.

Em seus pedidos de mercê, Gonsalves de Mello afirma que Vieira chegou ao ápice de sua vaidade, tendo em vista suas ambições. A despeito de sua origem humilde e duvidosa, provavelmente portador de sangue infecto e certamente de defeito mecânico, pedia em setembro de 1649:

que se lhe concedesse o marquesado da Serra da Copaova (...), os títulos de conde e de conselheiro de guerra de Sua Majestade, o senhorio da Capitania do Rio Grande ou de Cunhaú (...), duas comendas das Ordens Militares, sendo uma da renda de dois mil cruzados e outra de mil cruzados, três hábitos de três Ordens

⁶² **Idem**, p. 24, 63-64.

⁶³ **Idem**, p. 114. A publicação do *Valeroso Lucideno* em 1646 para defender Vieira das acusações de seus detratores mostra o quanto este estava preocupado com a reputação e a construção de sua imagem. Assim, a fama e o nome parecem constituir elementos fundamentais naquela sociedade. Particularmente para alguém cioso por galgar promoção social. O valor da propaganda pessoal era certamente percebido por Vieira e ele não estava disposto a abrir mão dela. No livro de Frei Calado é nítida a preocupação em advogar pretextos nobres para a participação de Vieira no levante, afastando-o dos motivos vinculados às suas dívidas – como o acusavam seus detratores.

para pessoas de sua obrigação, dois ofícios de justiça ou fazenda para homens da sua casa, dez léguas de terra a começar da última sesmaria da parte de Santo Antão (Vitória) para o interior, comprometendo-se a conquistá-la aos índios e povoá-las, o posto de almirante do estado do Brasil, com jurisdição e proveitos iguais ao do Reino e, finalmente, um dos governos do Ultramar, a saber, o de Pernambuco vitaliciamente, ou o Maranhão por nove anos, ou o de Angola por seis.⁶⁴

Ainda que a vaidade destacada por Gonsalves de Mello seja uma marca da personalidade do líder dos insurretos, talvez o suposto exagero na amplitude do pedido demonstre o quanto Vieira era arguto e compreendia a prática do sistema no qual se movia. Parecia ser praxe que na apreciação do Conselho Ultramarino os pedidos costumavam ser diminuídos e, na concessão do rei, ainda mais. Dessa forma, pedir exageradamente poderia ser uma forma de alcançar algo mais próximo da dimensão do pretendido.

A resposta ao pedido parece corroborar a dinâmica desse jogo. Ao Conselho parecia que:

lhe concedesse, além das que já lhe fizera, a mercê de outra comenda da mesma renda de 300\$, das dez léguas de terra que pedia, do governo do Maranhão por seis anos, com obrigação de descobrir no rio Amazonas as minas de ouro que diziam que ali existiam, de um hábito de Cristo e dois alvarás de promessa de dois ofícios de guerra, justiça ou fazenda para pessoas de sua obrigação, desde que coubessem na qualidade dessas pessoas.

O rei confirmou as mercês já dadas (em 1648) e concedeu-lhe as mercês propostas pelo Conselho, sendo que o hábito concedido para pessoa da casa de Vieira seria da Ordem de São Bento de Avis e não da de Cristo. Prometia ainda lhe fazer maiores mercês no futuro. Vieira insistiu cerca de um ano depois, ainda que moderasse um pouco seus pedidos. De acordo com Mello, pediu que fossem determinadas as comendas de que devia entrar de posse e que o governo do Maranhão, a ele concedido, fosse substituído pelo de Angola. Vieira “insistia pelo posto de almirante do estado do Brasil e, agora, com designativo, pelo título de conde do Ceará, a ser instituído no Rio Grande do Norte, com

⁶⁴ A essa altura Vieira já havia recebido do rei em 1648: o foro de fidalgo de sua casa, do hábito da Ordem de Cristo e de uma comenda da mesma Ordem, de 300\$ de renda anual e de o conservar no posto de mestre-de-campo, enquanto não lhe dava lugar maior. Além disso, o rei havia concedido os direitos sobre os engenhos adquiridos, conforme solicitado por Vieira, pois este temia ver seu direito de posse questionado por tê-los adquiridos após serem confiscados pelos holandeses na ocasião da retirada de seus antigos donos para a Bahia. *Idem*, p. 305-307.

jurisdição civil e criminal sobre as terras e povoações do feudo”. Enquanto não entrasse na posse do governo ultramarino, solicitava o posto de mestre de campo general.⁶⁵

O jogo prosseguia com novo parecer do Conselho Ultramarino, de outubro de 1650. Sobre a réplica de Vieira, foi proposto que se efetivassem as comendas já recebidas, deferia-se e determinava-se sobre as dez léguas de terras solicitadas e postergava-se a expectativa dos demais pedidos, afirmando-se que após o fim da guerra de Pernambuco o rei lhe faria mercês concernentes aos serviços realizados até ali e aos que viesse a fazer. Interessante a estratégia para estimular a continuidade dos serviços dos vassallos. O rei despachou a consulta apenas em abril de 1652,

confirmando as mercês anteriormente feitas e acrescentando a de tornar logo efetiva a promessa de uma das comendas, com a designação da de Santa Eugênia de Ala, do Bispado de Miranda, que vagara por falecimento de João Cabral e de lhe conceder o título de seu conselheiro de guerra.⁶⁶

Obstáculos na ascensão

Obter títulos recebidos como mercê não era simples. De acordo com Charles Boxer, a discriminação racial embebia a sociedade portuguesa em todas as suas faces, inclusive a religiosa. Também nas regulamentações que regiam a admissão às três ordens militares de Cristo, Avis e Santiago, às quais nobres, gentis-homens e muitos homens do povo aspiravam pertencer. *Grosso modo*, os indivíduos admitidos deviam ser cristãos-velhos de sangue nobre e nascimento legítimo. Teriam posteriormente de provar que seus pais e avós de ambos os lados

não haviam nunca sido pagãos, rendeiros, cambistas, mercadores, usurários nem empregados do mesmo gênero, e que não tinham nunca ocupado tais postos nem abandonado os mesmos, e que não tinham nunca exercido qualquer arte, ofício ou

⁶⁵ **Idem**, p. 310-311.

⁶⁶ Gonsalves de Mello apresenta uma carta escrita por D. João IV para Vieira em abril de 1654 agradecendo-o pelos serviços prestados. Nela diz o rei: “Estai muito certo que nem o vosso nome, nem os dos vossos filhos, se Deos for servido vo-los-dar (como desejo), me hão de sahir nunca da memória”. Imaginamos o quanto essa carta escrita pelo próprio rei reconhecendo a importância de seus serviços não lhe confeririam especial honra naquela sociedade. Nesta carta o rei fazia referência a novas mercês concedidas. Sendo estas: uma segunda comenda da Ordem de Cristo, de 400\$ de renda anual, designando logo a de São Pedro de Torrados, do arcebispado de Braga (...), a alcaidaria-mor de Pinhel, os governos da capitania da Paraíba e do reino de Angola e a permissão para embarcar em Pernambuco 400 caixas de açúcar livres de direitos da dízima e siza na alfândega de Lisboa”. **Idem**, p. 312-313 e 316.

ocupação indigna da nossa ordem de cavaleiros, e ainda menos qualquer dos indivíduos admitidos deve alguma vez ter ganho a vida com trabalho das suas mãos.

A partir de 1572, os estatutos das três ordens continham exigências rigorosas idênticas. Todavia, tal rigor não inibia a coroa de abrir exceções sempre que a conveniência exigia. Os casos do índio Filipe Camarão e do negro Henrique Dias, ambos contemplados com o grau de cavaleiro da Ordem de Cristo pelos notáveis serviços prestados na luta contra os holandeses em Pernambuco, são exemplos acintosos do uso pragmático das titulações segundo conveniências.⁶⁷ Todavia, ainda que concedidos pelo rei, as comendas não foram efetivadas pela Mesa de Consciência e Ordens. Casos de defeitos mecânicos também poderiam ser perdoados de acordo com o tempo de serviço militar e a importância dos feitos realizados por tais indivíduos. Para Mafalda Soares da Cunha, os serviços prestados em períodos especialmente delicados poderiam constituir um verdadeiro capital que ultrapassaria barreiras de linhagem. Foi o que aconteceu com João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros no governo de Angola.⁶⁸

De acordo com as regras, para concretizar a mercê de um hábito, era necessário que o candidato passasse pela habilitação (pureza de sangue e de ofício) da Mesa da Consciência e Ordens (com a qual o rei muitas vezes se chocava). Mas, como dito, em contextos especiais como os da guerra, o rei podia dispensar determinados defeitos de qualidade que as *provanças* revelassem e, assim, efetivar o hábito. No entanto, as dispensas necessitavam do aval do papa.⁶⁹

⁶⁷ **BOXER**, op. cit., p. 253. Para o caso do negro Henrique Dias ver: **MELLO**, Gonsalves de. *Henrique Dias. Governador dos pretos, crioulos e mulatos do Estado do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954, e **MATTOS**, Hebe Maria. *Marcas da escravidão: Biografia, racialização e memória do cativo na História do Brasil*. Niterói: Tese de professor titular em História do Brasil. Niterói: UFF, 2004. Para Antônio Filipe Camarão, ver: **MELLO**, Gonsalves. *D. Antônio Filipe Camarão. Capitão-mor dos índios da costa do nordeste do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954 e **RAMINELLI**, Ronald. “Honras e malogros: trajetória da família Camarão 1630-1730”. In: **VAINFAS**, Ronaldo & **MONTEIRO**, Rodrigo (orgs.). *Império de Várias Faces. Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, no prelo.

⁶⁸ **CUNHA**, op. cit., p. 79.

⁶⁹ “A Mesa da Consciência foi outro organismo judicial criado em 1532, para auxiliar o monarca na resolução das questões que não competiam às casas do Cível e da Suplicação, e nos processos da Fazenda. Após a concessão pelo papa, em 1551, da administração perpétua dos mestrados das três ordens militares a dom João III e seus sucessores, os assuntos referentes a essas instituições passaram a ser tratados em primeira e última instâncias pela entidade, agora denominada MESA DA CONSCIÊNCIA E ORDENS”. **SALGADO**, op. cit., p. 39. Cf.: **NEVES**, Guilherme Pereira das. *E receberá mercê: a Mesa da Consciência e Ordem e o clero secular no Brasil (1808-1828)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 43-80.

Nesse sentido, os casos de Henrique Dias e Filipe Camarão são interessantes. Henrique Dias, embora não se saiba muito sobre sua origem, era nascido em Pernambuco, possivelmente um ex-escravo. Destacou-se desde a primeira fase da guerra contra os holandeses, ainda no tempo da união das coroas ibéricas. Sem ter pedido, Dias recebeu de Felipe IV de Espanha, em 1638, promessa do foro de fidalgo e a mercê de cavaleiro de uma das ordens militares. Conforme Hebe Mattos, o chamado “terço da Gente Preta” ou “terço de Henrique Dias” surgiu em Pernambuco logo no início do embate contra os invasores holandeses e esteve em atividade, como parte das tropas regulares, até meados do século XVIII.

Sua importância na Restauração pernambucana fica clara quando percebemos que seu nome aparece fartamente nos vários relatos da história da guerra contra os holandeses, via de regra em tom de elogio. Seu terço aparece com destaque nos relatos das duas batalhas dos Guararapes e no processo de tomada do Recife. Conforme Hebe Mattos:

Henrique Dias passa a ser chamado com o título de *Governador dos Negros*, inclusive nos documentos oficiais, a partir do ano de 1636. A perda da mão esquerda, na Batalha de Porto Calvo, no ano seguinte, tornar-se-ia, em sucessivas narrativas de época, verdadeiro emblema de sua coragem e dedicação à Coroa. Em abril e maio de 1638, suas tropas participaram ativamente da defesa da cidade de Salvador do ataque do Conde de Nassau. Em recompensa por estes serviços, como já foi assinalado, recebeu mercê real do hábito de uma das Ordens Militares, por Carta Régia de 21 de junho de 1638. O título de *Governador dos Crioulos, Negros e Mulatos* lhe foi confirmado por Carta Patente do Conde da Torre, de 4 de setembro de 1639.⁷⁰

Ao que parece, Felipe IV sofreu forte resistência dos membros da Mesa de Consciência e Ordens acerca do processo de habilitação de Henrique Dias e a possibilidade do pedido de dispensa de pureza de sangue. Da insistência régia se abstrai que Dias gozava de prestígio junto ao rei e que, premiar soldados valorosos, em contextos delicados como a guerra no Brasil, consistia numa estratégia fundamental. Mesmo com a mercê concedida e as notórias intenções do monarca, Henrique Dias não recebeu o hábito de uma das Ordens Militares - apontam pesquisadores como Antonio Gonsalves de Mello e Hebe Mattos. Para Henrique Dias restou a confirmação em 1639 do título de *Governador dos Crioulos, Negros e Mulatos*. D. João IV também agraciou Dias com uma mercê, novamente sem que

⁷⁰ MATTOS, op. cit., p. 173 e 182.

a tivesse requerido, logo após a expulsão dos holandeses em 1654: a comenda do Moinho de Soure, da Ordem de Cristo, com seu hábito vago com a morte de Filipe Camarão, além de *fazendas* que se repartissem em Pernambuco. Quanto ao hábito da Ordem de Cristo, não havia menção à dispensa de provanças e nem mesmo estas foram requeridas. Todavia, Dias recebeu a segunda parte da mercê sendo “dois escudos de vantagem sobre qualquer soldo de cada mês” (12 de setembro de 1654) e casas, olarias e terras “junto do Rio Capibaribe até a ilha de Santo Antonio” (26 de setembro de 1656).

Henrique Dias apresentou seus serviços e pedidos somente quando viajou para Lisboa em 1656. Nessa ocasião apresentou sua história relatando seus feitos para embasar seu mérito. Como recorrente neste tipo de descrição, destacava toda sorte de batalhas, feridas em combate – inclusive a mão esquerda que perdeu – e, principalmente, mortes e capturas de hereges holandeses. Certamente, a narrativa construía-se com detalhes, expondo, o melhor possível, os méritos e esforços empreendidos em nome do rei e da religião.

Aliadas ao relato dos serviços, as certidões que os confirmavam eram indispensáveis para obtenção da recompensa régia. Apesar de tantos merecimentos, Dias praticamente pediu apenas para outros. Solicitava que a dita mercê do hábito de Cristo recebida em 1654 fosse dada a seu genro. Pedia que a promessa que recebeu em tempo de Felipe IV ficasse para quem casasse com sua filha Guiomar e mais dois hábitos para quem desposasse outras duas filhas para que “possam achar soldados honrados que casem com elas”.

Para si, pediu apenas duzentos mil réis de renda para seu sustento. Segundo Hebe Mattos, ele parecia estar bem assessorado, pois quase todas as suas petições obtiveram parecer favorável do Conselho e foram deferidas pela rainha. A questão das provanças ficava para aqueles que desposassem suas filhas e, assim, Dias não precisava enfrentá-las.⁷¹

No caso do indígena mais famoso das guerras da Restauração pernambucana, D. Antônio Filipe Camarão, temos outro elemento curioso, pois alheio à cultura européia, que entra na lógica da recompensa pelos serviços prestados a reis europeus, primeiramente Felipe IV de Espanha, depois D. João IV de Portugal. Ronald Raminelli observa como

⁷¹ **Idem**, p. 186-192.

honras e privilégios, vinculados diretamente ao Antigo Regime, foram apropriados pelas chefias indígenas.⁷²

Filipe Camarão era considerado bom cristão e com forte ascendência sobre os índios da capitania de Pernambuco e adjacências. Por isso, recebera de Felipe IV, em 1633, promessa do hábito da Ordem de Cristo com 40 mil réis de renda – o hábito e a comenda foram efetivados apenas no governo dos Braganças – patente de capitão-mor dos índios potiguares, com soldo de mais 40 mil réis, além de um brasão de armas. Conforme Gonsalves de Mello, dois anos depois, chegaram, pelas mãos do comandante espanhol D. Luiz de Rojas y Borja, o título de *Dom* e o hábito para Antônio Filipe Camarão. Em 1638, por sua atuação contra as forças de Nassau que atacaram a Bahia, ganhou ainda do rei *Católico* a comenda dos Moinhos de Soure e uma medalha de ouro.⁷³ Bem como no caso de Henrique Dias, a origem de Filipe Camarão impunha sérias restrições para se efetivar a mercê da Ordem de Cristo.

Camarão não chegou a ver o sucesso final da empreitada em que se envolvera, pois morreu de doença um mês após a primeira batalha dos Guararapes (19 de abril de 1648), enterrado com honras e pompas. Na maioria dos relatos de guerra sobre a Restauração pernambucana, encontramos menção sobre o importante papel de Camarão e seus índios. Outro papel relevante do líder potiguar era a missão de convencer outros indígenas, inclusive os que formavam fileiras com os batavos, a se bandearem para o lado luso e católico.⁷⁴

De uma forma ou outra, o molde do bom indígena se construía sob premissas caras à estrutura político-cultural ibérica. Conforme Ronald Raminelli:

⁷² RAMINELLI, op. cit., p. 148.

⁷³ MELLO, Gonsalves de, op. cit., p. 20-23 e 29-30.

⁷⁴ *Idem*, p. 39-43. “Não obstante seus valorosos feitos, percebe-se uma notável falta de informação sobre as suas mercês nos registros da monarquia lusitana. O mesmo não ocorreu com seus companheiros de guerra luso-brasileiros, pois estes tiveram devidamente registradas suas recompensas. Na Chancelaria da Ordem de Cristo, não existe processo de habilitação, nem a carta de hábito, nem o alvará para ser armado cavaleiro. Tendo ele defeito mecânico e sangue impuro, a dispensa papal também não foi localizada. Por certo, no intuito de preservar as alianças consolidadas pelos Áustrias, D. João IV, recém estabelecido no trono, tratou de confirmar as mercês, sem fazer as devidas portarias, provisões e registros na Chancelaria. De todo modo, oficializou-se a promessa de comenda, que, por sua vez, concedia-lhe o hábito. Sobre a patente de capitão-mor dos potiguares e o brasão de armas nada se conseguiu apurar. Em relação à comenda, em 1645, a Ordem de Cristo exigia o pagamento do serviço de demarcação, medição e divisão dos bens. Em plena guerra, Filipe Camarão talvez não tivesse recursos e nem disponibilidade para inteirar-se do seu patrimônio. Por certo, faleceu, três anos depois, sem usufruir das benesses do título de comendador.” RAMINELLI, op. cit., p. 153.

Assim, como nas crônicas luso-brasileiras, fica evidente que os índios aliados, denominados de “excelente raça”, pautavam-se na lealdade ao rei e na fé católica, dois atributos inerentes aos leais vassallos portugueses. O prestígio de D. Antônio resultava, em suma, de uma tríade: fidelidade à monarquia, fervor católico e capacidade de arregimentar aliados.

Para o autor, a fragilidade da monarquia determinava a possibilidade de indivíduos fora do perfil estabelecido pelos ditames das ordens receberem tais mercês. Assim, no início da guerra alcançava-se carta patente acompanhada pelo hábito e a comenda da Ordem de Cristo. Porém, “após a Restauração de Pernambuco, os valorosos guerreiros indígenas ganharam somente o hábito, quando não recebiam apenas a promessa de hábito”.⁷⁵

Por fé de ofícios

Logo depois da saída dos holandeses, a concorrência por mercês parece ter se acirrado. A gente principal da terra partiu para o reino buscando compensação dos danos sofridos ou remuneração pelos serviços prestados. A busca por tenças ou pensões, foros de moço fidalgo com as respectivas quantias, hábitos e comendas das ordens militares e ofícios, podia ser potencializada pela divulgação de feitos previamente publicados, como veremos adiante. Segundo Evaldo de Mello,

para estes, chegara o momento das recompensas, após quase nove anos de guerra, sem paga, sem comida suficiente e até sem perspectiva de vitória. A premiação de serviços era feita por meio de comendas e de hábitos das ordens militares, cuja administração El Rei detinha. Mas ao exército de Pernambuco não devia escapar que, nas condições calamitosas das finanças régias, os galardões mais cobiçados iriam parar de preferência nas mãos dos que defendiam as fronteiras do reino contra os castelhanos. O rateio da propriedade urbana do Recife tornava-se assim o objetivo mais realista das reivindicações. Ademais, os imóveis de construção holandesa estavam ao alcance das mãos.⁷⁶

Dito isso, os requerimentos luso-brasileiros deveriam ser os mais perfeitos possíveis se desejassem ser respondidos a contento. Além disso, o apoio e o expediente auxiliar seriam bem vindos.

⁷⁵ **Idem**, p. 152 e 161.

⁷⁶ **MELLO**, Evaldo. *Olinda...*, op. cit, p. 441.

Na apreciação das consultas ao Conselho Ultramarino percebemos uma espécie de *estética* dos pedidos. Havia uma lógica na estrutura do material que era conduzido ao trâmite burocrático. Geralmente, iniciava-se com uma apresentação na qual constavam nome, filiação, local de nascimento, tempo de serviço na guerra, postos ocupados na hierarquia militar etc. Todavia, a parte mais importante seria relatar de maneira especial os feitos realizados, as batalhas em que participara, seu sangue derramado em feridas que o expuseram ao perigo de morte, mas, sobretudo, apresentar a quantidade de sangue inimigo e herege vertido no campo de batalha, contabilizando, se possível, feridos, mortos e cativos. Como destacamos em momento anterior, outro serviço muito valorizado era a dedicação da própria fazenda no sustento da guerra. Na falta de uma ação mais notável, reuniam-se em bloco os feitos em vários anos, como a luta cotidiana pela defesa de uma capitania, valorizando, nesse caso, a continuidade dos serviços.

Após a apresentação dos feitos, vinham os pedidos propriamente ditos. Todavia, de nada adiantaria o relato dos serviços se esse não viesse acompanhado de certidões que os atestassem. Essas deveriam ser expedidas por reconhecidas autoridades locais. Por fim, comprovava-se que o requerente não possuía nenhum crime e que não havia sido ainda premiado com mercês pelos serviços alegados.

O sofrimento impingido pela guerra também poderia fortalecer um pedido. O capitão Amaro Lopes Madeira, consta uma consulta ao Conselho Ultramarino em 1654, pediu foro de fidalgo e hábito da Ordem de Cristo com tenças para si e para quem casasse com uma filha. Dizia o capitão requerer a “Vossa Majestade satisfação de seus serviços feitos na capitania de Pernambuco desde o ano de 1631 até o de 1647” por ter se dedicado à guerra, além de despender grande parte de sua fazenda para auxílio e sustento de tropas. O capitão reputava como argumento de autoridade o fato de ter sido um dos primeiros a conhecer e compartilhar a intenção e planejamento do levante tramado por João Fernandes Vieira e que, por seu envolvimento, teve sua fazenda atacada pelos holandeses que tomaram como cativas sua esposa e uma filha donzela. As mercês requeridas pelo capitão foram prometidas pelo mestre de campo João Fernandes Vieira em nome do rei. O mesmo João Fernandes Vieira, e os mestres de campo André Vidal de Negreiros e Francisco Barreto, concederam-lhe certidões respaldando suas alegações e merecimentos. Dele diz João Fernandes:

O Mestre de Campo João Fernandez Vieira o primeiro aclamador desta guerra um dos governadores dela. Certifico que tudo mostrado na petição acima do capitão Amaro Lopes Madeira para na verdade e experimentei por obras referido nela. E com as ocasiões da guerra gastou o dito capitão e dele destruiu muita fazenda, por cujo respeito lhe fiz promessa da mercê em sua petição declarada e pelo muito que convinha ao serviço de Vossa Majestade em razão da facção que consegui contra o inimigo holandês e feito da guerra e sua mulher e uma filha donzela feitas prisioneiras que na ocasião dita resgatei com as armas, o dito capitão é pessoa de grandes merecimentos, é digno de toda vossa e mercê que Vossa Majestade for servido fazer-lhe, para na verdade o referido pelo juramento dos santos evangelhos de que lhe mandei passar a presente por duas vias por mim assinada e selada com brasão de minha casa e armas neste arraial da capitania de Pernambuco a vinte de março de mil seiscentos e quarenta e oito anos.⁷⁷

Na obra do padre Manoel Calado, *Valeroso Lucideno*, que tem João Fernandes Vieira como protagonista, o capitão é referido algumas vezes, envolvido nos acontecimentos de guerra. Publicada em Lisboa, no ano de 1648, pela imprensa de Paulo Craesbeeck, a obra foi dedicada ao príncipe herdeiro D. Teodósio e corrobora o relatado por Amaro Lopes Madeira em sua petição. Embora as referências ao capitão postulante fossem ocasionais, pontuais e entremeadas por outros personagens, é indubitável o valor da referência à sua participação e ao impacto positivo que poderia lograr. Testemunha o padre Manoel Calado:

Amaro Lopes Madeira, o qual tinha ido ao Recife a esquadrinhar secretamente os intentos, e determinações dos holandeses para avisar a João Fernandez Vieira, como por muitas vezes havia feito, ele se confiava muito de sua fidelidade, por ser homem que o merecia, e ser natural de sua pátria a ilha da Madeira.⁷⁸

Além de respaldar o gozo da simpatia e confiança do líder maior da insurreição pernambucana, até mesmo por ser patrício deste, *O Valeroso Lucideno* confirma os merecimentos e as alegações de Amaro Lopes Madeira quando se refere a ele como “mui fiel e vigilante no segredo desta empresa” e descreve o seqüestro de sua esposa e filha e o posterior resgate, destacando a bravura dos luso-brasileiros em contrapartida à tirania e à desumanidade batava.⁷⁹

Ignoramos as origens do capitão Amaro Lopes Madeira, mas podemos inferir a

⁷⁷ AHU_ACL_CU_015, CX. 6, D 505

⁷⁸ CALADO, op. cit., p. 323.

⁷⁹ *Idem*, v. 2, p. 18 e 42-54.

importância do uso de seus feitos, descritos na petição ou referidos na publicação do padre Calado, para a obtenção de mercês que significassem distinção social em seu local de moradia, entre elas o foro de fidalgo.

O parecer do conselho sugere que o rei faça mercê do hábito de Avis, em lugar do hábito de Cristo pedido, para o capitão e para seu filho (ou a quem casar com sua filha), e acrescenta: “também parece que o foro de fidalgo que pede, o requeira pela via do marquês mordomo-mor”.

Outro postulante da mesma mercê de foro de fidalgo foi Antonio da Costa, filho de Damião da Costa, natural da capitania de Pernambuco, que pediu em 1654, entre outras benesses, provisão para o posto de sargento-mor, a mercê do hábito de Santiago, a propriedade dos ofícios de Meirinho do Mar ou de Escrivão da Fazenda ou do Almojarifado da Paraíba e o foro de cavaleiro fidalgo, em remuneração aos serviços prestados na guerra da capitania de Pernambuco. Sobre a origem étnica de Amaro Lopes Madeira, não sabemos muito. Antonio da Costa, por outro lado, era declaradamente de origem africana, pois fazia parte do terço de Henrique Dias. A propósito, uma de suas principais credenciais de bom soldado era o testemunho do *governador dos crioulos, pretos e mulatos*, contido nas suas petições, afirmando que Antonio da Costa era o sucessor, que havia de ter no seu terço, por seu esforço, e muita lealdade.

Em seu relato presente no requerimento, permeado por uma retórica de suas memórias, contava o soldado que lutara por onze anos nas guerras contra os holandeses, tendo participado das duas batalhas dos Guararapes e de inúmeras ocasiões de peleja invadindo fortalezas inimigas, matando centenas de hereges e pondo sua vida em risco em várias oportunidades para o bom serviço real. Sua narrativa destacava, ainda, os ferimentos por *pelouradas* e facadas sofridos nos esforços de guerra em meio a detalhes que pintavam com cores vivas as vicissitudes pelas quais passou.⁸⁰

O Conselho Ultramarino, embora não lhe referendasse tudo que pedira, lhe foi simpático:

Ao Conselho pareceu dizer a Vossa Majestade que este capitão é de tanto valor, que disse dele o seu mestre de campo Henrique Dias, a majestade que está em glória, que era o sucessor, que havia de ter no seu terço, por seu esforço, e muita

⁸⁰ AHU_ACL_CU_015, CX. 7, D 579.

lealdade. Que os serviços são muitos, e foi ferido de balas mortalmente duas vezes. E assim parece que Vossa Majestade lhe faça mercê de o fazer sargento mor do mesmo terço de Henrique Dias, e de lhe dar o ofício de Meirinho do mar, que pede na Paraíba, para casamento de uma filha casando com pessoa, que tenha as qualidades para bem os servir aprovadas por Vossa Majestade, e casando dentro em dois anos contados do dia desta mercê, e que se lhe diga, que em do habito que pedia se lhe deferirá, como servir de sargento mor, E mandar Vossa Majestade também que assuntos de seus soldos se lhe faça conforme ao costume do dito terço, e se lhe pague, na forma das ordens, que Vossa Majestade tem dado, sobre o pagamento dos soldos em Pernambuco. Em Lisboa a 22 de dezembro de 656.⁸¹

Embora o parecer nada diga sobre o pedido de foro de fidalgo, parece-nos interessante o fato de o negro Antonio da Costa pedi-lo. Não apenas ele, mas vários candidatos a esse título não possuíam pré-requisitos normalmente necessários a sua admissão. É possível que o próprio capitão Amaro Lopes Madeira não os possuísse. Não obstante, eles o requeriam pelos trâmites burocráticos provavelmente por acreditarem ser possível alcançá-lo. Afinal, as honras concedidas ao negro, provável ex-escravo, Henrique Dias e, ao indígena D. Antônio Filipe Camarão, eram exemplos latentes das possibilidades abertas naquele momento especial. Assim, os pedidos multiplicavam-se e a concorrência intensificava-se.

Como alcançar as mãos do rei?

As consultas ao Conselho Ultramarino mostram uma grande busca por mercês as mais diversas, desde imóveis simples e soldos atrasados até hábitos da Ordem de Cristo e governos de capitanias, passando por ofícios na administração local e patentes militares. Nessa busca por posições, Mafalda Soares da Cunha indica uma grande concorrência pelos postos de capitães-mores onde, muitas vezes, os serviços apresentados pelos concorrentes eram idênticos ou similares, apontando uma opção subjetiva entre os requerentes que não aparenta obedecer a uma lógica clara.⁸² Não parece exagerado inferir que a divulgação dos feitos em documentos de relatos de guerra – ainda que não possuíssem valor como certidões – e a conseqüente notoriedade podiam contribuir para a escolha desses indivíduos em detrimento de outros.

⁸¹ **Idem.**

⁸² CUNHA, op.cit., p. 86.

De acordo com Rui Bebiano, os folhetos integravam descrições irregulares e individualizadas, geralmente extensas, de fatos particulares ou de um conjunto de acontecimentos de alguma maneira unidos ou aproximados. Possuíam uma apresentação simples e barata, visando à organização e à transmissão da mensagem escrita. Tratava-se de uma “literatura” de maior impacto – considerando os limites de um público leitor reduzido. Geralmente desenhado em papel grosseiro, barato e para chamar a atenção dos potenciais leitores, dispunha de uma concepção gráfica mais simples que a apresentada pelos livros. Todavia, sua apresentação era apelativa, com caracteres grandes no título, espaçado, mostrando logo abaixo a gravura com o escudo das armas portuguesas. A qualidade dessas obras de tamanho pequeno ou médio era bastante diversificada. O conjunto dos autores perpassa letrados e clérigos de distinta valia intelectual e lugar hierárquico, mas também militares de profissão, titulares da nobreza, mestres da universidade e membros da administração régia.⁸³ A circulação desses escritos em Lisboa podia servir de importante auxílio ao pleiteante que tornava público os seus feitos, ao mesmo tempo que submetia seu pedido ao processo burocrático rotineiro para obtenção de mercês.

Transferindo as reflexões de Maria de Fátima Gouvêa sobre as redes de poder no Atlântico Sul para uma escala mais larga naquela sociedade, entendemos que *amizade* e *confiança* eram elementos essenciais nas redes de interesses pelo poder político e social nos grupos intermediários. A concessão de certidões de serviços e a inclusão, mesmo como coadjuvante, em relatos e memórias da guerra, faziam parte, em alguns casos, de estratégias de promoção de *apadrinhados* e *protegidos* em redes de influência. Até porque, conforme a historiadora, em alguns graus, “os indivíduos nomeados tinham responsabilidade de nomear outros indivíduos para os cargos sob sua jurisdição.”⁸⁴ Assim, a perspectiva de um poder essencialmente relacional, que se movimentava em cadeia, parece-nos apropriada

⁸³ Para Bebiano, os panfletos podem ser definidos “como o produto tipográfico mais característico e, dado o seu volume, por certo o mais divulgado e influente deste período” adquirindo vulto durante o século XVI – utilizado principalmente pelos reformistas – como dispositivo ao serviço da propaganda da idéia de grandeza monárquica. Afirma ainda que “esta não cessará de fazer divulgar, como meio volante de informação (...) das novidades políticas, das grandes festividades monárquicas e religiosas, dos atos oficiais, das operações de guerra e, muitas das vezes, de toda a sorte de *faits divers*, (...)” geralmente com linguagem clara e objetiva possuindo como meta principal facilitar a compreensão, atrair a atenção, estimular o imaginário e ainda, porém não menos importante, sustentar o interesse público. **BEBIANO**. *A pena de Marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*. Coimbra: Minerva, 2000, p. 224, 230-231.

⁸⁴ **GOUVÊA**, “Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c. 1680-1730)”. In: **BICALHO & FERLINI** (orgs.), op. cit., p. 182.

para pensar essa esfera de relações. Um indivíduo que não possuía cabedal para fazer circular de forma escrita as notícias de seus feitos podia, graças às suas relações, aparecer como coadjuvante numa publicação que evidenciasse alguém mais ilustre. Na documentação apreciada é comum que um indivíduo se destaque no papel principal, enquanto muitos – de quinze a trinta nomes – apareçam de forma periférica como coadjuvantes.

Lembramo-nos que Diogo do Couto tratou a questão do apadrinhamento como prática comum em seu tempo. Conforme ele, as relações construídas aplainavam o caminho para as mercês, pois eram atalhos que driblavam os emperramentos dos processos e a enorme concorrência. Mesmo o *soldado prático* de Couto, tão crítico dos vícios do sistema, se mostrou contente quando o *despachador* comprometeu-se a advogar seu caso diante do rei.⁸⁵

Para Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, as relações clientelares eram práticas enraizadas na sociedade portuguesa. Aquilo que hoje poderíamos considerar espúrio, ilegítimo ou nepotismo, como a obrigatoriedade de conceder mercês aos “mais amigos”, eram situações sociais cotidianas e corporificavam a natureza das estruturas sociais, sendo, portanto, consideradas normais. Essa *economia do dom* estava na base de diversas práticas informais de poder utilizadas para sedimentar relações clientelares. O ato de *dar, receber e restituir* caracterizava o prestígio político de um indivíduo.⁸⁶

De alguma forma isso é corroborado por Evaldo Cabral de Mello, ao tratar da Restauração pernambucana no imaginário nativista em Pernambuco, desde o período batavo até o final do século XIX, percebendo as várias apropriações da memória de feitos no século XVII. Entre as primeiras está a produção de crônicas luso-brasileiras na segunda metade do *Seiscentos*, dando conta do período holandês no nordeste brasileiro com o fito de engrandecer e credenciar os líderes restauracionistas: o *Valeroso Lucideno* (1648), de frei Manoel Calado do Salvador, que viveu em Pernambuco na época; as *Memórias diárias de la guerra del Brasil* (1654), de Duarte de Albuquerque Coelho, antigo donatário; a *Nova Lusitânia ou história da guerra brasílica* (1676), de Francisco de Brito Freyre; e o *Castrioto lusitano* (1679), de frei Rafael de Jesus, que nunca esteve em Pernambuco e

⁸⁵ COUTO, Diogo do. *O soldado prático*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980, p. 138.

⁸⁶ XAVIER, Ângela & HESPANHA, “Redes clientelares” In: MATTOSO, op. cit, p. 133-134.

escreveu por encomenda de João Fernandes Vieira tendo por base a *História da guerra de Pernambuco*, de Diogo Lopes de Santiago – manuscrito baseada no *Lucideno* e em fontes orais.⁸⁷

Como já referido, as obras *Valeroso Lucideno* de frei Calado e o *Castrioto lusitano* de frei Rafael de Jesus foram promovidas ou encomendadas por João Fernandes Vieira, o que lhes deu o tom panegírico muitas vezes suspeito à crítica histórica. Nelas, muito se objetou a parcialidade em favor de João Fernandes Vieira e o tratamento dispensado a Sebastião de Carvalho e a Antônio Cavalcanti, inspirado no desejo de agradar Vieira, inimigo e rival de ambos. No século XVIII, o frade franciscano Jaboatão se queixava do silêncio tanto do *Valeroso* ... quanto do *Castrioto* ... em relação à participação da Ordem do Frades Menores durante a guerra contra os holandeses. Dizia ele:

[participaram] em todas as batalhas e na miraculosa das Tabocas, que foi a primeira campal, e nas duas últimas dos Guararapes, como também na entrega de Pernambuco [isto é, na capitulação dos holandeses], não obstante o fato de que nem o autor do *Castrioto Lusitano* na entrega de Pernambuco, e com ele o do *Valeroso Lucideno* na das Tabocas, se lembraram destes nossos irmãos, como o não fizeram em outras ocasiões semelhantes, não se esquecendo nunca dos seus; pois, sem defraudar a glória própria, podiam não ocultar o crédito alheio, e nem isto feito, era suficiente desvio a embaraçar na Coroa os requerimentos do que cada um dos seus merecia por prêmio condigno do que haviam servido ao Rei nesta empresa.⁸⁸

Afirmava o frade que para elevar a glória própria não precisavam *ocultar o crédito alheio*, de sorte que isso não atrapalhasse os requerimentos que a irmandade fizera junto à coroa.

O próprio Cabral de Mello percebe a função prática das crônicas na alegação e comprovação de serviços para a obtenção de mercês, embora a base fundamental das solicitações fossem as certidões fornecidas pelas autoridades militares da capitania.⁸⁹

Todavia, os escritos e relatos de guerra promovidos durante a guerra da Restauração de Pernambuco não eram meros acessórios para pedidos de mercê. Outros interesses e características permeavam essas produções. É o que veremos no capítulo a seguir.

⁸⁷ MELLO, Evaldo. *Rubro veio*, op. cit, p. 71 e 99.

⁸⁸ JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo orbe seráfico brasílico*. Recife, 1979-1980, vol. I, apud. MELLO, Evaldo, *Rubro veio*, op. cit, p. 80-81.

⁸⁹ *Idem*, p. 81.

* * *

Nesse turbilhão *seiscentista* o novo rei português enfrentava a dura tarefa de proteger suas fronteiras, reconquistar possessões perdidas no além-mar, consolidar sua dinastia, etc. Ao substituir um rei acusado de conduta tirânica, juristas adeptos da casa de Bragança construía seus argumentos em uma estrutura neotomista, utilizando uma estratégica *razão de Estado*.

O bom governo de D. João IV carecia, desesperadamente, dos prontos serviços de seus súditos não apenas no reino, mas nos quatro cantos do planeta. Particularmente a ação militar de soldados lusitanos se fazia desejável e vital. Por seu turno, muitos portugueses percebiam a oportunidade de servir e distinguir-se por honras. A equação estava montada: rei justo + vassalos fiéis = mercês régias.

Os guerreiros lusitanos em Pernambuco pareciam compreender as possibilidades de seu tempo. Estavam dispostos a lutar em nome do rei português e da religião católica. Mas também encontravam-se prontos para solicitar as devidas mercês esperadas por fiéis vassalos que vertiam seus *sangues, vidas e fazendas*. Os pedidos eram os mais diversos. As descrições, encaminhadas ao rei, as mais vivas.

Todavia, àqueles que possuíam cabedal ou vínculos com figuras iminentes, lançavam mão de outros meios para facilitar (ou ao menos tentar) superar a intensa concorrência em busca dos melhores quinhões régios. Entre os meios possíveis destacamos os relatos de guerra que aspiravam projetar uma imagem, por vezes idealizada, de virtude e glória dos guerreiros que combateram inimigos hereges na capitania de Pernambuco.

CAPÍTULO 4

À SEMELHANÇA DE DAVI

*Tres cousas ecensiais se haõ de achar em hum
Capitaõ para teer felices sucessos, zelo da honra
de Deos, madureza no discursar, & resolução em
obrar no q ouver discursado
Anônimo*

Nos relatos de batalhas presentes nos folhetos produzidos no período da ocupação neerlandesa no nordeste da América lusitana, é recorrente o destaque de algumas virtudes. Neles abstrai-se um estigma de divulgação, propaganda pessoal e/ou institucional, além de modos exemplares de conduta que, muitas vezes, parecem propor um ideal de comportamento resolutamente heróico. Por outro lado, como mencionamos, o protagonismo em um desses opúsculos sobre feitos militares, ou mesmo a descrição de realizações como coadjuvante, podiam elevar os indivíduos a um patamar especial. O heroísmo e as virtudes destacadas em situações limites, divulgadas com alguma abrangência, poderiam produzir um reconhecimento de significado naquela sociedade estamental de Antigo Regime. Os efeitos produzidos por esta “fama” produziam uma “imagem pública” de guerreiros, relacionados a momentos históricos específicos protagonizados por estes.

Virtudes no papel

O impresso permitia velocidade na divulgação, fidelidade ao original e barateamento dos exemplares. O impacto na difusão de notícias, por exemplo, foi considerável. Na península ibérica estudada por Fernando Bouza, é interessante perceber a apropriação dessa “arma” que os protestantes vinham utilizando largamente desde o século XVI.¹ Além disso, a escrita, manual ou impressa, servia para comunicar àquele ausente não apenas no espaço, permitindo vencer barreiras geográficas, mas também no tempo. Um registro que pela sua

¹ **BOUZA**, Fernando. “Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII”. In: *Cultura: revista de História e teoria das idéias – Livros e cultura escrita: Brasil, Portugal, Espanha*. Lisboa: Ed. Centro de História da Cultura, vol. XIV, IIª série, 2002, p. 133-134.

própria natureza se podia melhor conservar, servindo no presente e no porvir. Certamente, sem a escrita haveria prejuízo para a memória e para o “modo de governar” moderno.²

Apesar de constituir um estilo próprio da época, esses relatos funcionariam como exemplos de virtudes desejáveis para leais súditos em armas, exercendo o papel do que podemos denominar “espelhos de soldados”. Ainda que estes não fossem produzidos com o intuito didático ou de conselho, como os espelhos de príncipes, indiretamente os relatos contidos nos folhetos representavam e propunham ações e comportamentos esperados de cavaleiros honrados e insignes. Embora não pretendamos analisar espelhos de príncipes ou mesmo estabelecer uma comparação direta entre esses e os relatos de guerra estudados, percebemos que assim como os primeiros construíam uma imagem idealizada dos reis, os nossos *espelhos de soldados* também promoviam uma representação comprometida com aspectos modelares do guerreiro e, portanto, aperfeiçoada, na qual indivíduos tentavam encaixar-se para promover o reconhecimento de sua honra.³

Todavia, o leque de valores transpunha freqüentemente os limites dos movimentos bélicos, alcançando também virtudes cristãs e, particularmente, católicas. Guerra e religião, aspectos não dissociados naquele tempo. Dessa forma, a conduta exemplar exposta nos folhetos analisados apresentava um homem pleno, referência de honra, fama e glória a serem emuladas. Predominava o destaque das virtudes cardeais: a prudência (que incluía previdência, cuidado e conhecimento); a temperança (abrangendo honestidade, sobriedade e continência); o bom ânimo e a coragem (capazes de alcançar a paz); a constância e a paciência; e o senso de justiça (compreendendo liberdade, religiosidade, inocência, piedade, caridade, amizade, reverência e concórdia).⁴ Tais atributos surgiam explícita ou implicitamente no corpo dos relatos de guerra, produzindo neles um significado que ultrapassava a mera notícia dos últimos acontecimentos no campo de batalha.

Interessante notar que, ainda que constituam produções literárias de natureza e objetivos distintos, as obras apreciadas no capítulo 2 – imbuídas de um tom didático e geralmente estruturadas em forma de diálogos – os textos de pedidos de mercês – de caráter

² **Idem**, p. 136-137.

³ Sobre o Renascimento e os espelhos de príncipes ver: **SKINNER**, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 91-159. Cf: Ver também: **MONTEIRO**, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América 1640-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 150-188.

⁴ **SKINNER**, op. cit., p. 68.

documental e descritivo – abordados no capítulo anterior, e os relatos de guerra ora privilegiados – narrativas com forte apelo retórico – evidenciam o destaque de virtudes similares que compunham o perfil do guerreiro exemplar, segundo um arcabouço comum de valores.

De acordo com Bouza, nos tempos do Renascimento e do Barroco o homem era percebido como aquele que aprende condutas – para o qual seria importante usar os meios mais adequados: oral, iconográfico e escrito. No enfoque deste historiador espanhol – o campo prático dos usos e das modalidades – a escrita ganhava cada vez mais espaço.⁵ Nos séculos XVI e XVII essas modalidades exerciam as mesmas funções expressivas, comunicativas e rememorativas. O que diferia o uso era a circunstância. Assim, para a função da divulgação – o que mais nos interessa – o escrito impresso e as imagens eram as formas mais adequadas. Inclusive, o escrito poderia conjugar imagens e ganhar oralidade quando a leitura era realizada em voz alta para o público.⁶ Fernando Bouza afirma que a leitura em voz alta era um costume nos séculos XVI e XVII. Particularmente o gosto pelas “cavalarias” aproximava o “público” dos relatos de guerra privilegiados neste estudo.⁷ Mesmo considerando o dilatado analfabetismo na Europa moderna católica, a presença da escrita no mundo dos iletrados era ampla: nos documentos, governos, placas nas cidades etc.⁸

A honra na derrota

Os relatos, muitas vezes publicados sem referência ao nome do autor, antes de tudo, defendiam sua própria autoridade enquanto portadores da verdade. Ao tratar da invasão neerlandesa em Pernambuco, em 1630, o anônimo autor de uma relação publicada em Lisboa, no mesmo ano, alega ter se baseado em uma carta de “hum religioso de muyta authority”, que fora testemunha ocular dos acontecimentos.⁹ A força do testemunho

⁵ BOUZA, op. cit., p. 109-110.

⁶ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1988, p. 55-57 e *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

⁷ *Idem*, p. 115-116 e 148-149.

⁸ *Idem*, p. 138-139.

⁹ “Relaçam verdadeira e breve da tomada da Vila de Olinda, e lugar do Recife na costa do Brazil pellos rebeldes de Olanda, tirada de huma carta que escreveo hum religioso de muyta authority, e que foy

presencial, somada à autoridade de um clérigo, compunha, sem dúvida, um atributo suficiente para a credibilidade da narrativa. A riqueza de detalhes pintados com tintas vivas corroborava a fidelidade aos acontecimentos.¹⁰ Sob essa lógica, o autor iniciou o relato descrevendo minuciosamente as forças dos inimigos, nesse caso as navais que assolaram Olinda, destacando o poder de suas armas. Não apenas a superioridade bélica, mas também numérica dos batavos – cerca de oito vezes mais só de início – sublinham sobremaneira o valor da coragem dos luso-brasileiros. Matias de Albuquerque é descrito como líder dinâmico e corajoso, sempre pronto para a luta e zeloso. Um exemplo de herói. A resistência, mesmo impossível, seria mantida até o limite para demonstrar o brio português, o valor da constância e do bom ânimo destes bravos soldados lusitanos anônimos e, principalmente, de seu devidamente nomeado líder Matias de Albuquerque.¹¹ Lembramos que, conforme Diogo do Couto, a figura do comandante era fundamental para o ânimo dos soldados. O líder poderia, de acordo com sua conduta, insuflar atos valorosos ou vícios nefastos.¹²

Não obstante, indivíduos coadjuvantes também recebem relevo na narrativa – naquela sociedade reputações e serviços prestados seguiam o indivíduo, como testemunhas de sua coragem. Como vimos, Gracián afirmava que a fama era construída por cadeias de feitos que se ligavam uns aos outros. De sorte que as ações valorosas seriam seguidas por outras de igual monta, forjando assim uma reputação.¹³ É o exemplo do veterano André Dias de Franca:

(cujo valor he tam conhecido nas partes de Africa, & em todo este Reyno, & a cuja conta avia estado toda aquela Capitania) se foy por entre as balas que choviam da

testemunha de vista de quasi todo o socedido: e assi o affirma, e jura; e do mais que depois disso socedeo té os dezoito de abril deste presente, e fatal anno de 1630”. In: **MACHADO**, Diogo Barbosa (org.). *Notícias históricas e militares da América*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, s. n. t., tomo I, p. 150-152.

¹⁰ **SARLO**, Beatriz. *Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005, p. 67.

¹¹ Conforme Charles Boxer, chegado em outubro de 1629, Matias de Albuquerque se esforçou para reforçar as defesas locais, mas não logrou muito êxito. De sorte que, ao chegarem os inimigos não enfrentaram “qualquer resistência digna de nota” para desembarcarem com poucas perdas. Por outro lado, Matias de Albuquerque foi responsável por organizar uma eficiente resistência, com campanhas de guerrilha, que limitou severamente o avanço dos inimigos nos primeiros tempos da ocupação. Ele ficou no comando até 1635, quando foi substituído por Don Luís de Rojas. **BOXER**, Charles R. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. Recife: CEPE, 2004, p. 55-56 e 88.

¹² **COUTO**, Diogo do. *O soldado práctico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980, p. 158.

¹³ **GRACIAN**, Baltasar. *El héroe – oráculo manual y arte de prudencia*. Madrid: Clásicos Castalia, 2003, p. 141.

artelharia dos inimigos, meter dentro do forte, que chamam do Recife, a onde todo o tempo, q esteve, fez nam sô officio de General, mas de hum soldado particular, & ainda de artelheiro, enchendo com suas próprias mãos os cartuchos de polvora, e ajudando a bornear as peças, com que se fazia muyto dano aos inimigos.

O risco da própria vida sob a chuva de balas dos oponentes e a entrega total em prol do bem comum, mesmo exercendo funções de soldado, propõem uma verdadeira conduta exemplar do bom vassalo de *Sua Majestade*.¹⁴

Apesar dos atos heróicos, a derrota parecia iminente. Mas ela seria vendida a um alto preço. Surgiram assim os valores do engenho e da liderança. Uma vez forçados a renderem-se, os portugueses tentaram limitar a conquista organizando seus homens em posições estratégicas. Destacava-se o uso dos índios e sua disposição assustadora, sob o comando do padre Manoel de Moraes, da Companhia de Jesus.¹⁵

De modo geral, o texto parece uma justificativa para a perda da região. Nele procura-se explicar a inevitabilidade, mas ao mesmo tempo o valor de Matias de Albuquerque e dos demais portugueses. Até o seu término, exalta-se as escaramuças que causaram perdas aos inimigos, os valores religiosos e o socorro de Deus aos católicos, com argumentos que parecem desejar atribuir honra, mesmo na derrota.¹⁶

Pela mesma época, o padre beneditino frei Paulo do Rosário, Provincial do Brasil de sua ordem, escreveu uma relação sob o mesmo postulado da autoridade testemunhal, dando conta da defesa da região da Paraíba e do Maranhão contra a expansão neerlandesa. Nessa aproximação proposta a um *espelho de soldado*, o autor inicia com um axioma:

Tres cousas ecensiais se haõ de achar em hum Capitaõ para teer felices sucessos, zelo da honra de Deos, madureza no discursar, & resolução em obrar no q ouver discursado.¹⁷

¹⁴ “Relaçam verdadeira e breve da tomada da Vila de Olinda, e lugar do Recife na costa do Brazil pellos rebeldes de Olanda, tirada de huma carta que escreveo hum religioso de muyta authority, e que foy testemunha de vista de quasi todo o socedido: e assi o affirma, e jura; e do mais que depois disso socedeo té os dezoito de abril deste presente, e fatal anno de 1630”. In: MACHADO, op. cit., p. 150.

¹⁵ Sobre Manuel de Moraes: jesuíta combatente pelo lado luso que passou ao lado holandês em 1634 e converteu-se ao calvinismo na Holanda. Ronaldo Vainfas. *Traição. Um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁶ *Idem*, p. 152.

¹⁷ “Relaçam breve e verdadeira da memoravel victoria, que ouve o Capitão mòr da Capitania da Paraiva, Antonio de Albuquerque, dos Rebeldes de Olanda, que saõ vinte náos de guerra, & vinte & sete lanchas: pretenderão occupar esta praça de sua Magestade, trazendo nellas pera o effeito dous mil homens de guerra escolhidos a fora a gente do mar”. In: MACHADO. *Notícias dos cercos heroicamente sustentados pelos portuguezes nas quatro partes do mundo*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, s. n. t., tomo V, p. 132-133.

Essa sentença remete a uma idéia semelhante presente em *O soldado prático*, quando Diogo do Couto afirma que o que animava o soldado era reconhecer em seu capitão as virtudes de realizar aquilo que discursava.¹⁸ Conforme o autor do opúsculo, tal perfil estava presente – como não poderia deixar de ser – na figura do protagonista, capitão Antonio de Albuquerque – também exemplo de devoção e liberalidade:

em cujo sogeito se acharaõ a hum tempo zelo de hõra de Deos & de sua Mãy sãtissima, de quem he mui devoto, virtude dignamente erdada de seu pay Ieronymo de Albuquerque, cõ a qual sempre venceo inimigos de nossa S. Fê, sem nunca ser vencido.¹⁹

Segundo o autor, Antonio de Albuquerque pediu reforços de soldados e armas antes da chegada dos inimigos. Graças a sua diligência, construiu uma fortificação muito bem elaborada – nos moldes das que os holandeses construía. Comparando-o a Abraão, o autor elogia sua presteza e sua prudência, pois o "vigilante Capitaõ" tomou as resoluções tão depressa que na chegada do inimigo estava pronto para resisti-lo. Nas batalhas contra os flamengos para defender a capitania, chama atenção para o heroísmo e a busca pela fama de A. Albuquerque:

porque andou tam alentado animando aos seus, q mostrou desestimar a vida, por não pôr nodoa a honra, imitando a Iudas Machabeos, q fez mòr estima da fama q da vida, ganhada a praya do inimigo à custa do sangue, & vidas de huma & outra parte.

Nesse trecho, novamente percebemos a construção de uma imagem exemplar de abnegação e de serviço. O exemplo de seu capitão contagiava os soldados com o mesmo ímpeto. O que se comprova quando os inimigos resolveram promover um grande ataque para reverter a situação e tomar o forte de uma vez por todas. Cercaram os portugueses por todos os lados e os atacaram com grande fúria. A resposta dos lusitanos foi tal qual touro bravo acossado por todos os lados:

porque vendose elles quando estavam menos aprestados pera se poder defender, romperão por meyo do inimigo a acender suas mechas, & remetendo às armas,

¹⁸ **COUTO**, op. cit., p. 172-173.

¹⁹ “Relaçam breve e verdadeira da memoravel victoria, ...”. In: **MACHADO**, op. cit., p. 133.

tratou cada hum de vender a vida ao môr preço que pudesse, porque vendida de graça denota medo, & covardia, & quando he a môr preço se assenta no livro da fama o preço porque se deu.

O texto ganha cores ao limite do indizível:

porque com estarem desarmados os mais dos nossos, se baralharão com os Rebeldes de maneira que mais parecião leões desatados que homens que pelejavão, com tam desigual partido de gente, armas, & munições. Se ouver de dizer as particulares valentias que nesta òra se obrarão, mais ouvera de fazer Choronica que Relação abreviada.²⁰

Essa forma de narrativa nos lembra a apresentação de Castiglione sobre os duques de Urbino, tecendo elogios que nos soam exagerados.²¹ Por outro lado, a coragem dos portugueses também era demonstrada em oposição à covardia dos neerlandeses, posto que ao final da batalha descrita perderam não apenas grande número de soldados, mas também sua honra e valor por fazerem uma retirada tão desordenada e apressada, que:

parecião levar azas nos pés (...) E nos mais dias antecedentes vendose sem forças pera a empresa, levantou o alojamento, & se embarcou nas sua naos com grande silencio, & confusão, como nos certificou o que achamos nos seus quartéis...²²

Outra idéia recorrente nos folhetos era o favor dos céus do lado dos católicos fiéis. Sempre acudidos pela "Mãe de Deos", os súditos católicos colecionavam vitórias contra os holandeses hereges, de sorte que os ataques destes cada vez mais diminuía – sendo continuamente poucos os mortos e feridos do lado dos defensores em detrimento de uma grande mortandade entre os inimigos.

Conforme vimos nos capítulos anteriores, a chamada “economia do dom” permeava o imaginário daquela sociedade, e o acesso à arca de mercês régias era amplamente desejável. A publicação de serviços militares ao rei poderia servir de poderoso auxílio aos processos burocráticos para a remuneração efetiva destes. Assim sendo, esse autor cumpre também essa função ao recomendar os serviços narrados como dignos de mercês. Segundo ele, para bem proceder na guerra foi fundamental para o rei poder contar com zelosos ministros de Deus e do seu próprio serviço, tanto na “Fazenda” quanto na câmara daquela cidade,

²⁰ **Idem**, p. 135-138.

²¹ **CASTIGLIONE**, Baldassare. *O cortesão*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. VII a XV, p. 13.

²² “Relaçam breve e verdadeira da memoravel victoria, ...”. In: **MACHADO**, op. cit., p. 138-139.

provendo as necessidades espirituais e o abastecimento material. Novamente, remetendo-nos às idéias de Couto e Gracián, tal diligência incutia nos demais sua própria obrigação pois,

como a cabeça seguem os membros, assi a hum Ministro superior seguem os inferiores no zello, como o vimos nesta occasiam, porque todos com grande cuidado acudião a suas obrigaçoens a prover o nosso quartel, aos quais deve sua Magestade fazer muitas merces, porque todos a merecem, pello muito que trabalharão.

Os atos de bravura são generalizados. A entrega ao serviço régio mobiliza a todos, mas isso não é por acaso, senão fruto de uma escala de exemplos que se inicia na pessoa do rei – cabeça do corpo – e transmite-se pelos principais agentes régios até chegar aos mais simples. Especificamente sobre os bons serviços do capitão, diz o autor:

não são estes os primeiros serviços que o Capitão mòr desta ha feito a sua Magestade no tempo que ha, que os Rebeldes de Olanda nos infestão estes mares, & tem occupada a praça de Pernambuco, porque logo naquella occasião, & em todo o mais tempo a socorreo sempre com muita quantidade de gente branca aventureira, & Indios, & com muniçoens, assistindo continuamente com ella Mathias de Albuquerque Maranhão seu irmão, a quem o superentendente da guerra de Pernambuco encarregou o quartel de Sancto Amaro fronteiro à villa de Olinda, onde em muitas occasiões fez conhecer aos Rebeldes de Olanda o como os avião de hospedar, quando viessem a esta terra.²³

Todavia, há controvérsias em relação à coragem e ação dos soldados da Paraíba. José Antonio Gonsalves de Mello cita uma carta de 1636 de C. de A. Arciszewsky ao Conselho dos XIX, referindo-se ao resultado de uma peleja contra a resistência em Pernambuco, onde expõe sobre os soldados locais, dizendo que foram “os melhores soldados que até agora achamos no Brasil, sendo que os da Paraíba e de outros lugares nunca mostraram tanta valentia como estes”.²⁴

De qualquer forma, nesses dois folhetos analisamos uma lógica constituinte que associa uma narrativa que se pretende verdadeira: o perfilamento de condutas exemplares com a construção de figuras heróicas, e a divulgação de feitos e serviços dignos do reconhecimento social e régio e, por que não, merecedores de mercês. Em suas reflexões

²³ **Idem**, p. 139-141.

²⁴ **MELLO**, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira mestre-de-campo do terço de infantaria de Pernambuco*. Lisboa: CEHA, 2000, p. 40.

filosóficas sobre o registro da palavra rememorativa, Janine Marie Gagnebin destaca que, mais que a preocupação com a conservação do passado, há um importante apelo para assegurar a felicidade no presente – em nosso caso a obtenção de honra e mercês. A autora afirma que desde a Antiguidade clássica surge a defesa da superioridade do registro escrito sobre o oral, para garantir a perenidade da memória dos grandes feitos e dos homens insignes, fazendo-os superar a própria morte. Segundo ela, a confiança na escrita como “o rastro mais duradouro que um homem pode deixar, uma marca capaz de sobreviver à morte de seu autor e de transmitir sua mensagem” só começa a ser abalada no século XVIII.²⁵

Esses relatos de guerra se encaixam como construções de uma narrativa histórica vinculada à idéia de memória e de testemunho, tal qual François Hartog buscou caracterizar, ao lançar mão dos exemplos clássicos para refletir acerca das transformações na forma da narrativa sobre o passado. Segundo o historiador francês, há várias ordens do tempo, segundo lugares e tempos. Assim, um *regime de historicidade* pode significar o modo como uma sociedade trata seu passado, a consciência de si mesma. Essa noção nega uma historicidade idêntica a todas as sociedades. Ao comparar tipos de história diferentes, evidencia modos de relação com o tempo. Desse modo, para a sociedade portuguesa diretamente relacionada ao tempo de escrita e publicação dos folhetos analisados, a história tendia a ser um repertório de exemplos valorosos que deviam ser imitados: o heroísmo dos soldados portugueses, a defesa da fé católica, a fiel vassalagem ao rei. Esse campo de elogios se contrapunha aos vícios dos vilões, sobretudo os holandeses: tirania no governo, crueldade e desrespeito à vida, afronta à verdadeira religião com atitudes hereges. Por meio dessa oposição, as histórias dos portugueses em conflito – nas guerras ultramarinas – podiam inspirar os leitores das pequenas obras em suas ações. A história como mestra da vida.²⁶

Nessa documentação é patente o uso da idéia de testemunho ocular na narrativa como atributo primeiro de legitimidade e autoridade, aspecto também presente em *O cortesão* e em *O soldado prático*. Embora estude outro contexto na memória dos militantes de

²⁵ GAGNEBIN, Jeanine Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 12 e 112.

²⁶ HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora UnB, 2003; *Regimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003. Ver também: MONTEIRO & LEITE, Jorge Miranda. “Os ‘Manifestos de Portugal’”. Reflexões acerca de um Estado moderno”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 124.

esquerda contra as ditaduras de direita no século XX, Beatriz Sarlo nos dá valiosas pistas sobre algumas características próprias do comportamento humano, focalizando aquilo que chama de confiança na imediata presença da voz e do corpo favorecendo o testemunho. Para Sarlo,

la narración de la experiencia está unida al cuerpo y a la voz, a una presencia real del sujeto en la escena del pasado. No hay testimonio sin experiencia, pero tampoco hay experiencia sin narración: el lenguaje libera lo mundo de la experiencia, la redime de su inmediatez o de su olvido y la convierte en lo comunicable, es decir, lo *común*.²⁷

A retórica testemunhal, muitas vezes, engloba a utopia de não esquecer nada. Pretende-se um relato completo que nada deixa de fora. Percebemos a “inclinação para o detalhe e a acumulação de precisões” que criam a ilusão de que o concreto da experiência vivida ficou intacto no discurso. Assim, a autoridade que se constrói na narrativa do sujeito-testemunha que esteve ali presente onde os fatos (lhe) aconteceram.²⁸

Para Beatriz Sarlo, os olhares sobre o passado são construções. A narrativa acerca de acontecimentos pretéritos é embebida pelo “lugar” de onde se fala. Conforme a autora, “del pasado se habla sin suspender el presente y, muchas veces, implicando también el futuro”, isto é, a narrativa é condicionada por contingências e interesses que, mesmo de forma inconsciente, determinam uma reinterpretação dos fatos. Mesmo porque um evento passado é impossível de ser reproduzido tal como aconteceu. Assim, para ela, é natural que a narrativa se adapte ao seu presente, atenda as expectativas de seu público e se oriente em função destas. Esta tendência não faz a narrativa necessariamente mentirosa, mas sim conectada com o imaginário social contemporâneo a ela.²⁹

Fernando Bouza apresenta um dos principais objetivos da escrita nos séculos XVI e XVII: construir a memória das coisas, “das idéias e das pessoas através da transmissão do conhecimento dos seus factos, sentimentos e paixões”. Compreende, assim, memória, naquele tempo, como algo mais que um repertório de fatos acontecidos no passado, mas uma verdadeira “arte para se poder conhecer subjectivamente, para além de tornar possível o conhecimento alheio”. Entre outras modalidades de exercício de memória estariam a oral

²⁷ SARLO, op. cit., p. 29.

²⁸ *Idem*, p. 67.

²⁹ *Idem*, p. 13 e 15.

e a imagética, que rivalizavam com a escrita em ferrenha disputa. Todavia, a forma escrita seria mais confiável para garantir a perenidade da memória.³⁰

Outra característica importante da escrita é a divulgação dos acontecimentos em larga escala àqueles ausentes ao evento narrado, prestando-se também como memória a ser transmitida e estabelecida. Podemos imaginar se os folhetos com os quais trabalhamos eram lidos em voz alta nas tavernas, ou outros espaços comuns, estabelecendo contato com a cultura oral dos analfabetos.³¹ Lembramos que no segundo capítulo, ao analisarmos o livro *Corte na aldeia*, de Francisco Rodrigues Lobo, mencionamos a prática de leituras compartilhadas. O autor português, discutindo os romances de cavalaria, contava que um soldado iletrado havia sido influenciado pelas histórias que ouvia seus companheiros lendo.³² De qualquer forma, as versões ocupavam seus espaços abrangendo interesses variados.

Fé na resistência

Quando em 1638 foi publicada em Madri uma relação contando a tentativa de invasão e a tomada de Salvador, naquele mesmo ano pelos holandeses comandados por Maurício de Nassau, o autor procurou destacar os múltiplos serviços prestados para a resistência – incluindo as contribuições financeiras e os principais participantes e estrategistas. Com bastante habilidade e cuidado, ressaltou o empenho local para a defesa, uma vez que a ajuda externa demoraria muito. Ou seja, enalteceu a grandeza dos locais sem afrontar o governo régio pela falta do socorro há muito esperado.³³

As críticas frontais deveriam caber somente aos inimigos, com o fito de sublinhar as exemplares virtudes ibero-americanas. Sobretudo os valores católicos dos lusos e dos espanhóis são destacados em oposição à maldade e à covardia dos holandeses. Diante do lustre e da constância dos católicos só restava aos hereges refugarem covardemente com uma pressa vergonhosa:

³⁰ **BOUZA**, op. cit., p. 107-108.

³¹ **Idem**, p. 124-125.

³² **LOBO**, Francisco Rodrigues. *Corte na aldeia*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1990, p. 79-80.

³³ “Relacion de la vitoria que alcanzaron las armas catolicas en la Baña de Todos Santos, contra Olandeses, que fueron a sitiar aquella Praça, en 14 de junio de 1638. Siendo Governador del Estado del Brasil Pedro de Silva”. In: **MACHADO**. *Notícias Históricas e Militares da América*, op. cit., p. 153-158.

y el Conde de Nasao se resolvió a no detenerse un punto. Pudose a cavallo, y vergonçosamente se fue a embarcar, y toda su gente con tanta prisa, que dexaron en el quartel el pan en el horno coziendo...

Novamente, os neerlandeses são acusados de não agir honradamente:

por aver hecho el Conde de Nasao mala guerra, faltando con la palabra en no tener entregado los soldados del capitã Bedoya q tomò en el Forte de S. Bartolome, y aver tirado cõ valas venenosas.³⁴

Não obstante, segundo o autor, as virtudes encontravam-se impregnadas de tal forma no exército de resistência, que não havia espaço suficiente para relatá-las em uma breve relação. Mas certo seria que todos garantiam um nome imortal “quedando superflua toda alabança, quanto eterna la memória en el templo de la Fama de tan insigne vitoria”. A fama havia de ser um prêmio adequado e uma expectativa honrosa para o soldado ideal pensado naquele tempo.³⁵

Até mesmo os religiosos esperavam algo mais que recompensas celestiais. Ao que parece, desejavam fama pelo reconhecimento temporal e recompensas do poder régio. É isso o que denuncia uma publicação da Companhia de Jesus sob o título *Servicios que los religiosos de la Compañia de Iesus, hizieron a V. Mag. en el Brasil*, sem nome de autor ou qualquer referência sobre a publicação e com relatos até o ano de 1639. Contrariando o preceito bíblico de que o que a mão direita faz a esquerda não precisa saber, o autor inicia lembrando a antiguidade dos serviços prestados aos reis católicos desde a conquista das novas terras. Assim, relata os serviços da Companhia de Jesus em apoio à Restauração da Bahia em 1625 – com amparo espiritual à população, cedendo negros de suas lavouras e índios de sua "doutrina". Continua afirmando que em Pernambuco seus irmãos jesuítas imitaram esses exemplos e ainda participaram efetivamente de batalhas. Ou seja, excederam suas obrigações, quando dois padres:

se embarcaron en un navio que el dicho Governador embió con 200 soldados en socorro de la Baía, y en una pelea que traxeron con una nau Olandesa de mucha fuerça mostravan el gusto con que ofrecian sus vidas por servicio de Dios, y de V.

³⁴ **Idem**, p. 157-158.

³⁵ **Idem**, p. 158.

Magestad, pues la esponian a las balas con igual riesgo, desigual resistencia que los soldados, confessando, retirando, y socorriendo a los heridos.³⁶

Nesse relato em específico, a força do testemunho adquire relevo, e o foco principal parece pairar sobre a busca pela remuneração com mercês régias e menos numa perspectiva de *espelho de soldados*. Dessa forma, transcreve várias cartas que corroboram suas ambições. Em um trecho de uma missiva de D. Fadrique de Toledo Ossorio de 1625 ao rei Católico, há um elogio aos padres da Companhia, no qual se recomenda que lhes conceda honras e mercês por seus serviços na resistência, valendo-se dos braços ou das vozes,

peleão do con las manos de todos, porque lo que no podiam nuestros braços, lo suplia nuestra persuasion, y aliento. Discurriamos por los ingenios, y feligresias, predicando, y exortando a los vezinos a que no faltassem con sus personas, y haziendas, supliendo con ellas los socorros que no podia por entonces hazer a la providencia de V. M.³⁷

O autor continuou destacando várias participações de religiosos jesuítas em ocasiões de batalhas e em perigos, defendendo a fé católica e o domínio ibérico na América. Como testemunho de sua destacada participação na defesa de Salvador contra o ataque dos holandeses dirigidos por Nassau em 1638, a carta do bispo do Brasil D. Pedro da Silva y Sampayo expressa que o esforço feito era tamanho:

que lo puedo mal declarar aqui, y q por mas que diga me parece que se será menos de lo que en ellos he visto, y bien creo que demas de la paga que tendran de Dios nuestro Señor, que tambien su Magestad, tenendo noticia de lo sobredito se dará dellos por bien servido, y se lo mandará premiar.

De modo semelhante, o autor lançou mão do testemunho do governador conde de San Lorenzo, em carta ao rei em janeiro de 1639:

Aunque el zelo con que los religiosos de la Compañia sirvan a V. M. y al bien comun de sus vassallos en este Estado sea tan generalmente experimentado, las ocasiones q se ofrecieron en el tiempo fueron tan particulares, que me pareció devia representarlo à V. M. para mãdarles premiar.

³⁶ “Servicios que los religiosos de la Compañia de Iesus, hizieron a V. Mag. en el Brasil”. In: **MACHADO**. *Notícias Históricas e Militares da América*, op. cit., p. 159 e 160.

³⁷ **Idem**, p. 161.

Após descrever vários serviços, escreveu "igualaron a los soldados que mas se senalaron". Continua, destacando seu mérito para o bom sucesso dos combates e termina: "y assi será justo que en sus pretensiones les haga V. M. toda la merced que devemos esperar de su grandeza, que Dios nuestro Señor conserve."³⁸

Como mais um atributo de legitimidade, o autor se valeu ainda do provedor-mór Pedro Cadena Villasanti, cavaleiro de Avis, em sua certificação jurada de 18 de setembro de 1638, na qual expunha pormenorizadamente as contribuições e participações dos jesuítas naquele esforço de guerra, tanto no socorro espiritual quanto no secular. Outra certificação presente no texto é a do tenente general da artilharia Francisco Perez de Soto, cavaleiro de Santiago, também de setembro de 1638. Depois de descrever os serviços prestados pela Companhia de Jesus na ocasião, termina dizendo:

Por lo qual merecen los dichos Padres, y Casa, que Su Magestad le dè las gracias de tales demonstraciones, y trabajos, con las honras, y mercedes que acostumbra. Y juro a los Santos Evangelios ser verdad todo lo referido, por lo qual di esta, à peticion del Padre Francisco Manso, Procurador General del Reyno de Portugal en esta Corte. En 10 de setiembre de 638 años.³⁹

É patente o recurso utilizado pelos membros da Companhia de Jesus para conferir autoridade e aplinar o caminho a alguma sorte de mercê régia, lançando mão do testemunho de indivíduos insignes. Embora não o fossem, tais referências pareciam certidões de pedidos de mercês, como tratado no capítulo anterior:

Todo lo referido en este memorial consta de cartas y certificaciones juradas, de un Obispo, de tres Capitanes Generales, 4 Maestes de Câpo, muchos Capitanes de Infanteria, y otros oficiales mayores.

Por fim, apelava o autor do opúsculo:

La liberalidad de V. M. tan pudonorosa en el premiar, que qual ò qual servicio de otros Religiosos en esta guerra no ha podido passar sin honrarles con mercedes casi iguales a la grandeza de sus Reales manos, puede ya darse por satisfecha con los particulares de nuestra Religion, pues tiene premiado abundantemente a todos los que sirvieron con la gloria de aver servido supliendo los que quedan vivos do que padecieron menos con la pena de una santa embidia de 11 Padres que de 22 que llevaron cautivos los rebeldes murieron a fuerça de los malos tratamientos que

³⁸ **Idem**, p. 164.

³⁹ **Idem**, p. 165.

les dieron, irritados quiza de la libertad de su Predicacion Evangelica, y fidelidad que ellos valdonavan por servidumbre fatal a la Catolica Corona de V. M.⁴⁰

Interessante notar um “protagonismo coletivo” nessa obra, uma vez que não encontramos nomes particulares nos relatos, mas sim o destaque de uma instituição religiosa. Fica ainda a questão da utilização do discurso do poder para pressionar o próprio poder. Ou seja, a justiça inerente à pessoa real e sua liberalidade ao remunerar serviços de fidelidade, ao mesmo tempo que estimulava as ações de seus vassalos e possibilitava o governo de tão largo território, servia também ao discurso dos combatentes para requererem mercês. Além disso, quanto mais não poderiam esperar os jesuítas do rei Católico, na medida em que lutavam por sua coroa contra o inimigo herege?⁴¹

Ecoss nos dois lados do Atlântico

Mudanças políticas também exerciam influência na composição dos opúsculos. Após a Restauração portuguesa em 1640, os espanhóis se juntavam aos neerlandeses como grandes inimigos e tiranos na ótica lusitana. Mas a questão era mais complexa. Em um folheto de 1646, constituído basicamente da compilação de algumas cartas, é possível sentir o clima delicado vivido naquele tempo: de guerra contra os espanhóis nas fronteiras européias, de trégua volátil com os neerlandeses e, nos primeiros momentos, da revolta dos luso-brasileiros de Pernambuco contra o domínio batavo. Na carta escrita em Arraial do Bom Jesus em Pernambuco, a 3 de setembro de 1646, Martim Soares e André Vidal de Negreiros comunicavam – ao que tudo indica, ao governador – o problema de cumprir a ordem de retirada para a Bahia devido às dificuldades de mantimentos, sobretudo à negativa do povo influenciado por João Fernandes Vieira – que viria a se tornar um dos grandes nomes da Restauração pernambucana, destaque em vários folhetos sobre as principais batalhas, como veremos adiante. Segundo o conteúdo da missiva, o povo mostrava grande ânimo para resistir, ou destruir tudo para que os holandeses nada aproveitassem. O autor da carta chega a questionar a lealdade do povo local, alegando que:

⁴⁰ *Idem*, p. 166-168.

⁴¹ Uma questão instigante é o tom contraditório se considerarmos a inimizade entre a Companhia de Jesus e os reis de Espanha presente na parenética do período. Cf. a este respeito **MARQUES**, João Francisco. *A parenética portuguesa e a Restauração (1640-1668)*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, 2 v.

com isto tem chegado ao que representamos a V. S. he muito para considerar que desta gente não ha que esperar o reduzir a Olanda, nem deixar de o fazer a Castela, ou França qual primeiro lhe quiser acudir; & que se isto lhe faltar temos por indubitavel que façao o mesmo que os da Paraiba, Eguayana, e que para sempre fiquem perdidas de todo estas praças, guarde Deos a V. S. muitos annos.⁴²

Ao que segue uma carta de João Fernandes Vieira para Antonio Telles da Silva governador do Brasil, escrita em Pernambuco, a 2 de dezembro de 1646, na qual J. F. Vieira expunha ao governador suas intenções de conservar a liberdade de um povo que se negava à tirania dos holandeses e que vinha aguardando o socorro do governador ou do rei de Portugal. Pois “o povo” – disposto a lutar contra o invasor – padecia de grandes privações. Conforme o autor, receberam no lugar do socorro ordens para se retirar para a Bahia. Fernandes Vieira escreveu que estavam os da terra a ponto de recorrerem ao apoio de outros príncipes católicos contra o inimigo herege. João Fernandes tentaria dissuadi-los da idéia, mas não poderia ser responsabilizado se os de Pernambuco assim o fizessem. Ou seja, ele procurava defender sua inocência e atestar sua lealdade ao rei de Portugal. No mesmo folheto, encontramos uma *Copia da Carta que os Ministros da Companhia Governadores no Recife de Pernambuco Eescreveraon a os Mestres de Campo Governadores da quela Capitania de pois de ser chegado a Sigismondo*. No documento, apresenta-se a proposta de sujeição dos rebelados à obediência, provavelmente devido ao cumprimento do tratado de paz entre Portugal e Holanda. A divulgação desse delicado contexto político poderia servir para confirmar lideranças e lealdades, bem como para o governo pretextar, frente às Províncias Unidas, a condenação e providências do reino de Portugal sobre os rebeldes da capitania de Pernambuco, aos quais não apoiava em respeito à trégua firmada. Bem sabemos que Portugal não se achava em condições de abrir mais uma frente de batalha na Europa, ainda mais se tratando da poderosa Holanda. O representante português em Haia, Sousa Coutinho, apressava-se em garantir aos Estados Gerais que João Fernandes Vieira e seus seguidores foram considerados traidores pelo rei português.⁴³

⁴² “Successo della Guerra de Portugueses Levantados em Pernambuco Contra Olandeses, como por Carta del Mastro de Campo Martino Soarez, Et Andrea Vidal de Negreiros, por Antonio Telles de Silva. El Anno 1646”. In: **MACHADO**. *Notícias históricas e militares da América*, op. cit., p. 220.

⁴³ **BOXER**, op. cit., p. 249.

Embora privilegiemos a questão da construção da imagem do herói nos relatos produzidos no período, bem como o interesse por alcançar mercês e honra, são indubitáveis as múltiplas funções que tais escritos poderiam exercer. Entre essas destaca-se a finalidade política. Nesse sentido, a própria definição de quem é o inimigo – ora o holandês, ora o espanhol – torna-se demonstrativa dessa face.

Este postulado se percebe em uma extensa carta transcrita por João Borges de Escobar – escrivão da ouvidoria geral do Estado – com cópias para o secretário de Estado, capitão Bernardo Vieira Ravasco, e para representantes dos Estados Gerais das Províncias Unidas, em 7 de outubro de 1646.⁴⁴ Nessa carta, temos um relato sobre a tentativa de demover os rebeldes de Pernambuco por parte do governo português no Brasil e a negativa destes em obedecer, bem como a demonstração de suas força e resolução. Um trecho interessante fala sobre as motivações para a sublevação:

e se retiraron a estar todos incorporados com tanta resoluciaon, que dizem, que on han de morrer, on se han de ver livres de todo, & que hagora mostravaon em como elles se naon levantavaon por dividas, pois largavaon muito mais do que deviaon se naon per los muitos agravios, e tiranias que les haviaon feito, e que quando Deos os naon ajudasse, como confiavaon, haviaon fazer o mesmo a todas as mais Capitaniaas.

Aqui nos interessa também a retórica do discurso, certamente enobrecendo os motivos da revolta.⁴⁵

Sobre esse tema, Charles Boxer chega a especular sobre uma remota chance do novo rei de Portugal ter fomentado a revolta contra o domínio batavo, em sigilo absoluto e sem registros escritos. Todavia, ele próprio reconhece ser isso pouco provável, dado o perfil do monarca lusitano. Ao que parece, quando o rei soube do início da revolta em Pernambuco, sua reação foi de inação e negação, pois não queria se comprometer frente ao governo das Províncias Unidas. Ele não estava disposto a ajudá-la ou consenti-la, a menos que os

⁴⁴ Sobre Bernardo Vieira Ravasco ver: **PUNTONI**, Pedro. “Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII”. In: **BICALHO**, Maria Fernanda e **FERLINI**, Vera Lúcia Amaral.(orgs.). *Modos de governar. Idéias e práticas políticas no império português – séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 157-178.

⁴⁵ “Successo della Guerra de Portugueses Levantados em Pernambuco Contra Olandeses, como por Carta del Mastro de Campo Martino Soarez, Et Andrea Vidal de Negreiros, por Antonio Telles de Silva. El Anno 1646”. In: **MACHADO**. *Notícias Históricas e Militares da América*, op. cit., p. 227.

revoltosos mostrassem resultados definitivos, expulsando os holandeses de uma vez por todas.⁴⁶

A retórica cumpria um importante papel. Dessa forma, ao se apresentar os serviços, era importante fazê-lo de forma especial, o que chama atenção para uma “retórica da guerra”. Nos folhetos publicados como notícias ou relações da guerra de Restauração pernambucana, as descrições são as mais vivas possíveis. A intenção parece ser conduzir o leitor até a aventura relatada, ainda que o autor negue a possibilidade de lograr êxito nesse jogo, indicando aquilo que Alcir Pécora chama *humildade afetada*.⁴⁷

Lembramos mais uma vez o contexto cultural. Segundo José Antonio Maravall, a cultura do barroco se caracterizava por procurar comover e impressionar, intervindo diretamente sobre os atributos de paixão e causando um impacto imediato. Para conquistar os corações e as mentes, fazia-se necessário afetar diretamente o homem e seduzi-lo, atraindo-o para a causa desejada. De acordo com Maravall, essa função de “manipulación de opiniones y sentimientos sobre amplios públicos” impõe algumas vezes sobre o barroco a aparência de vulgar e até mesmo “feio”, mas por outro lado vestido de pompa e esplendor. A cultura barroca se caracterizava por irradiar-se dos grandes centros para as periferias. Dessa maneira, aspectos culturais vindos de Lisboa, por exemplo, seriam sentidos na América portuguesa, determinando algumas condutas sociais.⁴⁸

Como exemplo desse “jogo”, escreve o autor da *Relacion de la victoria que los portugueses de Pernambuco alcançaron de los de la Compañia del Brasil en los Garerapes...*:

Las acciones grandes son màs para admiradas que para repetidas; porque aquello que tienen de mayores, haze que no puedan refirirse como ellas son. Es difícil escribir el ingenio con la pluma, lo que el valor obra con las armas: una forma sus caracteres con la tinta, y otras los imprime con la sangre. Pero esta dificultad, no es poderosa, para que la verdad, como alma de los sucessos, dexé de publicar lo obrado, ya para el exemplo, ya para el aplauso, pues tâto, y aun más, nos incitan las historias presentes, que las passadas. Tienen estas de vividoras, lo que aquellas de espantosas: y seria offender la memoria de tan gloriosos hechos, si el recelo de

⁴⁶ BOXER, op. cit., p. 226 e 248.

⁴⁷ PÉCORÁ, Alcir & SCHWARTZ, Stuart B. (orgs.). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a Afonso Furtado de Juan Lopes Sierra (Bahia 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 47-65. Cf. também PÉCORÁ, *Máquina de gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001.

⁴⁸ MARAVALL, José Antonio. *La cultura del Barroco – análisis de una estructura histórica*. Barcelona: Editora Ariel, 1986, p. 164, 170-174 e 200.

no ser igual lo escrito a lo obrado, los dexasse sepultados en eterno olvido.⁴⁹

Essas primeiras linhas do folheto são consoantes ao estilo de narrativa percebida nas obras analisadas no primeiro capítulo. Castiglione, Lobo, Couto e Gracián lançam mão da “modéstia” logo no início de suas obras, buscando promover o exposto.

Nesse folheto, a narrativa acentua principalmente a ação dos soldados lusos que, com sua bravura, vencem os inimigos ainda que estes estejam em número exacerbadamente maior. A busca por uma interatividade com o leitor leva o autor a conjugar os aspectos trágico-emotivo e triunfal em seu texto.

O exagero sem dúvida fazia parte dos folhetos e remontava a uma tradição bastante antiga. Muitos escritos eram produzidos para exaltar figuras do passado que, de forma idealizada, serviam de exemplo aos leitores (a história *mestra da vida*). Mas não somente. De acordo com princípios e valores dominantes no âmbito nobiliárquico, personalidades vivas ou mortas recentemente também tinham seus feitos divulgados. Assim, a guerra funcionava como cenário perfeito e usual para a valorização social das capacidades – geralmente aumentadas – e das ações de determinados indivíduos, na construção de suas memórias-histórias, naquele tempo indissociáveis.

Longe de tecer considerações profundas sobre estilos literários e suas inflexões teóricas – não é o objetivo deste trabalho e tampouco somos capacitados para tal – cabe pontuar algumas impressões. Dessa forma, como mencionado em capítulo anterior, *O cortesão* de Castiglione seria uma referência fundamental. Lembrando os comentários de Alcir Pécora, nessa obra *armas e letras* funcionam como um núcleo gravitacional que congrega as prerrogativas nobres da violência e da tradição letrada. Pressupõe também um modelo de virtude. Determina a perenidade da glória militar na formulação idealizada do discurso, que trata as coisas não como foram, mas como deveriam ter sido. O elogio não trata o feito como ele de fato foi, mas como um modelo de virtude que deve ser admirado e emulado por quem o lê ou escuta.⁵⁰

Por outra ótica, temos percebido outros interesses de ordem mais pragmática. Ao tratar do testamento de Antonio Telles da Silva, governador-geral do Brasil entre 1642 e

⁴⁹ “Relacion de la victoria que los portugueses de Pernambuco alcanzaron de los de la Compañía del Brasil en los Garerapes. 19 de febrero de 1649. Traducida del Aleman, publicada en Viena de Austria año 1649” In: **MACHADO**. *Notícias Históricas e Militares da América*, op. cit., p. 238.

⁵⁰ **CASTIGLIONE**, op.cit.

1647, Carlos Ziller Camenietzki, embora trabalhe com um corpo documental de natureza distinta, tece uma interessante reflexão que pode ser aplicada ao nosso estudo. Escreve o autor:

Para além do interesse óbvio em fazer os fatos se voltarem a seu próprio favor, alguém que pensa em legar, após sua morte, suas conquistas materiais e simbólicas a parentes e amigos, não deixa de expressar um desejo de influenciar o futuro. Assegurar boa vida a seus entes queridos é fazer-se presente ainda que morto e, dessa forma, condicionar o futuro.⁵¹

Considerando que um testamento seria normalmente lido após a morte daquele que o promove, e em caráter particular, enquanto os folhetos tendiam a serem *publicizados* com seus protagonistas vivos, há aqui algumas semelhanças. A principal delas seria o interesse em interferir no futuro, promovendo uma versão dos acontecimentos capaz de proteger seus interesses e legitimar seu legado.

Uma outra aproximação entre esses documentos seria pautada pela ocasião para se registrar o anseio por mercês régias. O governador-geral aproveitava-se para pedir aos seus testamenteiros que solicitassem junto ao rei, como remuneração aos serviços que prestava, que a *tença* que possuía em Lamego de cento e trinta e cinco mil réis se repartisse entre suas cinco irmãs freiras. Como vimos, nos folhetos analisados é comum encontrarmos defesas de direito às mercês contidas nos próprios relatos, fazendo uma íntima ponte entre as experiências e as expectativas.⁵²

Assim, para o sucesso da narrativa, o discurso da memória, convertido em testemunho, tem a ambição da autodefesa: almeja convencer o interlocutor presente e garantir para si uma posição no futuro. Em nosso caso, a proliferação de detalhes em uma narrativa funciona como elemento que corrobora a verdade da memória. A autoridade do testemunho se pauta pelo fato do narrador ter *visto com seus próprios olhos*. Sendo assim, em um testemunho os detalhes não devem soar falsos, porque o efeito de verdade depende deles; inclusive da sua aglomeração e repetição.⁵³

⁵¹ CAMENIETZKI, Carlos Ziller. “A herança do guerreiro: ensaio histórico a propósito de um testamento”, In: KARNAL, Leandro e FREITAS NETO, José Alves de (orgs.). *A escrita da memória*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2004, p. 203-223.

⁵² *Idem*, p. 216.

⁵³ SARLO. *op. cit.*, p. 68 e 70.

Visões da vitória final

Em um folheto que trata da vitória alcançada pelos portugueses na batalha dos Guararapes, o autor declara sua intenção de contar, sem afetos, a verdade dos fatos ocorridos para tornar conhecido o heroísmo daqueles portugueses, uma vez que o publicado pelos inimigos oculta a grandeza daqueles acontecimentos. Há uma “guerra de papéis” que corresponde a uma disputa por versões do mesmo evento. O atributo de “verdade” seria a base do relato.⁵⁴

Essas narrativas testemunhais se encaixam naquilo que Sarlo chama de “realista-romântico”, uma vez que guardam em si um caráter teleológico. Essas histórias possuem um sentido definido de antemão que fará com que todos os detalhes se acomodem nessa direção ao longo da narrativa. Ou seja, os relatos de memórias funcionam como verdadeiras estratégias que se encaixam como luvas nas ambições de seus promotores.⁵⁵

Neste folheto há uma linguagem *grandeloquente*, digna de uma epopéia, narrando uma vitória quase milagrosa, associando um ar *providencialista* ao fato, revestindo-o de caráter religioso (como não poderia deixar de ser, pois o inimigo é herege). As virtudes religiosas e a causa justa da peleja são fundamentais perante as enormes vantagens numérica e de armas dos inimigos. Assim, o autor conta a decisão de ataque tomada pelo coronel van den Brinck, dos holandeses, arregimentando cerca de 4000 soldados, entre os quais marinheiros, negros e índios (estes regidos por Pedro Poty). Mesmo contra o conselho do general Sigismund von Schoppe, o coronel Brinck decidiu levar à frente o ataque, pois tinha informações de que os portugueses contavam com cerca de 2000 soldados apenas e

⁵⁴ “Relacion de la victoria que los portugueses de Pernambuco alcanzaron de los de la Compañía del Brasil en los Garerapes. 19 de febrero de 1649. Traducida del Aleman, publicada en Viena de Austria año 1649” In: **MACHADO**. *Notícias históricas e militares da América*, op. cit., p. 237-242. Boxer alude a esta “guerra de papéis” no período moderno ao comentar publicações patrocinadas por Sousa Coutinho em Haia, devidamente camufladas com impressores fictícios, denunciando os abusos da Companhia das Índias Ocidentais em Pernambuco com traduções para o holandês de manifestos lançados pelos insurretos de 1645, explicando os motivos da revolta e pedindo apoio do rei D. João IV, mostrando assim que o monarca não tomara parte do levante. **BOXER**, op. cit., p. 250.

⁵⁵ Diz a autora: “el testimonio puede permitirse la anacronía, ya que se compone con lo que un sujeto se permite o puede recordar, lo que olvida, lo que calla intencionalmente, lo que modifica, lo que inventa, lo que transfiere de un tono o género a otro, lo que sus instrumentos culturales le permiten captar del pasado, lo que sus ideas actuales le indican que debe ser enfatizado en función de una acción política o moral en el presente, lo que utiliza como dispositivo retórico para argumentar, para atacar o defenderse, lo que conoce por experiencia y lo que conoce por los medios, que se confunde, después de un tiempo, con su experiencia, etcétera, etcétera.” **SARLO**, op. cit., p. 74 e 80.

padeciam de fome. Todavia, informado de que os inimigos saíam do Recife para atacá-los, o mestre de campo general Francisco Barreto preparou seus soldados portugueses dos terços dos mestres de campo André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira e Francisco de Figueiroa, além de 600 índios e negros "del capitan mor" Filipe Camarão e "del Governador" Henrique Dias, com mais duas companhias de cavalos, das quais eram capitães Antonio de Silva e Manuel de Araújo de Miranda. Nesse ponto é elevada a figura exemplar pelas virtudes do bom ânimo, de coragem e de prudência. Ao narrar a batalha, o autor engrandecia o comando tático, a liderança virtuosa de Francisco Barreto e a atuação brava dos principais líderes. Sobre Francisco Barreto escrevia mais adiante:

Del Maeste de Campo General Francisco Barreto, basta dezirse que se le deve la mayor parte desta victoria, pues de su acertada disposicion, valor, y diligencia, resultò el alcãçarse tan gloriosamente, sin querer empeñarse con el enemigo, hasta que dexó aquel eminente puesto q tenia ocupado.⁵⁶

Ainda segundo o autor, o resultado do confronto foi avassalador. Os holandeses perderam mais de 2500 homens, entre mortos e presos, com quase todos os oficiais de seu exército. Nessa ocasião os frutos foram especialmente saborosos:

el Coronel Brinch, que los governava, dos Maestes de Campo, el Almirande de la Armada, que se avia querido hallar en la batalla, con otros muchos capitanes de navios, y oficiales de la artilleria. Prisioneros 110 en que entran algunos Cabos, y entre ellos el Regidor Pedro Poty, que hizo la victoria màs gustosa, por se aquel indio el que màs daños hazia a los Portugueses en la campaña; y se escapó uno de lo del Supremo Consejo de la Compañia del Brasil llamado Vangor.⁵⁷

Já entre os luso-brasileiros, mesmo em desvantagem numérica, as perdas foram diminutas. O autor comunica com grande lamento que morreram o capitão de cavalos Manuel de Arahujo de Miranda e o sargento-mór Paulo de Acuña Sotomayor, além de mais quarenta e cinco soldados. Ficaram feridos cerca de duzentos combatentes lusos, entre eles o governador Henrique Dias e dez oficiais menores. Continua o autor:

⁵⁶ “Relacion de la victoria que los portugueses de Pernambuco alcançaron de los de la Compañia del Brasil en los Garerapes. 19 de febrero de 1649. Traducida del Aleman, publicada en Viena de Austria año 1649” In: **MACHADO**. *Notícias históricas e militares da América*, op. cit., p. 242.

⁵⁷ **Idem**, p. 241.

tambien los Maestres de Campo Andres Vidal de Negreiros, y Iuan Fernandes Vieira, salieron cõ las señales de dos balas, no sin particular favor del cielo, pues parece respetaron el zelo con que se emplean a tantos años en la defensa de aquellos miserables moradores, contra las tiranias, que los de la Compañia usavan con ellos.⁵⁸

Segundo os levantamentos de Boxer, o resultado da primeira batalha dos Guararapes foi da parte dos holandeses: 500 mortos (inclusive 48 oficiais), com 556 feridos (inclusive 30 oficiais). Além de muitos equipamentos, armas, munições, bandeiras e uma peça de artilharia de campo, abandonada por estes. Do lado dos portugueses não se admite mais que 80 combatentes mortos (contando com os da batalha do dia anterior), além de 400 feridos, segundo ele, cifras muito desproporcionais que geram suspeitas. Todavia, a vitória teria sido portuguesa sem dúvida. Os exageros e as fantasias, nas certidões de serviços, denunciados por Diogo do Couto, em nosso segundo capítulo, parece que, também, contagiavam outras formas de narrativas, como neste relato.

Boxer alega que houve desleixo por parte de alguns soldados holandeses nessa batalha, que não combateram devidamente, em protesto, pelo fato de só os oficiais terem recebido os soldos atrasados.⁵⁹ Tal fato, provavelmente, não era do conhecimento dos lusitanos. De qualquer forma, os soldos deles também não eram pagos. Todavia, mesmo que soubessem, é certo que não constaria na relação para que o valor dos portugueses não fosse prejudicado.

De volta ao folheto, é interessante notar que ainda outros indivíduos têm seus feitos postos em relevo. Esse é o caso do tenente general Felipe Bandeira de Melo:

pues aviendo distribuido las ordenes necessarias para el combate, se mezclò con los enemigos, hizo sentir a muchos con su espada, lo que en otras ocasiones avian experimentado.

Também é o caso dos sargentos-mores Antonio Dias Cardoso e Hieronimo de Hinojosa, citados nominalmente e, como heróis anônimos, “los demais capitães, y soldados, (que) obraron con tantoa resolucion, y orden, que sobra para su gloria el aver salido victoriosos, dando mucho que embidiar a todos”.

⁵⁸ **Idem**, p. 241-242.

⁵⁹ **BOXER**, op. cit., p. 276-277.

Entre os créditos pela vitória, atribuídos pelo autor, também há espaço para clérigos como os reverendos padres frei Matheus de S. Francisco, administrador geral daquele exército e Francisco de Avelar da Companhia de Jesus, que “acudieron a todos los ejercicios Christianos, alentando a los soldados con su doctrina, confessando a los que en ella murieron, y curando a los heridos con raro exemplo de piedad, y devoción”.

Como vimos no documento anterior, os jesuítas não se aborreciam em ter seus nomes vinculados em relações de feitos militares, pois também aspiravam por recompensas régias. O mesmo papel é atribuído ao licenciado Domingos Vieira de Lima, vigário geral daquela Capitania:

por su persona, y por la de algunos Sacerdotes que embiò en esta ocasion, exponiendo el Sanctissimo Sacramento, sinco dias antes de la batalla, y tres dias continuos, despues della, todo a su costa, y del Clero, para implorar el favor divino, y en hazimiento de gracias por tan felice sucesso.⁶⁰

Quanto à referida “guerra de papéis”, há uma nota interessante fechando o relato, que bem retrata a disputa entre versões do mesmo fato:

La Relacion impressa en Olanda, dize perdieron 151 oficiales, y más de mil soldados entre muertos, y presos, pero las cartas escritas del Recife a estos Paizes, repiten lo referido; y aunque digan, para diminuir en parte, la gloria que los Portugueses consiguieron, fue en una emboscada, y no en batalla reñida, no dexan todos de confessar, quedaron desbaratados, con tan señalada perdida.

No último parágrafo, o texto expressa que a Companhia das Índias Ocidentais não pode esperar muito desta guerra, pois em espaço de dez meses perdeu duas tão célebres batalhas (Guararapes) com perda de mais de 5000 soldados, com seus melhores homens e mais experientes cabos.⁶¹

Em um opúsculo do mesmo período, dessa vez tratando da armada enviada pela Companhia Geral do Comércio, o autor advoga a autoridade e a imparcialidade de sua relação, escrita, segundo ele, com base nas cartas dos cabos das esquadras conferidas com as dos particulares, para dessa forma ficar isenta de suspeitas. Conforme se compromete:

⁶⁰ “Relacion de la victoria que los portugueses de Pernambuco alcanzaron de los de la Compañía del Brasil en los Garerapes. 19 de febrero de 1649. Traducida del Aleman, publicada en Viena de Austria año 1649” In: **MACHADO**. *Notícias históricas e militares da América*, op. cit., p. 242.

⁶¹ **Idem**, p. 241.

nosso animo não se dedica ao louvor, ou vituperio; & sò pretende fazer ao mundo hum convite da verdade, igualmente distante d'aquelles dous extremos, Amor, & Odio, corrompedores de toda a igualdade, quer falada, quer escrita.

Todavia, sua introdução não escapa aos “amores” presentes nos elogios ao conde de Castelo Melhor, que comandava a dita força. Além dos louvores ao conde, descreve a viagem da esquadra até chegarem à costa de Pernambuco, deparando-se com as forças holandesas.⁶²

Já pelo litoral da América portuguesa, a “armada” travaria combate com os navios holandeses, após manter contato com o general Francisco Barreto. As batalhas são narradas pormenorizadamente, sempre acompanhadas por um tom apoteótico:

donde tornando ao outro dia 24 de fevereiro com quatro naos de sua conserva, se começou entre ellas, & a nossa, hum profioso combate, que nem por ser entre tão desigual partido, parecia desigual; porque o valor dos Portuguezes supria bem a falta do numero, & os igualava assi com seus inimigos.

Novamente, a atuação heróica é proclamada à maneira de Davi contra Golias.⁶³ Nesse contexto, cabe ao autor destacar a coragem e mais virtudes dos soldados do rei, tanto em terra quanto em mar, bem como ressaltar os méritos do céu e do governo lusitano. Afinal, o socorro por mar era desesperadamente aguardado, e os luso-brasileiros esperavam que fosse aquela a “armada” almejada, “trazendolhe a casa o remedio de suas miserias, que por falta dos mantimentos que do Reyno se transferem àquellas partes, estão já nos ultimos apertos”. Enviaram à embarcação como representante ao conde, o tenente de mestre de

⁶² “Relaçam dos sucessos da Armada, que a Companhia geral do Comercio expedio ao Estado do Brasil o anno passado de 1649 de que foi Capitão General o Conde de Castelmelhor”. In: **MACHADO**. *Notícias históricas e militares da América*, op. cit., p. 243. **BOXER**, op. cit., p. 317.

⁶³ No mar, o herói: "Nada teve que envejar a este acontecimento o Capitão Bernardo Ramires Esquivel, q aquelle dia não desmereceo o nome de Bernardo, tão celebre por venturoso, entre as memorias de Hespanha. Acharase em 21 de Fevereiro defronte da Candelaria entre o Cabo, & o Arrecife, donde visto de nove navios inimigos (que era como parece toda aquela esquadra) o investirão sem que elle pudesse ser socorrido de algum dos nossos por andar neste dia apartado da frota. Procedeo a batalha, dando, & recebendo cargas, com que se acabou o dia; mas no segundo ainda q cõ menos dous navios, que do primeiro combate se recolherão maltratados, foy mayor o paerto tocando os cõtrarios, varias vezes a abalroar. O que vendo o Mestre de Campo General Francisco Barreto fez avizo ao Capitão de que se salvasse em terra, donde esperava defendello. Porem elle sem perder parte do brio, nem da esperança, lhe respondeo: Era no mar mais contingente a perdição; & que na terra temia se arriscasse o credito por escapar a vida.". “Relaçam dos sucessos da Armada, que a Companhia geral do Comercio expedio ao Estado do Brasil o anno passado de 1649 de que foi Capitão General o Conde de Castelmelhor”. In: **MACHADO**. *Notícias históricas e militares da América*, op. cit., p. 248.

campo general Felipe Bandeira de Mello, para inteirá-lo das expectativas daquela população e “quanto seria provavel entrarem os moradores, & soldados em huma desesperação, se acaso vissem lhes passava pela porta o remedio, deixandoos necessitados”.

O problema era que o conde não tinha por ordens prestar o socorro sonhado. Todavia, o herói repleto de clemência cristã, prudência, piedade, caridade e liberalidade, jamais poderia deixar de se comover e agir pelo bem comum. Assim:

quiz tomar sobre si o risco da repreensão, & o dano a que expunha sua fazenda, distribuindo grande cantidade de generos de que consta o cabedal da Companhia quando ella desaprovasse aquella acção, antes que deixar perecer aquelle povo Portuguez, posto que quasi segregado do mais corpo da Lusitana Monarquia. De cuja resolução avizada a terra, são indizíveis as demonstraçoens que por toda ella se fizerão de contentamento, louvando a Deos, a Sua Magestade, a Companhia, & ao Conde, pela merced que o Senhor lhe fizera socorrendoos com os meios de sua vida, & redenção.⁶⁴

Nesses relatos, a conduta dos comandantes, governadores e capitães era, geralmente, oposta àquela denunciada por Diogo do Couto nas possessões lusitanas no Oriente. Via de regra, os comandantes eram pautados no bom governo, na clemência e no serviço ao rei. Suas condutas são exemplares e estão mais próximas do homem desenhado por Castiglione.

Em tom triunfante, o autor termina o relato comprometendo-se a continuar relatando os acontecimentos, conforme cheguem até ele notícias, para que todo o mundo saiba o “quanto importa a presença de hum Rey natural, & a união da sustancia da Republica, tudo assaz expresso nas acções de Sua Magestade & da Companhia geral”. A monarquia restaurada e suas providências surgem como confiança do final feliz para aquela calamitosa situação. Não por acaso, o trecho final faz clara alusão à política de remuneração e serviços pelas mercês como incentivo.⁶⁵

O serviço prestado pela “armada” do conde de Castelo Melhor foi principalmente de socorro material. Porém, mais tarde, um outro opúsculo teria por tema a chegada de outra armada da Companhia, em dezembro de 1653, tendo por general Pedro Iagues de Magalhães e como almirante Francisco de Brito Freire. Agora, ao tratar do processo de expulsão dos holandeses, os holofotes para a organização da Restauração voltavam-se para o mestre de campo general Francisco Barreto, que chamava a conselho os dois supracitados

⁶⁴ **Idem**, p. 249-250.

⁶⁵ **Idem**, p. 250.

da esquadra, além dos mestres de campo João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros e Francisco de Figueiroa.

No conselho, segundo o relato, Francisco Barreto diria que a ocasião que se apresentava era perfeita, e que Deus a havia preparado – o argumento religioso providencialista aparece a todo momento. Por um lado, os inimigos se encontravam – ainda que em grande número, com mantimentos e munições suficientes (pois não cabia desmerecer o inimigo e diminuir o valor da vitória), reduzidos às suas fortificações, e desanimados por não avançarem em sua posição e, sem esperança de recobrar terreno devido às últimas derrotas sofridas, além de cansados e descontentes da guerra.⁶⁶ Mas, os luso-brasileiros se encontravam animados pelos recentes resultados e ansiosos para por fim à guerra. Nas palavras do autor:

principalmente conhecendo q a gente da terra, cāsada, diminuida, & cõsumida cõ guerra de tãtos ãnos, começada, & sustentada à sua própria custa, sem socorros do Reyno, que se lhe negavaõ por nam dar aos Olandeses ocassiaõ de mayores quebras, nam podia suportar os tributos que pagava, nem sustentar a guerra por mais tempo, sendo a necessidade dos inimigos, & a necessidade dos nossos mayor motivo pera nam perder a occasiaõ que o tempo com qualquer alteraçãõ de huma, & de outra parte, podia mudar facilmente.⁶⁷

Sendo assim, a armada lusa poderia impedir o socorro do mar, enquanto o exército por terra os forçaria à capitulação e ao abandono do Brasil. Não resta dúvida de que com essas deliberações, Francisco Barreto mostrava muitas virtudes de um soldado exemplar, um espelho de valores. Com prudência e conhecimento, percebia o momento exato de agir sem expor seus comandados a perigos inúteis, nem perder a melhor oportunidade. Com bom ânimo e coragem (capazes de alcançar a paz) animava a todos. Além disso, com piedade, caridade, amizade, reverência e concórdia, sentia que o povo passava por uma situação limite e que não a suportaria por muito mais tempo. Novamente, a liderança luso-brasileira se enquadrava no ideal de honra proposto, por exemplo, por Couto e Gracián.

⁶⁶ Depois de longas crises de abastecimento em junho de 1646, fevereiro de 1650 e agosto de 1652, com os armazéns praticamente vazios e a população do Recife faminta, agora o Brasil holandês havia recebido suprimentos, mas o ânimo para combater havia arrefecido. A maior parte dos soldados já estava servindo longe de casa por até três vezes mais que o tempo estabelecido, além dos soldos atrasados que estavam a ponto de provocar um motim generalizado. **BOXER**, op. cit., p. 337-338.

⁶⁷ “Breve relaçam dos ultimos successos da Guerra do Brasil, restitução da cidade Mauricia, Fortalezas do Recife de Pernambuco, & mais praças que os Olandeses occupavãõ naquelle Estado”. In: **MACHADO**. *Notícias históricas e militares da América*, op. cit., p. 251 - 252.

As diferentes versões para o mesmo fato nos apontam a perspectiva de construção de uma imagem. Na *História da Guerra de Pernambuco*, narrativa atribuída a Diogo Lopes de Santiago, não cabe a Francisco Barreto a iniciativa e preparativos. Nesse relato João Fernandes Vieira foi apresentado como autor do plano e provedor dos meios, para o ataque final contra o Recife holandês.⁶⁸

Foram contados cerca de 3500 soldados do lado dos luso-brasileiros. Os preparativos para a guerra duraram até 15 de janeiro de 1654, ano capital para a aventura dos valerosos vassallos. Novamente, conhecidos coadjuvantes se apresentavam na narrativa:

& por tocar a vanguarda neste dia ao Mestre de campo João Fernandes Vieira, o primeiro motor desta guerra, antes de começar a bateria, fez huma breve fala aos soldados, dizendo: ‘Companheiros, bem sabeis que o intento com que começamos esta guerra nam foi livrar de estranha sogeiçam a terra em que nacemos [lembre-mos de que João F. Vieira nasceu na Ilha da Madeira], nem a nós do cativeiro em que nos puseram nossos peccados, mas foi o nam nos deixarem viver nelle, com liberdade, & segurança em nossa Religião, extendendo ester tyranos a jurisdiçam, & vassallagem das pessoas ao senhorio das almas’.

Sim, ao menos em seu discurso, o endividado João Fernandes Vieira demonstra uma grande abnegação ao postar na religião a motivação para a revolta contra os batavos. Conforme proposto por Castiglione, os motivos que conduziam o homem insigne para a guerra deveriam ser a busca ou a defesa da honra, jamais meramente pecuniários. Com palavras persuasivas e desafiadoras dos brios católicos, Fernandes Vieira terminava seu discurso conclamando:

chegou amigos o tempo de consumarmos esta obra, acabemos por huma vez, ofereçamos as vidas a quem nolas deu; ditosos os que escaparem, mais ditosos os que morrerem: a elles, IESUS, que he o nome que demos ao nosso Exercito quando o levantamos, & he o que nos ha de livrar de seus, & de nossos inimigos, comecemos em seu nome.⁶⁹

Conforme o autor, logo que iniciados os combates, o discurso se tornou prática. Surgem assim os feitos heróicos de João F. Vieira e dos combatentes:

⁶⁸ **MELLO**, op. cit., p. 299-300.

⁶⁹ “Breve relaçam dos ultimos successos da Guerra do Brasil, restituição da cidade Mauricia, Fortalezas do Recife de Pernambuco, & mais praças que os Olandeses occupavão naquelle Estado”. In: **MACHADO**. *Notícias históricas e militares da América*, op. cit., p. 252.

enfadados de sua ousadia os Capitães do Terço do Mestre de campo João Fernandes Vieira, & o seu Sargento mór Antonio Dias Cardoso, sahirão a avançalo, & ferindo, & matando nelle, o obrigãrão a se retirar, largando parte dos refrescos que levava." Além da coragem, o favor divino também está do lado dos portugueses. Ao comentar as poucas baixas, afirma: "... & pareceo milagre nam ser mayor o dano, porque foraõ varejados os nossos da artilharia de nove Forças,⁷⁰

Porém, ao tratar do “herói exemplar” João Fernandes Vieira, Charles Boxer aponta o perfil escorregadio desse mulato natural da Ilha da Madeira, que havia acumulado grande fortuna após a invasão neerlandesa, pois em dezembro de 1642, Fernandes Vieira pedia entrevista com João Maurício de Nassau para se defender das acusações de conspirar contra o governo holandês de Pernambuco, pretendendo um movimento de restauração daquela capitania aos portugueses. Nessa ocasião, Vieira atestava sua lealdade aos batavos, que parecem ter aceitado suas justificativas. Ao mesmo tempo, articulava junto a André Vidal de Negreiros, representante do governador da Bahia, Antonio Teles da Silva (a quem Boxer atribui a iniciativa pioneira da idéia da revolta), a direção da insurreição dos moradores contra o domínio holandês.⁷¹

Figura controversa, Fernandes Vieira era alvo de queixas de holandeses, de judeus e até mesmo dos moradores portugueses, que chegaram a pedir ao governador-geral que o tirasse do comando da revolta, acusando Vieira de ter provocado a rebelião apenas por causa de seus interesses particulares, pois possuía grandes dívidas com os holandeses, e não por qualquer sentimento religioso ou de lealdade ao rei de Portugal. Além disso, acusavam-no de assassinatos, roubos e sedições, fazendo fortuna à custa do “sangue dos pobres” – ao contrário do que alegava, quando dizia sustentar a guerra de Restauração às suas próprias custas. Muitas vezes João F. Vieira, por sua posição e estratégias, precisava tomar decisões impopulares – como a queima de canaviais para prejudicar os holandeses – que alimentavam ainda mais seus detratores e, possivelmente, aumentava-lhes o número. Boxer afirma que, embora Fernandes Vieira tivesse muitos defeitos, entre esses não estava a covardia. Fica pelo menos a coragem.⁷²

⁷⁰ **Idem**, p. 253.

⁷¹ **BOXER**, op. cit., p. 227-229.

⁷² **Idem**, p. 236 e 254-255.

Para Gonsalves de Mello, a fé de Vieira seria algo sincero, chegando mesmo a classificá-lo como “católico fervoroso”. Segundo ele, a fé católica de Vieira teria sido o maior impedimento para que se tornasse um colaboracionista dos flamengos.⁷³

De todo o jeito, as fortalezas foram caindo uma após a outra, e os holandeses se rendiam frente ao ânimo dos soldados da terra. Segundo o autor do folheto, ante a resolução que os luso-brasileiros mostraram nos dois primeiros dias de confronto, os holandeses abandonaram os fortes mais afastados para reunir suas forças no Recife.

Nesse dia, juntou-se aos portugueses mais um personagem recorrente nos relatos heróicos, o mestre de campo Francisco de Figueiroa, que não participara do primeiro conselho em Olinda devido a uma enfermidade. A narrativa continua mostrando a grande astúcia e valentia dos efetivos pernambucanos, que avançavam sobre inimigos que, mesmo em suas fortificações, não conseguiam resistir e se rendiam. Após a conquista de importantes posições e estando já muito próximos das fortalezas do Recife, o general neerlandês, Segismund Schopp, tentou uma reação para desalojar os lusitanos de suas posições. Todavia, frustrou-se ante o contragolpe que recebeu, a ponto de ponderar junto ao seu conselho:

afirmando que os Portugueses nam pelejavaõ como homens mortaes, se naõ como quem nam estimava, ou cuidava que nam podia perder a vida; & que pelear comnosco [portugueses] em campanha era perderemse todos, & com elles a reputação dos Estados de Olanda; & q se tornasse à campanha, receava nam sò a morte dos que pudessem alcançar, mas que à volta dos que fugissem entrassem de tropa dentro em suas fortificações: caso em que nem a soldado, nem a morador dariaõ a vida; & q se isto lhes succedia sô com a gente que estava em terra, q seria se a da Armada a viesse socorrer?

Sem mais esperanças, o General holandês termina seu discurso com a melancólica afirmativa: "... não podiaõ esperar mais partido que sair com as vidas".⁷⁴ O elogio ganha uma força em legitimidade na medida em que os próprios inimigos o testemunham. Utiliza a “voz” do outro para garantir isenção.

A partir do dia 23 de janeiro, os holandeses enviaram aos portugueses a proposta para uma reunião com três representantes de cada lado para "tratar dos concertos". Ao cabo de

⁷³ MELLO, op. cit., p. 65-67.

⁷⁴ “Breve relação dos últimos sucessos...”. In: MACHADO. *Notícias históricas e militares da América*, op. cit., p. 259-260.

quatro dias os termos da capitulação foram assinados pelos oito “Deputados da Junta”, em nome de Francisco Barreto, depois enviada ao Recife, onde assinaram o "Presidente do governo Guatero Escolombrot, & mais Conselheiros, e pello General Segismundo Schop."

Os principais nomes do lado luso são louvados e honrados no relato, sendo referido que João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros e Francisco de Figueiroa fizeram as entradas para tomar posse do Recife depois de assinada a capitulação. Também os religiosos são elogiados e reconhecidos por sua importante participação, bem como as instituições, que são lembradas e fazem parte do repertório de louvores desse folheto. O autor engrandece a Igreja e o rei Bragança dizendo:

Neste dia de vinte sete de Ianeiro, tam glorioso pera a Sancta Igreja Romana, por se restituirem nelle a sua jurisdicção, & doutrina innumeravel quantidade de Igrejas, se desterrar a heregia de tam consideravel parte do mundo, se livrar o rebanho de Christo das garras do inimigo: tam glorioso pera a Magestade del Rey DOM IOAM o IV, nosso Senhor, por ver em seu tempo restituídas a sua Coroa as ricas terras que lhe ganhãrão seus Avòs, & lhe perdêrão os Reys intrusos no tempo de seu injusto governo. Vio a nação Portuguesa rendidos às Cruzes da Ordem de Christo, que ali trazem as nossas bandeiras, por ser aquella Conquista patrimonio desta Ordem Militar, os leoens das bandeiras de Olanda, que os de Castella nam puderaõ contrastar em tantos annos de guerra, & em tantas partes do mundo.

Os bons serviços que engrandecem a coroa lusa servem para provocar os espanhóis e animar os combatentes das fronteiras européias do reino, bem como promover a fé católica contra as doutrinas hereges dos reformistas em toda a Europa.⁷⁵

No relato, o cômputo final das batalhas mostra a honra e o favor de Deus aos lusitanos católicos:

Morrêrão dos nossos em todo o discurso da peleja vinte hum Portugueses, & foraõ vinte oito feridos: cousa maravilhosa, por o evidente perigo com que sempre andarão, & pelejarão na campanha por baixo das bocas de muita artilheria, que sem cessar disparavão de dia, & de noite, não avendo hum só soldado a que fizessem pavor, nem que procurasse desviar-se dellas.

Impressionante, não? Ainda mais quando reveladas as forças dos inimigos. Segundo o autor, encontravam-se no Recife e na cidade Maurícia mil e duzentos soldados pagos com seus oficiais, com duas companhias de negros e índios da terra, além de mais oitocentos moradores holandeses e índios que tomavam em armas. Acharam mais de quatrocentas

⁷⁵ **Idem**, p. 257-258.

peças de artilharia, a maior parte de bronze, mais de cinco mil armas e outros instrumentos de guerra, grande quantidade de pólvora e mantimentos para mais de um ano. Esses números relatados tornam-se importantes para aumentar a dimensão da vitória.⁷⁶

Não menos importante era divulgar o envio das notícias ao reino e a sua boa recepção. No mais, fica exposta a necessidade de se recuperar as igrejas e os dogmas católicos na região, atrapalhados por 24 anos de governo herege. Nesse momento, discute-se a questão da falta de clérigos devido à recusa do papado em reconhecer a independência de Portugal – problema diplomático que já durava quatorze anos e atrapalhava sobremaneira a vida religiosa lusitana.

Termina o folheto com o seguinte texto:

Esta he a verdadeira Relaçãõ do ultimo, & maior sucesso da guerra do Brasil, tam milagroso, como todos os com que Deos tem dado testemunho, de que he sua vontade conservar esta Coroa na pessoa, & sucção del Rey nosso Senhor.⁷⁷

Em outra publicação sobre o mesmo tema, trazendo os ecos da aclamação do monarca bragantino e a restauração da soberania portuguesa na região, algumas mudanças são percebidas na narrativa. Na *Relacion verdadera de la recuperacion de Pernambuco*, há um breve histórico da situação, narrando-se que, após dez anos de tomada da região pelos flamengos, subia ao trono português um monarca legítimo, restituindo a justiça contra o tirânico governo castelhano que ocasionara o atual estado de coisas. Conforme o autor, tal acontecimento havia animado os habitantes católicos do Brasil a iniciarem uma guerra contra os invasores hereges. Apesar da oposição do rei, que esperava conseguir a liberdade daquela província por meios pacíficos – dizia-se que o monarca lusitano acreditava que os holandeses só haviam invadido, por estarem aquelas terras sob domínio espanhol – os "brasilenses" decidiram manter a iniciativa:

Acordarón assin sustentar la guerra a su costa en medio dos desesperaciones: porque ni los confiava la opinion de que sirvian a su Rey, ni havia otro medio para conservar la Religion, i la vida, más que despreciar la muerte.

⁷⁶ **Idem**, p. 263.

⁷⁷ **Idem**, p. 265.

Assim, nesse folheto ressaltava-se a prudência, a liberalidade, a fidelidade e a religiosidade dos vassalos luso-brasileiros. A conduta exemplar desses guerreiros fazia com que defendessem os interesses do rei, mesmo contra a própria vontade deste. Desde a primeira metade do século XVI, Castiglione já apontava o serviço ao rei como uma das principais funções do homem de corte.⁷⁸

Conforme Boxer, há muito D. João IV vinha mandando pequenos e disfarçados socorros aos insurretos. O rei Bragança se via cada vez mais compelido a intervir no problema de Pernambuco, pois:

sem o açúcar do Brasil, não teria Portugal com que pagar os exércitos incumbidos de deter os espanhóis ao longo da fronteira; e, conseqüentemente, a perda do Brasil envolveria o desaparecimento de Portugal como nação independente.⁷⁹

De toda sorte, segundo o folheto iniciava-se a guerra sob este ânimo, prosseguindo até o ano de 1653. No seguinte, em 20 de janeiro, avistou-se uma grande armada da Companhia de Comércio. Era a oportunidade aguardada. Finalmente a constância desses soldados via-se premiada.⁸⁰

Tal oportunidade não havia de se perder, pois um herói de conduta exemplar possuía as virtudes esperadas para cumprir seu papel.

Era Francisco Barreto Maeste de campo general del Brasil, i Governador de Pernambuco, tan valiente soldado, como prudente Capitã, que como leon, i caudillo de leones havia bien provado sua valor, i su prudencia en el discurso de los sucessos passados.

É perceptível neste folheto o exemplo de Francisco Barreto de Meneses. O mestre de campo general era filho de um português com uma crioula espanhola. Nascido no Peru em 1616, assumiu o comando do exército restaurador em 1647. As forças sob seu comando

⁷⁸ “Relacion verdadera de la recuperacion de Pernambuco, sitio de su Recife, entrega suya, y de las Capitanias de Itamaracá, Paraiba, Rio grande, Ciará, e Isla de Fernando de Noronha, todo rendido a las armas Portuguesas regidas por Francisco Barreto Maeste de campo general del Estado del Brasil, i Governador de Pernambuco”. In: **MACHADO**. *Notícias dos cercos heroicamente sustentados pelos portugueses nas quatro partes do mundo*, op. cit., p. 149.

⁷⁹ **BOXER**, op. cit., p. 261.

⁸⁰ “Relacion verdadera de la recuperacion de Pernambuco, sitio de su Recife, entrega suya, y de las Capitanias de Itamaracá, Paraiba, Rio grande, Ciará, e Isla de Fernando de Noronha, todo rendido a las armas Portuguesas regidas por Francisco Barreto Maeste de campo general del Estado del Brasil, i Governador de Pernambuco”. In: **MACHADO**. *Notícias dos cercos heroicamente sustentados pelos portugueses nas quatro partes do mundo*, op. cit., p. 149.

eram de 3000 homens nas vizinhanças imediatas do Recife, compostas pelos: regimento de João Fernandes Vieira, constituído principalmente de mulatos e gente recrutada em Pernambuco; o regimento de infantaria portuguesa, que André V. de Negreiros havia trazido da Bahia; o regimento de índios potiguares sob o comando de Camarão; e um regimento de negros, mulatos e escravos libertos comandados por Henrique Dias.⁸¹

Como vimos, a própria desobediência era divulgada aqui como lealdade e serviço ao rei de Portugal. Assim, o mestre de campo mandou recado ao general da armada pedindo para que viesse em terra tratar da restauração daquelas terras ao rei de Portugal, pois: "... que, quando el Rey al primer movimiento no lo huviesse por servicio suyo, corriendo el tiempo, i mejor informado de las cosas, vendria a conocer, que si lo era." Segundo o autor, ele nem precisava de tantas explicações para convencer o general da armada Pedro Iaques de Magalhães, entediado por não ter encontrado no caminho nenhuma batalha que lhe fizesse frente "porque parece, que la fama de su valentia iva delante publicandole, para que huyessen todos los enemigos de las armas Portuguesas."⁸² Novamente percebemos alguma semelhança às idéias de Gracián, defendendo a continuidade dos feitos daquele que aspira à heroicidade para que alcance reputação, porque se assim não fosse "envejecese la fama y caduca el aplauso, así como todo lo demás; porque leyes del tiempo no conocen excepción".⁸³

Assim como no folheto anterior, é apresentada a reunião do conselho que deliberou sobre o ataque derradeiro. No seu discurso, Francisco Barreto teria afirmado:

Ardiendo está el más humilde soldado porque le dexen acometer a todo riesgo. No ay ninguno, que ya no se presume vencedor de los contrarios todos, La gente natural desta tierra no ay duda q está cansada, disminuida, i aun consumida con la guerra de tantos años, enprendida, i sustentada a su costa, i sin socorros del Reyno (que se los negava ò por evitar mayores quiebras con Olanda, ò por entender, que Olanda restituiria de grado lo que no avia razón de ocupar por fuerça) ya no puede con la carga de los tributos, ya no puede sustentar más tienpo la guerra.⁸⁴

⁸¹ **BOXER**, op. cit., p. 257 e 274.

⁸² "Relacion verdadera de la recuperacion de Pernambuco, sitio de su Recife, entrega suya, y de las Capitánias de Itamaracá, Paraiba, Rio grande, Ciará, e Isla de Fernando de Noronha, todo rendido a las armas Portuguesas regidas por Francisco Barreto Maeste de campo general del Estado del Brasil, i Governador de Pernambuco". In: **MACHADO**. *Notícias dos cercos heroicamente sustentados pelos portugueses nas quatro partes do mundo*, op. cit., p. 149. Boxer acha muito provável que os comandantes da armada já tivessem recebido ordens do reino para apoiar os sitiados. **BOXER**, op. cit., p. 337.

⁸³ **GRACIÁN**, op. cit., p. 141.

⁸⁴ "Relacion verdadera de la recuperacion de Pernambuco, sitio de su Recife, entrega suya, y de las Capitánias de Itamaracá, Paraiba, Rio grande, Ciará, e Isla de Fernando de Noronha, todo rendido a las armas

A aceitação teria sido unânime, conforme o relato. Novamente, o mestre de campo era apresentado como engenhoso estrategista. Considerava a inexperiência na guerra de sítio – guerra de estilo europeu – para os soldados luso-brasileiros nessa fase da guerra e traçava um plano mais adequado. O plano foi mencionado de passagem pelo autor do folheto:

que era acierto principiar por los menos dificultosos, por entrar luego venciendo, porque los soldados de aquel exercito, aunque estavan mui hechos a vencer, no estavan experimentados en sitiar, resolvieron, que la dicha Fuerça de las Salinas fuesse la primera qué se atacasse.⁸⁵

Ainda conforme Gracián, o herói deveria possuir carisma para arrebanhar o ânimo de seus comandados, incutindo-lhes bravura e precisava governar-se por uma “razão de Estado de si” para que fosse capaz de discernir o momento apropriado para sua ação.

Além disso, Francisco Barreto foi elogiado por sua capacidade em organizar e suprir com o necessário o início do empreendimento em tempo curtíssimo: "Lo mucho que obró en tan pocos dias, és más para admirado, que para referido. Colijase del repente, i del sucesso. Dios lo obrava, que suavemente disponia tales medios para tales fines." O líder acompanha todos os preparativos de perto. O trabalho efetuado pelos soldados portugueses na noite que antecedeu o ataque teria sido tão bem feito e rápido que fez os inimigos imaginarem serem eles em número muito superior ao que na verdade eram.⁸⁶

O mérito de João Fernandes Vieira não era esquecido. Semelhante ao opúsculo anterior, comentava-se sobre ele: "a quien se deve gran parte desta vitoria, por haver sido el primer motor desta guerra". Como lhe coube a vanguarda e o discurso no primeiro ataque, o autor transcreveu também sua fala aos soldados. Chama-nos a atenção o idêntico teor do

Portuguesas regidas por Francisco Barreto Maeste de campo general del Estado del Brasil, i Governador de Pernambuco". In: **MACHADO**. *Notícias dos cercos heroicamente sustentados pelos portugueses nas quatro partes do mundo*, op. cit., p. 150.

⁸⁵ **Idem**, p. 151. Evaldo Cabral de Mello apresenta uma excelente reflexão sobre os modelos de combate utilizados na “guerra do açúcar”. **MELLO**, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste. 1630-1654*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 322-385.

⁸⁶ “Relacion verdadera de la recuperacion de Pernambuco, sitio de su Recife, entrega suya, y de las Capitanias de Itamaracá, Paraiba, Rio grande, Ciará, e Isla de Fernando de Noronha, todo rendido a las armas Portuguesas regidas por Francisco Barreto Maeste de campo general del Estado del Brasil, i Governador de Pernambuco”. In: **MACHADO**. *Notícias dos cercos heroicamente sustentados pelos portugueses nas quatro partes do mundo*, op. cit., p. 151.

discurso, quando comparado ao folheto anteriormente analisado. Como não sabemos a autoria dos folhetos, especulamos que ou foram escritos pela mesma pessoa, ou um sofreu clara e direta influência do outro. O que parece saltar aos olhos é a perspectiva de construção do discurso histórico e da memória por uma imagem idealizada, até mesmo porque a fala não poderia ter sido colhida *in loco* no calor da hora e em momento de tensão tão aguçada, ao que tudo indica.⁸⁷

O autor narra em detalhes as batalhas destacando, no conjunto, a coragem dos soldados portugueses. Como é recorrente nestas publicações, só dá nome aos principais líderes:

mas los Maestes de campo Iuan Fernandes Vieira, i Andres Vidal de Negreiros no solo tenian animo para si mismos, con que despreciavan el peligro, assiendiendo a todo con increíble valor, mas tambien para los soldados, a los quales con su presencia infundian admirable esfuerço, i con su exemplo bizarra emulacion de aventajarse ca uno en lo que le tocava.

O tema da conduta exemplar que inspira a imitação era, realmente, o grande apanágio destas publicações.⁸⁸

A narrativa das batalhas prossegue minuciosamente, destacando o mestre de campo general como grande articulador e organizador, provendo as melhores estratégias e soluções. O cerco aos fortes continuava, mantendo um rígido e constante bombardeio contra os inimigos. Assim, pressionados pelos seus próprios soldados, os oficiais holandeses eram obrigados a levantar a bandeira branca e iniciar o processo de negociação para a rendição em vários fortes. Os holandeses cada vez mais se aglomeravam no Recife, abandonando outras fortificações. Os atos heróicos se multiplicavam na narrativa:

En sabiendo los del fuerte de las Cinco puntas por los diez Flamencos, que tenian a los Portugueses tan vezinos empezàran a disparar hásia ellos dos pieças de artilleria cargadas de bala de mosquete, i de clavos; mas sin embargo dellas, i de la valiente resistencia, con que el reduto se defendió, fue mayor el valor del Maeste de campo Andres Vidal, i de sus soldados, los quales a pesar de muchas balas, i otros instrumentos mortales, ronpiendo con hachas las tablas del reduto, le entraron, i le ganaron, haziendo merced de las vidas de 37 soldados, i siete Indios, que hallarfon vivos, cuyo Capitan era un valiente joven llamado Brinc hijo del Coronel Brinc, que perdio la batalla del Guararapes.⁸⁹

⁸⁷ **Idem**, p. 152.

⁸⁸ **Idem**, p. 156.

⁸⁹ **Idem**, p. 159.

Nesse documento, os portugueses também tratavam de suas perdas e, em alguns pontos, o texto lembra os pedidos de mercê analisados no capítulo anterior: Os portugueses...

tambien vendieron muy bien las vidas dos soldados. Los heridos fueron 24 en los quales entró el Capitan Gregório de Caldas, a quien una bala passó entranbos carrillos: el Capitan Don Pedro de Sosa, de un chuzo, que le atravesó una pierna: el Alferes reformado Antonio de Barros Riego, de una bala, que le passó el cuerpo, i el Alferes de la guarda de Henrique Diaz Governador de los Negros.⁹⁰

O autor narra então a entrada das tropas portuguesas no Recife após o acordo, expressando que aquele foi um dia muito feliz não apenas para a Igreja Romana, mas também para o rei de Portugal, que tinha restituído aquilo que os reis intrusos de Castela haviam perdido:

En el experimento el amor, con que le sirven sus vassallos, tan independiente de intereses, que los obliga a arrear las haciendas, i las vidas por su Rey, quando conocen, que le sirven, aunque no esperen el premio de agradarle. En el conocio su felicidad mayor, que su pretension, pues passando más allà de sus intentos, aun sin mandato suyo tremolavan sus vanderas vitoriosas.

Ou seja, de acordo com o folheto todos os feitos ocorreram sem nenhum interesse, embora fosse claro que os combatentes aplicaram suas fazendas e vidas para servirem ao rei luso.⁹¹

Dessa forma, o mestre de campo via sua glória reluzir como a de Portugal, “pues donde Francisco Barreto se við pocos años antes prisionero, entrava agora triunfando, i donde Portugal estuvo esclavo, i Olanda señora, se via agora Olanda rendida, i Portugal vencedor.”⁹² A honra “estatal” se confundia a do indivíduo. A clemência cristã era outra marca indelével deste bravo homem, que tratou com cordialidade e honra os inimigos que se renderam.

Como a retórica era a luz que iluminava esses feitos, dando-lhes a proporção que mereciam, o autor não economizava nas tintas:

⁹⁰ **Idem**, p. 159.

⁹¹ **Idem**, p. 163.

⁹² **Idem**, p. 163.

Costò esta restauracion en todas las ocasiones referidas las vidas de 21 Portugueses. Cara parece por lo mucho, que vale la vida de un Portugues; pero barata, porque los muertos en tan heroica faccion viven a Dios por el merito, viven a la Eternidad por la gloria. Serian heridos treinta, que dexavan curarse de mala gana, porque quisieran antes conservar escrita con su sangre en las cicatrizes la memoria de hazaña tan gloriosa.

Afirmava ter sido esta uma maravilha, pois os portugueses lutaram em campo aberto contra fortalezas de onde choviam balas todo o tempo.⁹³

Como na versão anterior desse assunto, é divulgada a chegada da notícia no reino. O reconhecimento do centro era fundamental para aqueles portugueses do além-mar. Assim, no opúsculo informa-se sobre a ida de uma comitiva ao reino com o intuito de comunicar ao rei sobre a Restauração:

I aunq el Rey hasta aquel punto havia reprobado esta guerra, i aun castigado algunos de los Agresores della, juzgò todavia su animo religioso, q seria escrupulo de su agradecimiento resisitirse màs a tantas mercedes del Cielo, i tan heroicos servicios de sus fieles vassallos.⁹⁴

A divulgação da gratidão do rei e de sua liberalidade certamente conferia aos líderes do movimento uma interessante posição de honra no sistema daquela sociedade. Possivelmente os nomes mencionados e a honra recebida pelos heróis da guerra elevavam sobremaneira seus estatutos locais. Como vimos no segundo capítulo, a idéia da estreita relação entre a “nobreza” e o exercício das armas e da guerra era presente naquela sociedade de matrizes ibéricas. Dessa forma, o longo serviço das armas levava indivíduos a aspirarem o gozo das prerrogativas e privilégios da nobreza, por se considerarem dignos de honra. Segundo José Antonio Maravall “las armas ponen de manifiesto la pertenencia al nivel más elevado de la pirámide social y la obligación de someterse a los comportamientos de honor que se le reservan.”⁹⁵

Continua o autor do opúsculo divulgando o ocorrido no reino, ao contar que o rei mandou dividir entre os participantes na guerra contra os holandeses todas as terras que pertencessem à real fazenda nas quatro capitánias restauradas. Naquela ocasião teria

⁹³ **Idem**, p. 164.

⁹⁴ **Idem**, p. 165.

⁹⁵ **MARAVALL**. José Antonio. *Poder, honor y élites en el siglo XVII*. Madrid: Siglo XXI, 1989, p. 36.

também concedido mercês de ofícios de guerra, justiça e fazenda, que a restauração da presença lusitana faria necessárias. Além disso:

Ordenô ansi mismo, que se dividiessen entre los sobredichos quinientos escudos de ventaja sobre qualquiera sueldo, que vençan, cometiendo la distribuicion de lo referido al Maeste de campo Generral Francisco Barreto, i a los Maestes de campo de aquel exercito. Concediòles más a los miesmos (i desto mandò hazer memoria) i a todos sus descendientes, los privilegios de Ciudadanos de la ciudad de o Porto de Portugal, los quales en comun gozan los mayores privilegios, que ay en el Reyno. Todas estas mercedes hizo Su Magestad comunes sin prejuizio de la satisfacion particular, que cada uno pidiere, i merecière por sus servicios, cuyos papeles mando, que se le ofrezcan, i decreten, para despacharlos con justa remuneracion.

Este trecho parece a coroação de um grande sucesso, na medida em que se recebia o reconhecimento do próprio centro.⁹⁶

Muitos são os elogios ao novo rei Bragança ao se descrever os festejos e missas ocorridos no reino por causa da Restauração pernambucana. Este sucesso foi ainda tomado como uma aprovação divina da nova aclamação régia. Também a escolha do idioma não era fortuita: "...escribe un Portugues en lengua Castellana, para que nuestros enemigos la entiendan, i para que tenga muchos de notoria, pues tiene todo de verdadera."⁹⁷ Novamente percebemos características de uma política mais ampla transcendendo a figura do inimigo imediato – holandeses – para as questões européias – os castelhanos.

Ainda em um terceiro caso, temos uma versão mais resumida do mesmo acontecimento de 1654. Neste folheto era destacada a desigualdade das forças, para engrandecer a coragem da atitude do ataque. O bom ânimo dos soldados portugueses ocorria mesmo em situação adversa. Frente a um inimigo mais numeroso, melhor armado, guarnecido e fortificado, tiveram ímpeto vencedor, apesar da “pouca gente da nossa parte, & finalmente a falta de dinheiro, de mantimentos, de munições, ferramentas, & outros petrechos” – condição suficiente para o desânimo geral. Todavia,

os ditos Mestres de campo, & mais cabos de guerra com grande animo e fortaleza de coração abraçaraõ o intento, & sobre seus pareceres resolveraõ o Mestre de

⁹⁶ “Relacion verdadera de la recuperacion de Pernambuco, sitio de su Recife, entrega suya, y de las Capitanias de Itamaracá, Paraiba, Rio grande, Ciará, e Isla de Fernando de Noronha, todo rendido a las armas Portuguesas regidas por Francisco Barreto Maeste de campo general del Estado del Brasil, i Governador de Pernambuco”. In: **MACHADO**. *Notícias dos cercos heroicamente sustentados pelos portuguezes nas quatro partes do mundo*, op. cit., p. 165-166.

⁹⁷ **Idem**, p. 167.

campo general Francisco Barreto, & o General Pero Iagues de Magalhães, q se começasse a obrar pelo Forte de Salinas, q chamão a casa do Rego...

Embora semelhante aos dois relatos anteriormente analisados, aqui parece que os mestres de campo ganharam importância na resolução para a guerra.⁹⁸

Nos documentos, os atos heróicos dos soldados portugueses se multiplicavam evitando que chegasse socorro de munições até o forte que sitiavam. Tamanha valentia chegou a mudar a impressão que os inimigos tinham a seu respeito, pois esta “acção, que admirou aos Olandeses: porque depois de rendidos confessàrão, que se tinhaõ achado em outras guerras, & em nenhuma viraõ tal resoluçam, & valor de soldados, como estes de Pernambuco.”⁹⁹

Esse movimento percebido nos relatos, no sentido da valorização dos soldados lusitanos, é interessante. Ao analisar os primeiros episódios para a invasão do nordeste da América portuguesa, Charles Boxer afirma que essa foi escolhida em lugar das colônias espanholas porque os neerlandeses reputavam ser o Brasil menos guarnecido de defesas e os portugueses inferiores aos espanhóis como soldados.¹⁰⁰ Todavia, essa impressão já teria mudado ao longo dos confrontos. Após a segunda batalha dos Guararapes, há relatos neerlandeses definindo a grande vantagem dos soldados da terra por sua agilidade, rápida adaptação ao meio, resistência ao clima e pouca alimentação etc. Enquanto os holandeses sofriam muito com o clima e o tipo diferente de guerra privilegiado por estas partes.¹⁰¹

Seguindo a direção de sublinhar os feitos dos mestres de campo, o autor do opúsculo apresentava os serviços do mestre de campo André Vidal de Negreiros no comando de suas forças contra o forte de Cinco Pontas, dominado pelo inimigo, enfrentando os constantes disparos de peito aberto...

mas como contra o Ceo não valem mãos, & ao valor deste Caudilho, & soldados parece q se humilhão as mais inexpugnaveis Fortalezas, em breve foi ganhado o dito Reduto: ... dando as vidas a 37 Framengos, & sete Indios, q achãrão vivos

⁹⁸ “Relaçam diaria do sitio, e tomada da forte praça do Recife, recuperação das Capitánias de Itamaracà, Paraiba, Rio Grande, Ciará, & Ilha de Fernão de Noronha, por Francisco Barreto Mestre de campo general do Estado do Brasil, & Governador de Pernambuco”. In: **MACHADO**. *Notícias dos cercos heroicamente sustentados pelos portugueses nas quatro partes do mundo*, op. cit., p. 172.

⁹⁹ **Idem**, p. 174.

¹⁰⁰ **BOXER**, op. cit., p. 20.

¹⁰¹ Teria sido Boxer influenciado pelos relatos? Será interessante analisar as fontes consultadas por ele. **Idem**, p. 303.

dentro delle, por ser assi ordem do Mestre de campo general Francisco Barreto: porq nesta empresa deitou sempre de vanguarda a clemencia, & piedade, & assi o ajudou Deos.

Nesse trecho, o valor cristão novamente se sobrepunha ao ódio. Tais fidelidade e zelo pelas coisas de Deus garantiam ao mestre de campo os favores do céu. Segundo o autor, "nesta valerosa investida déraõ com huma bala de mosquete em o Mestre de campo André Vidal de Negreiros por huma perna, a qual lhe cahio aos pès sem o ferir: q atè as balas o respeitaõ como a Marte do esforço, & assombro da valentia." Realmente, algo maravilhoso.¹⁰²

Os sacrifícios de guerreiros eram cuidadosamente descritos. Mas, como nos textos dos processos de pedidos de mercês, aqui também se expunham alguns mortos e feridos em batalhas. Nominalmente citados, os heróis portugueses derramavam seu sangue:

em q entráaõ o Capitão Gregorio de Caldas, q ficou atravessado com huma bala pelas queixadas: o Capitão D. Pedro de Sousa ferido em huma perna com hum chuço: o Alferes reformado Antonio de Barros Rego atravessado pelo corpo com huma bala de cravina, & o Alferes da guarda de Henrique Dias governador da gente preta.¹⁰³

Esse relato, embora parecido com outros em alguns trechos, levando a crer que foi inspirado ou os inspirou, possui algumas particularidades e um sutil destaque da figura de André Vidal de Negreiros.

O autor finaliza sua história da Restauração de Pernambuco denominando-a “verdadeira”, legitimando sua autoridade sob o argumento de que foi “escrita por quem se achou presente a ella”. Engrandecia assim a conquista e a história vitoriosa do reino português, que mantinha o hábito de “triunfar de inimigos poderosos, & servir á Igreja Catholica a todo o risco da vida contra todos os infieis.” Todavia, sua adulação também abria caminho para o reconhecimento no reino, pois “falta sòmente aos que tanto merecêrão nesta facção, para ser perfeito o gosto da victoria, ter noticia de que Sua Magestade, que

¹⁰² “Relaçam diaria do sitio, e tomada da forte praça do Recife, recuperação das Capitánias de Itamaracà, Paraíba, Rio Grande, Ciará, & Ilha de Fernão de Noronha, por Francisco Barreto Mestre de campo general do Estado do Brasil, & Governador de Pernambuco”. In: **MACHADO**. *Notícias dos cercos heroicamente sustentados pelos portuguezes nas quatro partes do mundo*, op. cit., p. 177.

¹⁰³ **Idem**, p. 178.

Deos guarde, sem embargo de se obrar sem ordem sua, se manifeste bem servido dos que lhe são tam benemeritos."¹⁰⁴

Quando o jovem Davi tomou sobre si as ofensas do herege gigante Golias, um estrangeiro (filisteu), contra seu povo e seu Deus, ele congregava em si coragem, bom ânimo e fidelidade ao seu rei e a sua religião. Além da desigualdade de tamanho entre o gigante e o menino, também havia um desequilíbrio de armas.¹⁰⁵

De forma semelhante, a desigualdade de forças e o voluntarismo heróico também era uma combinação que fazia sucesso no ambiente cultural ibérico do século XVII. Ainda mais somados aos aspectos religiosos e “pátrios”. Como vimos nos relatos de batalhas, publicados durante a ocupação neerlandesa no nordeste da América portuguesa, fazer saber das vitórias do reino possuía, em si, funções variadas. Conjugava a notícia dos sucessos portugueses, o exemplo de conduta do fiel vassalo e a defesa do mérito para uma futura obtenção de mercês régias. Ainda que de forma inconsciente, aspectos modelares dos guerreiros estavam presentes na construção do “perfil” desses soldados dignos de honra, fazendo parte de uma representação social do modelo de herói, vigente neste universo político-cultural ibero-americano.

Algo especial parecia ser a construção de uma imagem virtuosa e exemplar que significasse um ideal a ser imitado. Afastando os vícios e as nódoas de seus protagonistas que demonstravam conduta irrepreensível e valores superiores, em comparação a inimigos tiranos, iníquos, sobretudo hereges. As batalhas nas quais derramavam seus sangues, as guerras, nas quais despendiam suas fazendas, os combates, em que ofereciam suas vidas, nada mais eram que molduras para esses retratos pintados com letras.

¹⁰⁴ **Idem**, p. 181.

¹⁰⁵ “Tu vens contra mim com espada, com lança e com escudo, mas eu venho a ti em nome do Senhor dos exércitos, o Deus dos exércitos de Israel, a quem tens afrontado.” *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Edições Paulinas, 1980, p. 446.

CONCLUSÃO

Não é tarefa fácil definir o que conduz o homem à guerra. Os conflitos remontam aos primórdios da humanidade e suscitam variadas discussões acerca de sua razão de existir. O que não se discute é que, para os imediatamente envolvidos nas refregas, o sentido provavelmente parece claro. Interessa-nos aqui o papel definidor da guerra nas sociedades, para os indivíduos que se notabilizavam nos conflitos, projetando uma aura de honra, glória e fama.

Alguns homens buscaram e desejaram a guerra. Enxergavam nela a possibilidade de distinguirem-se entre os demais por meio de suas habilidades ou forças. Historicamente não raro cabia ao guerreiro ocupar posições de liderança e prestígio em seu grupo. Essa parece ser uma marca onipresente na humanidade, ainda em nossos dias. O elemento militar, particularmente o de alta patente, goza de autoridade e respeito significativos pelo senso comum. É possível encontrarmos hoje jovens de classe baixa que projetam na carreira militar a possibilidade de ascensão social.

Tendo em vista o recorte cronológico deste trabalho, definimos que durante a Idade Moderna a guerra alcançou um patamar mais amplo. Novas perspectivas, armas e estratégias determinaram aquilo que alguns convencionaram chamar de “revolução militar”. Mesmo quantitativamente, os exércitos ganharam nova dimensão. Os Estados modernos entenderam a guerra como campo de ação para impor soberania e domínio.

No século XVII, Portugal não era mais capaz de fazer frente às principais potências européias. Seu brilho fulgurante de finais do século XV havia diminuído significativamente, e manter o império construído em tempos de glória parecia a única ambição possível. Recém saídos de um governo castelhano que durara de 1580 até 1640, os portugueses tentavam se firmar sustentando a independência frente a Espanha e temiam a perda de suas colônias atacadas pelos holandeses.

Presentes no nordeste do Brasil desde 1630, os batavos ocupavam uma das possessões mais valiosas para os portugueses. O comércio do açúcar, que poderia gerar fundos para os lusitanos sustentarem suas tropas contra os castelhanos, e talvez recuperar o antigo esplendor, estava frustrado e o impasse se instaurava, pois os holandeses não se

mostravam dispostos a abandonar a rica região e tampouco Portugal possuía forças para retirá-los de lá.

Foi nesse delicado quadro que os luso-brasileiros entraram em cena. A guerra da Restauração pernambucana foi resultado do esforço local. Os vassallos da coroa portuguesa pegaram em armas e sustentaram por conta própria o resgate de Pernambuco concluído em 1654. Todavia, o serviço prestado ao soberano lusitano era uma engrenagem dentro de uma complexa máquina política. A lógica dentro da cultura política ibérica relacionava intimamente o serviço ao prêmio. O rei justo deveria distribuir mercês aos seus vassallos fiéis conferindo-lhes honra e distinguindo-lhes por seu valor. Os guerreiros na América portuguesa aspiravam profundamente pelo reconhecimento régio e pareciam dispostos a requerê-los pelos meios necessários.

Percebemos que a prática do *feito* e da *retribuição* constituía uma maneira de distinção social importante na sociedade de Antigo Regime. Como via de mão dupla, funcionava como estratégia de governo, estabelecendo laços de lealdade e fomentando serviços que possibilitavam a sustentação do vasto império ultramarino, e ao mesmo tempo favorecia a mobilidade para indivíduos que almejavam melhores postos na hierarquia social daquela época.

Assim, a luta contra os *hereges holandeses* em Pernambuco restituiu ao monarca lusitano uma parte importante de suas possessões e abriu para alguns indivíduos uma vereda de acesso à arca de mercês régias. Não obstante, o caminho para a remuneração dos feitos militares parecia por demais estreito frente ao grande número de postulantes. Dessa maneira, os meios corriqueiros da burocracia dos pedidos de mercês muitas vezes não levavam ao fim almejado, pois eram permeados por uma série de subjetividades. Nem sempre os serviços mais valorosos eram os premiados. Como então potencializar as chances de lograr êxito?

Outra arma *inventada* e disseminada na Europa Moderna foi a imprensa. A escrita no período ganhou nova dimensão e passou a fazer parte da sociedade como um todo – mesmo dos iletrados. A divulgação de idéias, notícias e feitos tornou-se algo corriqueiro. Particularmente assuntos referentes à guerra e ao próprio guerreiro faziam grande sucesso. Geralmente em caráter modelar, o militar era apresentado como homem pleno em virtudes. *Cortês, prático* ou *herói*, o *ethos* nobiliárquico envolvia o combatente. Essa herança

medieval permaneceu, revestida de virtudes humanistas, a despeito de tantas transformações observadas na própria prática dos campos de batalha. Cremos que as histórias militares, os tratados cortesãos, os romances de cavalaria, entre outras produções, alimentaram esse imaginário que se perpetuou. Dessa forma, participar da guerra, praticar atos heróicos e conquistar fama, aproximava indivíduos de origem plebéia a um estatuto superior.

Alguns indivíduos valeram-se dessa arma poderosa, a escrita, para promoverem a si próprios. Dentro de suas possibilidades alguns divulgaram feitos militares, batalhas e vitórias nas quais apareciam com relevo, protagonizando atos de bravura. Nesses escritos, não raro produzidos com apuro e em tom de epopéia, apresentavam-se como colecionadores de um amplo leque de virtudes modelares. Tais narrativas elevavam esses indivíduos à condição de exemplos de honra, glória e fama, além de promoverem um perfil social que poderia aplinar o caminho para o reconhecimento da honra e a distinção desejada.

Portanto, entre as múltiplas funções que a produção escrita poderia exercer naquela sociedade, podemos considerar como relevante o papel de facilitadora ou, ao menos, acessória para as ambições de promoção social e construção de uma imagem virtuosa. Alguns indivíduos utilizaram esse mecanismo como estratégia de ascensão. Conscientes de suas possibilidades, bem como da cultura na qual se moviam, foram homens de múltiplas armas. Propagaram aquilo que fizeram e o que gostariam que acreditassem que fizeram.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes manuscritas

AHU_ACL_CU_015, CX. 5, D 402.

AHU_ACL_CU_015, CX.6, D. 507.

AHU_ACL_CU_015, CX.6, D. 523.

AHU_ACL_CU_015, CX.6, D. 512.

AHU_ACL_CU_015, Cx.6, D. 479.

AHU_ACL_CU_015, Cx.6, D. 562.

Fontes digitalizadas disponíveis pelo Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Documentos Manuscritos Avulsos da capitania de Pernambuco (1590-1825) no Conselho Ultramarino.

2. Fontes impressas

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino...* Rio de Janeiro, UERJ, 2000 (versão em CD-Rom).

CALADO, Manoel. *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Recife: CEPE, 2004, v.1 e 2.

CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

COUTO, Diogo do. *O soldado prático*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

GRACIÁN, Baltasar. *El héroe – oráculo manual y arte de prudencia*. Madrid: Clásicos Castalia, 2003.

JESUS, frei Rafael de. *Castrioto lusitano, parte I, Enterpresa e restauração de Pernambuco*. Lisboa: Craesbeck, 1679.

LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na aldeia*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1990.

MACHADO, Diogo Barbosa (org.). *Manifestos de Portugal*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, s.n.t., t. I.

_____. *Notícias históricas e militares da América*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, s. n. t., tomo I.

_____. *Notícias dos cercos heroicamente sustentados pelos portugueses nas quatro partes do mundo*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, s. n. t., tomo V.

3. Obras de referência

A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

BARATA, Manuel Themudo & **TEIXEIRA**, Nuno Severiano (dir.) *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, v. 2.

CASTRO, Celso; **IZECKSOHN**, Vitor; **KRAAY**, Hendrik. (orgs.). *A Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV / Bom Texto, 2004.

MATTOSO, José. (dir.) *História de Portugal*. Rio de Moura: Lexicultural, v. VIII, 2002.

ROMANO, Ruggiero (dir.) *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.

SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos. A administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

4. Livros, artigos e teses

ABREU, Martha; **SOIHET**, Rachel e **GONTIJO**, Rebeca (orgs.). *Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *A remuneração de serviços da guerra holandesa*. Recife: Imprensa Universitária, UFPE, 1968.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício – iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

BARROS, Edval de Souza. “Negócios de tanta importância”: o Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661). Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2004.

BEBIANO, Rui. *A pena de Marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*. Coimbra: Minerva, 2000.

- _____ “Elementos de um barroco militar”, In: *Revista de História das Idéias, Cultura Política e Mentalidades*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989, v. 11.
- BICALHO**, Maria Fernanda & **FERLINI**, Vera Lúcia Amaral. (orgs.) *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português – séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- BICALHO**, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BOUZA ÁLVAREZ**, Fernando. *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta edad moderna (siglos XV-XVII)*. Madrid: Síntesis, 1997.
- _____. *Corre Manuscrito: Una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- BOXER**, Charles. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições Setenta, 1981.
- _____. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. Recife: CEPE, 2004, p. 55-56 e 88.
- BURKE**, Peter. *As fortunas d’O cortesão: a recepção europeia a O cortesão de Castiglione*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- CAMENIETZKI**, Carlos Ziller & **PASTORE**, Gianriccardo Grassia. “1625, o fogo e a tinta: a batalha de Salvador nos relatos de guerra”, *Topoi. Revista de História*, v. 6, n° 11, Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 7 Letras, jul.-dez. 2005, p. 261-288.
- CARDOSO**, Sérgio et alii. *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Funarte/Cia. das Letras, 1987.
- CHARTIER**, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.
- _____. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CLAUSEWITZ**, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

- COELHO**, Maria Cláudia (org.) *Cadernos de Teoria da Comunicação. Jogos, comunicação e sociedade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural – DTC/FCS UERJ, ano I, nº 2, 1994.
- COSTA**, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizontes, 2004.
- CURTO**, Diogo Ramada. *Cultura escrita (séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.
- DEMURGER**, Alain. *Os cavaleiros de Cristo. Templários, Teutônicos, Hospitalários e outras Ordens Militares na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002.
- ELIAS**, Norbert. *O processo civilizador. Formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- _____. *A sociedade de corte*. Lisboa: Estampa, 1987 e *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, 2 v.
- ELLIOTT**, John H. *La España imperial 1469-1716*. Barcelona: Vicens Vives, 1998.
- _____. *Imperios del mundo atlántico. España y Gran Bretaña en América (1492-1830)*. Madrid: Santillana Ediciones Generales, 2006.
- FAORO**, Raimundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1984, v. 1.
- FRAGOSO**, João; **BICALHO**, Maria Fernanda & **GOUVÊA**, Maria de Fátima. (org.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO**, “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa.” In: *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003, v. 8, nº 15, p. 11-35.
- FRANÇA**, Ana Laura Teixeira de. “As possibilidades de ascensão social oferecidas no Pernambuco Colonial – Séculos XVII e XVIII”. In: *Revista de Humanidades*, v. 15, nº 12, out/nov. 2004, disponível em <http://www.seol.com.br/mneme>.
- FRANÇA**, Eduardo d’Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GAGNEBIN**, Jeanine Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GRACIÁN**, Baltasar. *A arte da prudência*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- HARTOG**, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora UnB, 2003; *Regimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.
- HESPANHA**. "A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime". *Tempo – Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense*. Rio de Janeiro: 7 letras, n. 21, 2006, p. 111-135.
- KARNAL**, Leandro e **FREITAS NETO**, José Alves de (orgs.). *A escrita da memória*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2004.
- KOSELLECK**, Reinhart. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1993.
- LOCKE**, John. *Dois tratados sobre a guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MAQUIAVEL**, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- _____. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- _____. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MARAVALL**, José Antonio. *Poder, honor y élites en el siglo XVII*. Madrid: Siglo XXI, 1989.
- _____. *La cultura del Barroco – análisis de una estructura histórica*. Barcelona: Editora Ariel, 1986.
- MARQUES**, João Francisco. *A parenética portuguesa e a Restauração (1640-1668)*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, 2 v.
- MATTOS**, Hebe Maria. *Marcas da escravidão: Biografia, racialização e memória do cativo na História do Brasil*. Niterói: Tese de professor titular em História do Brasil, UFF, 2004.
- MEGIANI**, Ana Paula Torres. "Das palavras e das coisas curiosas: correspondência e escrita na coleção de notícias de Manuel Severim de Faria", *Topoi. Revista de História*, v. 8, n.15, Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 7 Letras, jul.-dez. 2007, p. 24-47.
- MEINECKE**, Friedrich. *La idea de la razon de estado en la edad moderna*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1983.
- MELLO**, Christiane Figueiredo Pagano de. *Os corpos de ordenança e auxiliares na segunda metade do século XVIII. As capitánias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas*

Gerais e a manutenção do império português no centro-sul da América. Niterói: Tese de doutorado em História, UFF, 2002.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada – guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

_____. *Rubro veio, o imaginário da Restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

_____. *A fronda dos mazombos. Nobres contra mascates. Pernambuco 1666-1715*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *O nome e o sangue: uma parábola familiar no Pernambuco colonial*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

_____. *João Fernandes Vieira mestre-de-campo do terço de infantaria de Pernambuco*. Lisboa: CEHA, 2000.

_____. *D. Antonio Filipe Camarão. Capitão-mor dos índios da costa do nordeste do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954.

_____. *Henrique Dias. Governador dos pretos crioulos e mulatos do Estado do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720)*. São Paulo: Hucitec, 2002.

MONTEIRO, Nuno G. *O crepúsculo dos grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.

MONTEIRO, Nuno G.; **CARDIM**, Pedro & **CUNHA**, Mafalda Soares da (org.). *Optima pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

MORSE, Richard M. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NEVES, Guilherme Pereira das. *E receberá mercê: a Mesa da Consciência e Ordem e o clero secular no Brasil (1808-1828)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

OLIVAL, Fernanda. *Honra, mercê e venalidade: as ordens militares e o Estado moderno (1641-1789)*. Évora: Ed. Autor, 2000.

- _____. *As Ordens Militares e o Estado Moderno*. Lisboa: Estar, 2001.
- PARKER**, Geoffrey. *The Thirty Years' War*. London/New York: Routledge, 1987.
- _____. *España y los Países Bajos*. Madrid: Rialp, 1986.
- PÉCORA**, Alcir & **SCHWARTZ**, Stuart B. (orgs.). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a Afonso Furtado de Juan Lopes Sierra (Bahia 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- PÉCORA**, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001.
- PUNTONI**, Pedro. *A mísera sorte. A escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico sul, 1621-1648*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.
- _____. *A guerra dos bárbaros: Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- RIBEIRO**, Renato Janine. *Ao leitor sem medo. Hobbes escrevendo contra o seu tempo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- RICUPERO**, Rodrigo M. *Honras e mercês: poder e patrimônio nos primórdios do Brasil*. Tese de doutorado em História Econômica. São Paulo: USP, 2005.
- ROBERTS**, Michaels. "The military revolution, 1560-1660". *Essays in Swedish History*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1967.
- SARLO**, Beatriz. *Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005.
- SENELLART**, Michel. *Machiavélisme et Raison d'Etat*. Paris: PUF, 1989.
- _____. *As artes de governar. Do regimen medieval ao conceito de governo*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- SCHAUB**, Jean-Frédéric. *Portugal na monarquia hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- SCHWARTZ**, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. "The Voyage of the vassals: royal power, nobles obligations and merchant capital before the portuguese restoration of independence 1624-1640", *The American Historical Review*, 96, 3, 1991, p. 735-762.
- SHILS**, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Difel, 1992.
- SILVA**, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

- SILVA**, Vitor Deodato da. *Cavalaria & Nobreza no Fim da Idade Média*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1990.
- SKINNER**, Quentin. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: Editora UNESP/Cambridge University Press, 1999.
- _____. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- STAROBINSKI**, Jean. *Jean-Jacques Rousseau – a transparência e o obstáculo. Seguido de sete ensaios sobre Rousseau*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- TORGAL**, Luís Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1983. v. II.
- TORGAL**, Luis Reis & **RALHA**, Rafaella Longobardi (orgs.). *João Botero da Razão de Estado*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.
- VAINFAS**, Ronaldo & **MONTEIRO**, Rodrigo (orgs.). *Império de Várias Faces. Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, no prelo.
- VALLADARES**, Rafael. *Portugal y la monarquía Hispánica, 1580-1668*. Madrid: Arco/Libros S.L., 2000.
- VESPIGNANI**, Cesare. *El discurso de la guerra y la formación del estado: tratados políticos y noticias de soldados en España e Itália en los siglos XVI y XVII*. Tese de doutorado em Filosofia. Oregon: Department of Romance Languages and the Graduate School of the University of Oregon, 2003.
- VILLARI**, Rosário (dir). *O Homem Barroco*. Lisboa: Presença, 1995.
- XAVIER**, Ângela Barreto. “*El Rei aonde póde e não aonde quer*”. *Razões da política no Portugal seiscentista*. Lisboa: Colibri, 1998.